

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO:
DOUTORA LETÍCIA BORGES NEDEL

JULIANA LAGES SARINHO

OLHARES SOBRE A RESTAURAÇÃO DA
IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO DA ANTIGA SÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Rio de Janeiro, RJ, março de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Dados Bibliográficos:

SARINHO, Juliana Lages./ *Olhares sobre a restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação de História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, 2010. 148 p.

Dissertação de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais (Profissional). Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

Orientadora: Profª Drª Letícia Borges Nedel

1. Patrimônio 2. Memória 3. Rio de Janeiro 4. Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

OLHARES SOBRE A RESTAURAÇÃO DA IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO
DA ANTIGA SÉ

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO POR
JULIANA LAGES SARINHO

E
APROVADO EM 04 DE MARÇO DE 2010
PELA BANCA EXAMINADORA

PROFESSORA DRA. LETÍCIA BORGES NEDEL

PROFESSORA DRA. MARLY SILVA DA MOTTA

PROFESSORA DRA. ANDRÉA DE LACERDA PESSÔA BORDE

PROFESSORA DRA. LÚCIA LIPPI DE OLIVEIRA

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação não seria possível sem a contribuição e apoio de algumas pessoas fundamentais, que tornaram o caminho traçado até aqui muito gratificante. Em primeiro lugar gostaria de agradecer imensamente à minha orientadora, Letícia Nedel, que, com muita generosidade e respeito, compartilhou comigo seus conhecimentos e me ajudou de maneira decisiva a delinear os contornos deste trabalho. Agradeço pelos nossos encontros e conversas, que transformaram a minha visão a respeito do significado do patrimônio, fazendo com que eu passasse a enxergar a arquitetura de forma mais completa e rica. Estendo meus agradecimentos a todos os meus professores do CPDOC, em especial, Lúcia Lippi, Helena Bomeny e Ângela de Castro Gomes. A inspiração e aprendizado que obtive destes professores foram fundamentais para desenvolvimento consciente e atento deste trabalho.

Agradeço às professoras do meu exame de qualificação, Marly Motta e Andréa Borde, pela análise detalhada do meu projeto, cujas observações pertinentes, enriqueceram em muito a versão final.

Finalmente, à minha família. Aos meus pais por sempre fomentarem em mim a necessidade da busca e valorização do conhecimento. À minha irmã Raquel pela dedicação em revisar o texto desta dissertação e por sempre estar ao meu lado nas grandes e pequenas empreitadas da vida. Ao meu namorado Arthur, agradeço pelo apoio, carinho e compreensão incondicional durante todo esse período.

Por último, agradeço a todos os meus entrevistados, que, em última análise, deram, através de suas memórias, sentido a existência deste trabalho.

RESUMO

O trabalho examina o processo de construção de memórias relacionadas ao bem patrimonial, a partir do estudo de caso da restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé, realizada para as comemorações do bicentenário de chegada da Família Real ao Brasil, organizada pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2008. Mediante a realização de entrevistas semi-diretivas com atores sociais ligados à igreja e aos órgãos responsáveis pelas obras de restauração, além do recurso à documentação gerada para e em função das obras, foram apontadas as escolhas, conflitos e negociações em jogo no planejamento e execução do projeto. Pôde-se constatar ainda, na análise do processo de restauração, a percepção polissêmica desse bem patrimonial, na medida em que esteve sujeito à introdução de novos usos e significados ligados a práticas museais e turísticas que acompanham sua recuperação arquitetônica. Finalmente, o trabalho ressalta a necessidade de ampliar os estudos sobre patrimônio, estendendo-se a análise da produção da memória social ao âmbito da recepção, pelos diferentes grupos sociais, dos bens que pretendem representar e materializar uma memória comum.

ABSTRACT

This work has the purpose of investigating the process of construction of memories related with the historical heritage. Such investigation was based on the case study of the restoration of the church Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé carried on by Rio de Janeiro City Hall in 2008 due to the celebration of 200 Years of the Portuguese Royal Family arrival in Brazil. The choices made, the conflicts and the negotiations regarding the planning and execution of the restoration project are pointed out by the interviews with social actors in connection with the church, and entities responsible for the restoration as well as by the access to the material and documentation originated by and produced for the restoration process. By the analyses of the process of restoration, it is also noted that the church itself gives rise to different perceptions as consequence of it being subject to new uses and meanings, which are connected to museum and tourist practices that resulted from its architecture restoration. Finally, this work stresses the necessity to amplify studies of construction of memories under heritage`s reception by different social groups that want to represent and materialize a common memory.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – Religiosidade, poder e memória	
1.1. Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé – testemunha das transformações da colônia aos dias atuais.....	16
1.1.1. Primeiros Tempos.....	16
1.1.2. Elevação à Capela Real.....	19
1.1.3. Evolução arquitetônica da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé.....	24
1.1.4. A música na Capela Real.....	29
1.2. A Praça XV de Novembro e o Corredor Cultural.....	30
1.2.1. De Praia da Senhora do Ó à Praça XV de Novembro.....	30
1.2.2. O resgate da Praça XV através do projeto do Corredor Cultural.....	35
1.3. A festa dos 200 da chegada da Família Real.....	44
1.3.1. Reencenação do passado: o trabalho da Comissão D. João VI.....	44
1.3.2. O Rio de Janeiro volta ao passado e se legitima como narrador do Brasil.....	48
Capítulo 2 – Restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo: planejamento e execução	
2.1. As obras de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé.....	51
2.1.1. O governo do Rio de Janeiro se prepara para lembrar.....	51
2.1.2. Viabilizando o processo de restauração: contrato entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e Fundação Roberto Marinho.....	53
2.2. Os atores envolvidos nas obras de restauração.....	58
2.2.1. Atores em destaque: SEDREPAHC, Mitra Arquidiocesana, Iphan, Instituto de Arqueologia Brasileira e Fundação Roberto Marinho.....	58
2.2.2. Atores silenciosos: fiéis e funcionários.....	63
2.3. As obras de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé.....	69
2.3.1. Planejamento das ações.....	69
2.3.2. Pesquisa histórica e análise de danos.....	73
2.3.3. Patrimônio em disputa.....	76
2.3.4. Valorização do patrimônio: Museu de sítio arqueológico e Espetáculo de “Som e Luz”.....	82

Capítulo 3 – O diálogo entre o bem patrimonial restaurado e a sociedade

3.1. O patrimônio como ferramenta pedagógica.....	89
3.1.1. Educação patrimonial.....	89
3.1.2. As ações educativas durante as obras de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé.....	91
3.1.3. “Som e Luz” e Museu do sítio arqueológico: ações educativas permanentes	94
3.2. Bem patrimonial ou bem cultural?	97
3.3. Quando a Capela Real volta a ser Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé.....	103

Considerações finais.....	113
----------------------------------	------------

Anexos

Anexo1 -. Decreto nº 26.896 de 15 de agosto de 2006.....	115
Anexo 2 - Roteiro das entrevistas.....	116
Anexo 3 - Alvará de 15 de Junho de 1808.....	118
Anexo 4 - Decreto de Tombamento da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé.....	120
Anexo 5. - Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984.....	121
Anexo 6 - Decreto nº 26416 de 27 de abril de 2006.....	124
Anexo 7 - Decreto nº 24877 de 24 de novembro de 2004.....	125
Anexo 8 - Decreto nº 26239 de 06 de março de 2006.....	126
Anexo 9 - Decreto nº 26553 de 19 de maio de 2006.....	128
Anexo 10 - Cartas Patrimoniais – Carta de Burra, 1980.....	137

Bibliografia

Fontes Primárias.....	142
Livros e Artigos.....	144
Páginas da Internet.....	147

Lista de ilustrações

Mapa com os principais marcos urbanos da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII.....	19
Alken, Henry. <i>The Palace</i>	23
Frères, Thierry. <i>Mariage de S M I D Pedro 1er avec la Princesse Amélie de Leuchtenberg 2e Impératrice du Brésil</i>	25
Joaquim, Leandro. <i>Revista Militar no Largo do Paço</i>	33
Rugendas, Johann Moritz; <i>Rua Direita, 1832</i>	35
Mapa de zoneamento do Corredor Cultural.....	39
Mapa com proposta de intervenção urbanística do Corredor Cultural para a Praça XV.....	43
Foto do desfile que comemorou a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro.....	46
Imagem do selo comemorativo lançado pelos Correios em 2008.....	48
Plantas baixas arquitetônicas do térreo e 1º pavimento da Igreja Nossa Senhora do Carmo após as obras de restauração.....	71
Foto do interior restaurado da Igreja Nossa Senhora do Carmo no dia da sua reinauguração.....	78
Planta baixa com indicação das áreas escavadas pela equipe das pesquisas arqueológicas.	82
Planta baixa arquitetônica final do 1º pavimento – indicação das áreas onde se encontra o Museu de sítio arqueológico.....	84
Foto do espetáculo de “Som e Luz” da Igreja Nossa Senhora do Carmo.....	87

Introdução

Mas de tudo, terrível, fica um pouco,
e sob as ondas ritmadas
e sob as nuvens e os ventos
e sob as pontes e sob os túneis
e sob as labaredas e sob o sarcasmo
e sob a gosma e sob o vômito
e sob o soluço, o cárcere, o esquecido
e sob os espetáculos e sob a morte escarlate
e sob as bibliotecas, os asilos, as igrejas triunfantes
e sob tu mesmo e sob teus pés já duros
e sob os gonzos da família e da classe,
fica sempre um pouco de tudo.
Às vezes um botão. Às vezes um rato.
(Carlos Drummond de Andrade, 1945)

No mês de março de 2008 foi comemorado o bicentenário da chegada da Família Real ao Brasil. O clima de comemoração que se instaurou na cidade suscitou uma série de eventos que buscavam pôr em foco o acontecimento da vinda de D. João VI para as terras da colônia e todas as transformações na cidade que daí transcorreram.

Foi criada pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro a Comissão para as Comemorações do Bicentenário da Chegada de D. João ao Rio de Janeiro¹. Comissão essa que estava encarregada de coordenar os diversos eventos que se seguiram (cuja criação dá o tom da importância deste evento para o poder público) e indicar a maneira como eles deveriam ser executados.

O trabalho que desenvolverei trata justamente de uma dessas ações: o processo de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé².

Através de um convênio³ realizado entre a Prefeitura da cidade e a Fundação Roberto Marinho⁴, foi dado início em 18 de setembro de 2006 às obras que pretendiam, por fim,

¹ A Comissão foi formada através do Decreto Municipal nº 26.896 do dia 15 de agosto de 2006. Ver anexo 1

² A Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé também é mencionada na bibliografia consultada como: Igreja Nossa Senhora do Monte do Carmo, Igreja do Carmo e Igreja Nossa Senhora do Carmo. No texto me limitarei a nomeá-la de Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé e Igreja Nossa Senhora do Carmo.

³ “O convênio entre a Fundação Roberto Marinho e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro foi assinado no dia 11 de agosto de 2006. Nesta ocasião, também foi assinado um convênio de cooperação técnica que envolve, além das duas instituições, a Mitra Arquidiocesana e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.” FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Release Geral*. Rio de Janeiro, 2008.

⁴ A Fundação Roberto Marinho foi criada em 1977, pelo jornalista Roberto Marinho, com foco na educação e responsabilidade social. Disponível em <http://www.frm.org.br>; Acesso em 28 de outubro de 2008.

restaurar as características arquitetônicas da igreja, ao tempo em que esta era palco dos mais importantes eventos da Corte portuguesa. E assim, no dia 8 de março de 2008, foi realizada uma missa inaugural que devolvia este exemplar da arquitetura sacra colonial restaurada à cidade e à sua população.

Porém, o que hoje o visitante encontra no templo é mais do que havia antes da restauração. Após as obras outros usos foram incorporados ao cotidiano da igreja, e o espaço que antes tinha como experiência principal ritos litúrgicos agora se amplia e abriga novos significados. A Igreja Nossa Senhora do Carmo passa a ser palco de um espetáculo de “Som e Luz”, que através da projeção de imagens conta a história da igreja de maneira lúdica. Além disso, também foram encontrados durante o processo de restauração indícios de antigas construções, ossadas e objetos que deram origem ao Museu do sítio arqueológico, o qual testemunha a evolução arquitetônica e das formas de ocupação daquele local. O processo de restauração e as novas atividades que foram implantadas trouxeram para a igreja novos atributos simbólicos que estabeleceram com os grupos sociais – antigos e novos – uma relação que merece ser analisada com maior atenção.

As possibilidades de uso que surgem a partir da intervenção patrimonial em um bem com uma função tão marcante, como é o caso dos templos religiosos, suscitaram meu interesse para o tema da restauração da igreja. Um dos fatores que me fizeram estudar arquitetura foi a possibilidade de criação de espaços, ou seja, atmosferas interiores que estão separadas do mundo externo por invólucros que vão além das estruturas com belas proporções, que nós arquitetos damos forma.

Nesse caminho, dispensei um olhar mais atento - e foi objeto de meu trabalho final de graduação - foram os espaços religiosos. Transpor as portas de uma construção religiosa, normalmente, modifica nossa atitude, que se torna mais reverente. O que haveria nestas construções que as tornam receptáculos do sagrado⁵ e as distinguem das demais que se

⁵ Mircea Eliade, em seu livro *O sagrado e o profano*, analisa as formas com que a oposição entre sagrado e profano se faz presente na sociedade. O trecho selecionado que transcrevo a seguir, dá conta de como um espaço sagrado se constrói qualitativamente diferente de um espaço profano que o circunda.

“A fim de pôr em evidência a não homogeneidade do espaço, tal qual ela é vivida pelo homem religioso, pode-se fazer apelo a qualquer religião. Escolhamos um exemplo ao alcance de todos: uma igreja, numa cidade moderna. Para um crente, essa igreja faz parte de um espaço diferente da rua onde ela se encontra. A porta que se abre para o interior da igreja significa, de fato, uma solução de continuidade. O limiar que separa os dois espaços indica ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distingue e opõe dois mundos – e o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado.

Uma função ritual análoga é transferida para o limiar das habitações humanas, e é por essa razão que este último goza de tanta importância. Numerosos ritos acompanham a passagem do limiar doméstico: reverências ou prostrações, toques devotados com a mão e etc.. O limiar tem os seus “guardiões”: deuses e espíritos que proíbem a entrada tanto aos adversários humanos como às potências demoníacas e pestilenciais. É

enfileiram ao seu lado? E indo além, como as intervenções feitas neste tipo de construção interferem e dialogam com as diversas memórias ligadas a esse espaço? Neste sentido, a minha reflexão tem o intuito de entender como é percebida esta igreja e seu processo de restauração que promove, para além de uma recuperação arquitetônica, a inclusão de novos usos e, de alguma maneira, a chamada para outros atores sociais.

Para esta análise a intenção era, utilizando a metodologia da história oral, realizar entrevistas temáticas semi-diretivas⁶ com os atores envolvidos na restauração, de modo a documentar o processo de escolha deste bem como monumento símbolo das comemorações. Buscava-se conhecer, ainda, as orientações que nortearam as escolhas técnicas e a forma com que este bem foi reinserido, agora com novos usos, ao cotidiano da cidade. Porém, em decorrência de dificuldades de contato e agenda, as entrevistas com os representantes do poder público não foram possíveis. Em contrapartida, a recepção positiva por parte do pároco da igreja e dos fiéis foi muito além da esperada. Houve uma enorme disponibilidade para a realização das entrevistas, e que foram decisivas para a mudança de enfoque deste trabalho. Foram entrevistadas nove pessoas, entre junho a agosto de 2009, ligadas à paróquia, como o Pe. Roque e fiéis reunidos na confraria N. Sra da Cabeça e no grupo de oração Pão da Palavra. Tenho ainda que salientar o grande apoio dado pela Fundação Roberto Marinho, na figura da arquiteta Mariângela Castro⁷, que além de me conceder uma belíssima entrevista,

no limiar que se oferecem sacrifícios às divindades guardiãs. É também no limiar que certas culturas paleo-orientais (Babilônia, Egito, Israel) situavam o julgamento. O limiar, a porta, mostra de uma maneira imediata e concreta a solução de continuidade do espaço; daí a sua grande importância religiosa, porque se trata de um símbolo e, ao mesmo tempo, de um veículo de passagem.

Depois de tudo o que acabamos de dizer, é fácil compreender por que a igreja participa de um espaço totalmente diferente das aglomerações humanas que a rodeiam. No interior do recinto sagrado, o mundo profano é transcendido. Nos níveis mais arcaicos de cultura, essa possibilidade de transcendência exprime-se pelas diferentes imagens de uma abertura: lá, no recinto sagrado, torna-se possível a comunicação com os deuses; conseqüentemente, deve existir uma “porta” para o alto, por onde os deuses podem descer à Terra e o homem pode subir simbolicamente ao Céu. Assim acontece em numerosas religiões: o templo constitui, por assim dizer, uma “abertura” para o alto e assegura a comunicação com o mundo dos deuses.” (ELIADE, 1992:19)

⁶ Foram elaborados três roteiros de entrevistas - ver anexo 2 – cada um deles voltado para grupos de atores sociais distintos e que atuaram de maneira diversa durante o processo de restauração. O primeiro roteiro foi elaborado para as entrevistas com os paroquianos e funcionários da igreja e seu foco era entender qual era a relação do entrevistado com a igreja e sua história dentro daquele espaço. Além disso, o roteiro possibilitava uma comparação entre o momento que antecedeu a restauração, o período das obras e como estava sendo a retomada das atividades cotidianas após a reabertura.

O segundo e terceiro roteiros estavam direcionados, respectivamente, à arquiteta Mariângela Castro, gerente de projetos da Fundação Roberto Marinho e ao Padre Roque, pároco da igreja desde 2005. Esses roteiros buscavam evidenciar como se deu a mediação dos conflitos e o processo de escolhas relacionado às obras. No roteiro direcionado ao Padre Roque também há a exploração mais detalhada sobre como esta sendo feito o gerenciamento da igreja após sua abertura e quais os benefícios e dificuldades de advieram das obras.

⁷ A arquiteta Mariângela Castro é carioca, nascida em 09 de dezembro de 1955. Trabalha na Fundação Roberto Marinho desde 1985, ocupando hoje o cargo de Gerente de patrimônio. Neste período já atuou em diversos projetos, nos quais destacam-se: a restauração da Igreja da Lapa dos Mercadores no Rio de Janeiro, a

me pôs em contato com a documentação textual e fotográfica gerada para e pelas obras de restauração.

As entrevistas me trouxeram um ponto de vista instigante para pensar o patrimônio⁸, as memórias e polissemias que com ele se relacionam. Pude verificar quais eram as memórias que criavam as relações de pertencimento entre os atores e àquele local e como foi o transcorrer do processo, que culminou na reinauguração da igreja, mas que continua ecoando até hoje naquele espaço. A construção simbólica do bem patrimonial, através do confronto entre a memória institucional, gerada e propagada pelo poder público, e as memórias particulares dos agentes sociais, se configuram na tônica deste trabalho. Seu objetivo é lançar uma luz sobre como a multiplicidade de olhares que recaem sobre uma única construção tornam-na passível de diversas – e por vezes, divergentes - interpretações e significados.

Para dar conta do tema, a dissertação foi organizada em três capítulos que buscam, de maneira seqüencial, levar o leitor ao tempo anterior à restauração de 2006, ao momento da restauração (2006-2008) e, finalmente, ao momento subsequente a ela.

No capítulo 1 são abordados os aspectos relevantes da evolução simbólica e arquitetônica da Igreja Nossa Senhora do Carmo, desde sua fundação até o momento que antecede ao início das comemorações do bicentenário. São exploradas as relações que esta

recuperação da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, a recuperação do pátio interno do Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, o projeto de revitalização do Parque Ibirapuera de São Paulo, a recuperação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o restauro da Igreja da Pampulha em Belo Horizonte, a implantação do Memorial do Rio Grande do Sul, a execução do Anfiteatro Por do Sol em Porto Alegre, a revitalização do Museu Náutico de Rio Grande, a implantação do “Som e Luz” na Igreja de S. Francisco da Ordem III em Salvador, a implantação do Museu do Descobrimento de Porto Seguro, o projeto de implantação de escadas rolantes e elevadores no Cristo Redentor, o projeto Memória do Movimento Estudantil, e, atualmente, a implantação do Paço Frevo em Recife que começará em janeiro de 2010.

Foi coordenadora do livro *Igreja Nossa Senhora da antiga Sé: história e restauração*, lançado em janeiro de 2009, e que trata da restauração da igreja realizada para as comemorações do bicentenário de chegada da Família Real ao Rio de Janeiro.

Mariângela Castro me concedeu entrevista temática sobre o processo de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo, do qual foi coordenadora, no dia 27 de junho de 2009, em seu apartamento na Lagoa, zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

⁸ A socióloga Lúcia Lippi em seu livro *Cultura é patrimônio: um guia* nos indica de que maneira podemos entender a noção de patrimônio nos dias de hoje:

“Os chamados patrimônios históricos e artísticos têm, nas modernas sociedades ocidentais, a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação. O pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da idéia de propriedade sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros. Daí o termo “patrimônio”.

(...) Nos dias de hoje, os discursos sobre o patrimônio enfatizam seu caráter de construção ou invenção, derivado das concepções antropológicas de cultura, que passa a ser tomada como sistema simbólico, como estrutura de significados pelas quais os homens orientam suas ações. Outra novidade no campo foi a categoria de patrimônio imaterial ou intangível. É preciso reforçar que os bens que configuram o patrimônio têm, ao mesmo tempo, um sentido prático e simbólico. Fala-se de objetos que têm “ressonância”, que fazem a mediação entre passado e presente, entre imaterial e material, entre alma e corpo, que são condição e efeito de determinada modalidade de autoconsciência.” (OLIVEIRA, 2008:114-135)

construção originalmente estabelece com a sociedade, com o seu entorno – Praça XV de Novembro⁹ – e os diferentes papéis que ela representou ao longo de sua história.

Além disso, inicio a discussão sobre as ações voltadas para o patrimônio, tomando como referência o próprio sítio onde a igreja se insere e a experiência de preservação que ali aconteceu. A intenção é verificar como se estabelece o diálogo entre a Praça XV e a igreja, tendo em vista que ambos sofrem processos que buscam ressignificar seu presente através de seu passado.

O fechamento do capítulo introduz o que será abordado no seguinte, iniciando a análise dos preparativos da festa dos duzentos anos. A dimensão que o poder público carioca deu a esta celebração se destaca no território nacional e me levaram a indagar que significados emanam dela. O encerramento do capítulo 1 aprofunda, com uma rápida incursão pela história da historiografia, a discussão sobre os condicionantes políticos da memória histórica evocada nas celebrações, rituais, discursos e signos associados a bens culturais, que buscam dar identidade a um grupo social.

O segundo capítulo discute o processo que culminou na reabertura da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé restaurada no dia 08 de março de 2008. Busquei entender como a restauração se insere dentro do panorama das comemorações, qual foi o seu papel e o que ela representou neste contexto. Dentro desta análise fui levada a identificar quem eram os atores envolvidos e como eles interagiram no intuito de concretizar, através das obras, um ideal simbólico pensado pelo poder público carioca.

Nesse tópico trato das escolhas, conflitos e mediações inerentes à intervenção no bem patrimonial, bem como a coexistência de várias memórias relacionadas ao objeto, as quais se manifestam e concorrem a todo o momento. É também neste capítulo que identifico as memórias particulares daqueles que já vivenciavam aquele espaço e questiono o lugar ocupado por elas durante o período da restauração.

Como fechamento, o capítulo 3 aborda a maneira como o bem patrimonial restaurado se reinsere na sociedade que o circunda, após sofrer uma intervenção que pretende transformá-lo em porta-voz de uma memória eleita. Para essa discussão lanço um olhar sobre as estratégias contemporâneas que pretendem promover uma aproximação entre sociedade e bem patrimonial, e as diversas maneiras como os indivíduos se apropriam e se valorizam através dele.

⁹ “Por área da Praça XV entendemos aqui todo o setor compreendido entre as ruas Santa Luzia, Antônio Carlos, 1º de Março, Presidente Vargas e Alfredo Agache.” (PINHEIRO, 1984:133)

Por fim, mas ainda dentro da intenção de observar os desafios que surgem na reintrodução do patrimônio eleito, analiso, particularmente, o modo como vem se dando este processo no caso da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé. Esta, após a reabertura, vem experimentando novas situações cotidianas que nos ajudam na reflexão de como o bem patrimonial se reinventa e ganha novas nuances memorialísticas à medida que é restabelecida sua comunicação com a sociedade.

Capítulo 1 - Religiosidade, poder e memória

1.1.- Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé – testemunha das transformações da colônia aos dias atuais

1.1.1.- Primeiros tempos

A história da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé se confunde com a história da própria cidade do Rio de Janeiro. Quando, por volta da segunda metade do século XVI (LUSTOSA, 2008), o pequeno núcleo populacional já havia migrado das cercanias da Praia Vermelha, ao pé do morro do Pão de Açúcar, para o alto do Morro do Castelo, havia, além das construções simples dos primeiros habitantes, outras que se localizavam de maneira mais dispersa e afastada deste pequeno centro. Eram edificações que possuíam caráter religioso e estavam na parte baixa da cidade: as ermidas¹⁰.

Entre as ermidas que já estavam construídas na cidade neste período – Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Ajuda (LUSTOSA, 2008) – destaca-se a de Nossa Senhora do Ó, esta talvez a mais antiga delas. Esta pequena construção se situava no Terreiro do Ó defronte a uma praia, que durante alguns anos manteve o nome de Praia da Senhora do Ó, local onde hoje está a Praça XV de Novembro.

A ermida de Nossa Senhora do Ó abrigou em 1589 os recém chegados beneditinos¹¹, que assim como outras ordens religiosas vieram se estabelecer nas terras da colônia recém descoberta para legitimar a presença da Coroa portuguesa, que estava intimamente ligada à Igreja Católica. Entretanto, os beneditinos logo se mudaram para um morro próximo, que em função desta ocupação passou a se chamar Morro de São Bento. Mas a pequena construção ficou pouco tempo desocupada, pois no ano de 1590, a Ordem dos Carmelitas¹² desembarcava

¹⁰ “sf (de ermo) 1 Capela ou pequena igreja isolada do povoado. 2 Pequena igreja; capela.” Disponível em <http://michaelis.uol.com.br>; Acesso em 11 de maio de 2009.

¹¹ Ordem religiosa católica surgida a partir dos escritos de Bento de Núrsia, chamados de *Regras de São Bento*, que norteiam a vida em comunidade dos monges da Ordem. “Em 1581, vindos de Tibães (Portugal), os monges de São Bento chegaram ao Brasil, à Cidade do Salvador (...) logo construíram o primeiro cenóbio que, em 1584 foi elevado à categoria de abadia. As fundações se repetiram com o mesmo sucesso, no Rio de Janeiro, em Olinda, Paraíba (1607) e São Paulo (1635).” Disponível em <http://www.osb.org.br/cimbra/ordemHistorico.asp>; Acesso em 11 de maio de 2009.

¹² Ordem religiosa católica surgida no final do século XI na região do Monte Carmelo, uma cadeia de colinas localizada no atual estado de Israel. “A nossa História no Brasil começou em 1580 quando aqui chegaram, vindos de Portugal, quatro Religiosos Carmelitas liderados por Frei Bernardo Pimentel Ord. Carm. Sucederam-se então as fundações dos nossos conventos: em 1584 o Convento de Olinda/PE, em 1589 o de Santos/SP, em 1590 o do Rio de Janeiro/RJ, em 1594 ode São Paulo/SP, em 1608 o de Angra dos Reis/RJ, em 1627 o de Mogí das Cruzes/SP, em 1622 o de Vitória/ES, e em 1718 de Itú/SP.” Disponível em <http://www.pcse.org.br>; Acesso em 06 de janeiro de 2009.

na cidade do Rio de Janeiro e lá os religiosos se instalaram. (LUSTOSA, 2008). Este momento de ocupação da ermida pelos carmelitas pode ser identificado como o início da trajetória do objeto que pretendo discutir, pois este carregará o nome dado a padroeira deste grupo até os dias atuais.

A ermida serviu às necessidades do grupo religioso por poucos anos, pois durante a celebração de um rito a edificação não resistiu e veio a desmoronar matando vários de seus fiéis que estavam em seu interior neste momento (LUSTOSA, 2008). Sobre os escombros da antiga ermida desmoronada a Ordem dos Carmelitas inicia a construção de uma nova igreja para abrigar a congregação.

No final do século XVI e início do XVII as outras ordens religiosas começaram a construir suas sedes na Rua Direita, atual Primeiro de Março, que possuía esse nome por ligar o Morro do Castelo ao Morro de São Bento através de uma reta e começava a se configurar no logradouro mais importante da cidade. A mudança de localização do pequeno povoado do Morro do Castelo para a várzea pode ser entendida quando percebemos que a posição da cidade em terras altas era estratégica e facilitava a defesa da área. As tentativas de invasão que ocorreram no início da colonização arrefeceram e isso possibilitou a fixação da população nas terras mais baixas e próximas ao porto. Segundo Rachel Sisson em seu artigo *O Rio de Janeiro de D. João VI como etapa na formação da cidade contemporânea*, os marcos religiosos – igrejas, paços e oratórios – são referências primordiais dentro do espaço urbano do Rio de Janeiro colonial, relacionando-se de maneira representativa e diversa com os grupos sociais existentes naquele período. A existência de um grande número de marcos deste tipo indica a importância da presença religiosa católica antes mesmo da chegada da Família Real e como os espaços rituais funcionavam como focos na organização do espaço urbano (SISSON, 2000:2).

Além das ordens religiosas, a Casa de *ver-o-peso*¹³ foi transferida para as proximidades da Rua Direita, aumentando a circulação de pessoas e mercadorias. Tal transferência resultou também na construção da Câmara dos Vereadores, que àquela época tinha como uma de suas atribuições a fiscalização do comércio no Terreiro do Ó. A Câmara determinou que um pelourinho¹⁴ fosse instalado no meio do largo e como neste período o

¹³ “sm (corr de haver o peso) Casa fiscal onde se examinava o peso dos gêneros para a venda.” Disponível em <http://michaelis.uol.com.br>; Acesso em 11 de maio de 2009.

¹⁴ “sm (fr pilori) 1 Coluna ou armação de madeira levantada em lugar público, junto da qual se expunham e castigavam os criminosos. 2 Aparelho giratório de madeira, que também servia para castigo de criminosos.” Disponível em <http://michaelis.uol.com.br>; Acesso em 11 de maio de 2009.

pelourinho era chamado de *polé*, essa estrutura acaba por mudar o nome do lugar que passa de Terreiro do Ó para Terreiro do Polé (LUSTOSA, 2008). Neste momento a cidade do Rio de Janeiro se resumia a este pequeno núcleo populacional que tinha no terreiro seu “elemento focal” (SISSON, 2000:3) em formação.

Em 1619, concomitantemente às obras da nova igreja, os carmelitas iniciavam as obras de construção de seu convento. Essa edificação foi localizada ao lado da Igreja Nossa Senhora do Carmo, que estava sendo erguida bem defronte ao terreiro. É um período de estruturação do crescimento da cidade, que passa a estabelecer uma estreita relação com o porto e com o movimento que dele advinha. As chegadas e partidas dos navios trazem marinheiro e mercadorias que fomentam o comércio local e tornam a cidade dotada de múltiplos usos e significados. O deslocamento da população que ainda neste momento permanecia no Morro do Castelo se intensifica em direção aos arredores da Rua Direita e Terreiro do Polé. Em 1698 a Casa da Moeda passa a funcionar ocupando a estrutura de um armazém que se situava em frente ao Convento dos Carmelitas. Alguns anos mais tarde, em 1743 (LUSTOSA, 2008), é inaugurado o atual Paço Imperial, que irá abrigar ao longo dos anos os governadores da cidade, vice-reis e, finalmente, o rei D. João VI.

Testemunha desse processo de mudança urbanística que estava em curso na cidade, a nova igreja dos carmelitas é inaugurada em 1761. Este novo templo começa a influenciar o seu entorno e o terreiro, até então chamado de Terreiro do Polé, passa a ser denominado Largo do Carmo. (LUSTOSA, 2008). A inauguração da igreja e a alteração do nome do largo onde ela se encontra, estabelece uma relação íntima entre esta construção religiosa e o espaço urbano, como já nos alertou Sisson, e nos faz questionar como irá se desenvolver, no decorrer dos anos, essa relação. Neste primeiro momento, antes da chegada da Corte, vemos que o espaço ao redor da construção religiosa se referencia a ela, indicando que ali está seu marco principal e de maior valor para a população local. Vale indicar esse momento da história da igreja como aquele que a eleva a um lugar de destaque dentro da cidade que se encontra em processo de desenvolvimento, e se ressignifica através de seus monumentos.

Principais marcos urbanos da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII



- Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo
- Palácio dos Vice Reis
- Largo do Carmo
- Marcos religiosos
- Rua Direita
- Porto

Cartografia de 1775 sobre a qual indiquei as principais construções da cidade do Rio de Janeiro dando ênfase as que são ligadas às irmandades religiosas. Percebe-se no mapa a centralidade do Largo do Carmo se configurando na porta de entrada da cidade.

Fonte: Vilhena, Luis dos Santos. *Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro - 1775*, Detalhe, Fundação Biblioteca Nacional

1.1.2.- Elevação à Capela Real

Sabia já o que os pais lhe haviam dito, mas naturalmente tinha para si que eles pouco mais conheceriam do que o que se passou nas ruas. Queria a notícia das tribunas da Capela Imperial e dos salões dos bailes. Nascera muito depois daquelas festas célebres. Ouvindo falar várias vezes da maioridade, teimou um dia em saber o que fora este acontecimento; disseram-lho, e achou que o Imperador fizera muito bem em querer subir ao trono aos quinze anos. Tudo era matéria às curiosidades de Capitu, mobílias antigas, alfaias velhas, costumes, notícias de Itaguaí, a infância e a mocidade de minha mãe, um dito daqui, uma lembrança dali, um adágio dacolá... (Machado de Assis, *Dom Casmurro*, Capítulo XXXI)

Em 08 de março de 1808 a chegada da Família Real Portuguesa e toda a Corte, que vinham se abrigar na colônia fugindo das tropas de Napoleão, transformou ainda mais a cidade do Rio de Janeiro no que diz respeito aos seus hábitos e processo de desenvolvimento urbanístico e cultural. O deslocamento do centro de poder decisório do Reino Unido de Portugal e Algarves ocasionou na colônia, e principalmente na cidade do Rio de Janeiro, uma mudança de status que acabou por acelerar um processo em que a cidade buscava estar à altura de seus novos habitantes e ser para eles uma capital européia nos trópicos. Esse ponto de inflexão na história influenciou decisivamente na alteração e hierarquizações dos espaços urbanos, construções, costumes, gostos e em todos os aspectos que gerem a vida em sociedade. Quando os novos atores sociais entram em cena, as referências simbólicas são alteradas e a sociedade colonial passa a conviver com signos que antes não faziam parte de seu cotidiano. Além disso, a nova dinâmica que se estabelece entre a Corte e a cidade contribui para a diferenciação dos espaços freqüentados por ela.

A apropriação do espaço construído existente subverte a ordem hierárquica estabelecida até então. Um exemplo da relação de ganho e perda de status das construções que ocorreu na cidade está na alteração da Sé-Catedral¹⁵. A Sé, quando da chegada de D. João, era a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, porém esta perde o título para a Igreja Nossa Senhora do Carmo, “a mais rica e ornamentada da cidade” (LUSTOSA, 2008:43) por motivos que analisarei a seguir.

A Família Real e a Corte que a acompanhava serviram de referência para a maneira de viver dos cariocas. Foram eles que estabeleceram os parâmetros de refinamento a serem seguidos pelas elites locais e que resultaram em uma nova realidade para os antigos habitantes. Estes precisaram se adaptar àquele modo de vida europeu e ressignificar a maneira como viam a cidade.

O processo que transformou a Igreja Nossa Senhora do Carmo em Capela Real e Sé-Catedral é emblemático para entendermos as transformações que estavam ocorrendo neste período. Até o momento da chegada da Família Real, a Sé da cidade do Rio de Janeiro estava instalada provisoriamente na Irmandade dos Homens Pretos localizada na Rua da Vala, atual Rua Uruguaiana, em função de conflitos entre a ordem beneditina e o cabido¹⁶. Desde a

¹⁵“adj m+f (cátedra1+a13) 1 Relativo à igreja principal de um bispado ou arcebispado. 2 Concernente à cátedra. sf Igreja principal, sede de um bispado ou arcebispado; sé”. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br>; Acesso em 11 de maio de 2009. O uso das palavras *Sé* e *Catedral* separadamente não alteram o seu significado.

¹⁶“Colégio de padres que formam a Catedral fora instituído em 18 de janeiro de 1685. O corpo capitular era inicialmente composto por: um deão, um chantre, um tesoureiro-mor, um mestre-escola, um arcediogo, oito cônegos, um subchantre, quatro capelães, quatro moços de coro, um organista, um mestre-de-capela (pessoa

criação da Diocese do Rio de Janeiro em 1676, a Catedral já havia se estabelecido nos seguintes locais: Igreja de São Sebastião no Morro do Castelo (1676), Ermida de São José na Rua Direita (1682), Igreja da Santa Cruz dos Militares na Rua Direita (1734) e Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos na Rua da Vala (1737). A constante alteração de endereço da Sé se deve ao grande número de integrantes do cabido, pois essas igrejas viam dificuldades em acomodá-lo em suas sedes, que eram pequenas para abrigá-lo além dos seus próprios integrantes.

Quando da chegada da Família Real esperava-se que a missa de ação de graças fosse ocorrer na igreja mais luxuosa, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, por ser esta a que melhor se adequaria a tal evento. Porém, D. João VI optou por realizar a cerimônia na Sé até então oficial: a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Logo em seguida, no dia 15 de junho de 1808, D. João tratou de nomear, através de alvará, a Igreja Nossa Senhora do Carmo Capela Real e Sé-Catedral e ordenou que para lá fosse transferido todo o cabido.

I. Que o Cabido da Cathedral seja logo com a possível brevidade transferido com todas as pessoas, Cantores e Ministros, de que se compõe no estado actual em que se acha na Igreja da Confraria do Rosario, para a Igreja que foi dos Religiosos do Carmo, contigua ao Real Palacio da minha residencia; para onde se passarão igualmente todos os vasos sagrados, paramentos, alfaias e todos os moveis que pertencerem ao mesmo Cabido e possam de alguma sorte servir no exercicio de suas funcções.¹⁷

O ato que transforma a Igreja Nossa Senhora do Carmo em Capela Real configura-se na apropriação de um monumento local importante pelo poder recém chegado. De certa maneira ele torna concreto o estabelecimento de uma nova realidade e, através da eleição da igreja, sedimenta a nova relação com o poder real. Não será mais o poder que está em outro continente, ele está presente nas terras da colônia e incorpora os marcos simbólicos, até então locais, como parte de seu próprio repertório, garantindo dessa forma que seja percebido pela população como presente.

A chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro causou grande impacto na cidade, não apenas pelo deslocamento do poder decisório para a colônia, mas também em função da

responsável pela preparação das músicas destinadas às cerimônias religiosas), um sacristão, um porteiro de maça, um cura, um coadjutor e um mestre de cerimônias” (LUSTOSA, 2008: 43)

¹⁷ Ver íntegra do Alvará de 15 de junho de 1808 no anexo 3

necessidade de acomodar pessoas tão nobres. A cidade até então, conforme cita Oliveira Lima em seu livro *D. João VI no Brasil*, ainda não havia sofrido grandes transformações urbanísticas e suas

ruas estreitíssimas, lembrando mourarias; as vivendas sem quaisquer vislumbres de arquitetura, afora possíveis detalhes de bom gosto, um portal ou uma varanda; os conventos numerosos, mas simplesmente habitáveis, exceção feita dos de São Bento e Santo Antônio, situados em eminências e mais decentemente preparados; as igrejas, luxo de toda cidade portuguesa, frequentes porém inferiores nas proporções e na decoração de talha dourada às da Bahia (LIMA, 2006:67)

não estariam imediatamente preparadas para recebê-los. A Família Real foi então acomodada nos edifícios existentes no entorno do Largo do Carmo: o Palácio dos Vice-Reis acomodou D. João VI e sua esposa, Dona Carlota Joaquina, e o Convento dos Carmelitas acomodou a rainha, Dona Maria I. Após a chegada de D. João VI o Largo do Carmo passa a ser chamado de Largo do Paço, numa clara referência à hierarquia das edificações que se estabelecia neste local.

Para a escolha da igreja Nossa Senhora do Carmo para Capela Real e Sé-Catedral sua localização, próxima aos locais onde os principais personagens da Corte portuguesa foram instalados, foi decisiva. Esse fato fica registrado no Alvará de 15 de junho de 1808, que justifica a escolha em razão de: “não quere[r]perder nunca o antiquíssimo costume de manter junto ao meu Real Palacio uma Capella Real, não só para maior commodidade e edificação da minha Real Familia, mas sobretudo para maior decencia, e esplendor do Culto Divino”¹⁸

O texto deste documento indica a estreita relação que existia entre a Corte portuguesa e a Igreja. Uma estava imbricada na outra, definindo a importância que a instituição religiosa possuía em todo o domínio português. A partir deste momento todas as celebrações religiosas, excepcionais e rotineiras, da Família Real e de todos os empregados da mesma seriam realizadas nesta igreja. A primeira celebração da nova Sé se deu logo no dia 16 de junho de 1808, com a realização da festa do Corpo de Deus, com a presença do Príncipe Regente e da Família Real.

Os códigos de sociabilidade, os rituais, hábitos e etiqueta dos novos habitantes ficavam em evidência nas celebrações que ocorriam na Igreja Nossa Senhora do Carmo. A Corte portuguesa fazia dos rituais litúrgicos o ponto focal de suas festas e comemorações.

¹⁸ Ver íntegra do Alvará de 15 de junho de 1808 no anexo 3

Essas festas eram exuberantes para uma sociedade colonial que não estava acostumada ao luxo da monarquia européia.

Quando nos dias atuais passamos na porta desta construção, que não se destaca em nada das demais igrejas que estão edificadas próximas a ela, não imaginamos que este tenha sido o palco para tantos eventos e celebrações que povoam os livros de história, nem que tenha servido de vitrine para tantos hábitos novos, trejeitos e costumes que ultrapassaram aquelas portas e ganharam as ruas, numa interpretação tropical do que seria a maneira de viver de uma Corte. Assim como a Capela Real, a sociedade que a circundava também tentava fazer jus à sua nova posição de súditos mais próximos aos governantes. E a cidade, antes tímida e simples, ganhava ares de capital européia, com novos anseios e novas respostas a esses anseios. Cresce o comércio, com lojas e artigos que antes não faziam parte da demanda local, aumenta a entrada de visitantes europeus que vêm retratar o “exotismo” desta cidade e deste país de onde parte um poder europeu, crescem as festas e novas celebrações para homenagear a Corte e movimentar a vida social. E com isso também surgem os bancos, a imprensa e mais uma gama de instituições necessárias ao viver de uma grande urbe em formação.



Ilustração que mostra o Largo do Paço com suas edificações: Paço Real e, ao fundo à direita, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Fonte: Alken, Henry. *The Palace*, Fundação da Biblioteca Nacional.

1.1.3. – Evolução arquitetônica da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé

A Igreja Nossa Senhora do Carmo, antes mesmo de D. João VI chegar ao Brasil, já era uma das mais bonitas igrejas da cidade. Ela competia com a Igreja dos Beneditinos pelo título de a mais bem decorada (LUSTOSA, 2008). Seu interior havia sido trabalhado pelo mestre Inácio Ferreira Pinto, cujas talhas¹⁹ em estilo rococó²⁰ conferiam ao interior da construção distinção com relação às demais sedes religiosas.

Porém, apesar do esmero na decoração que a Igreja Nossa Senhora do Carmo apresentava em seu interior, as fachadas, quando da chegada da Família Real, ainda estavam inacabadas e só haveriam de ser terminadas anos mais tarde.

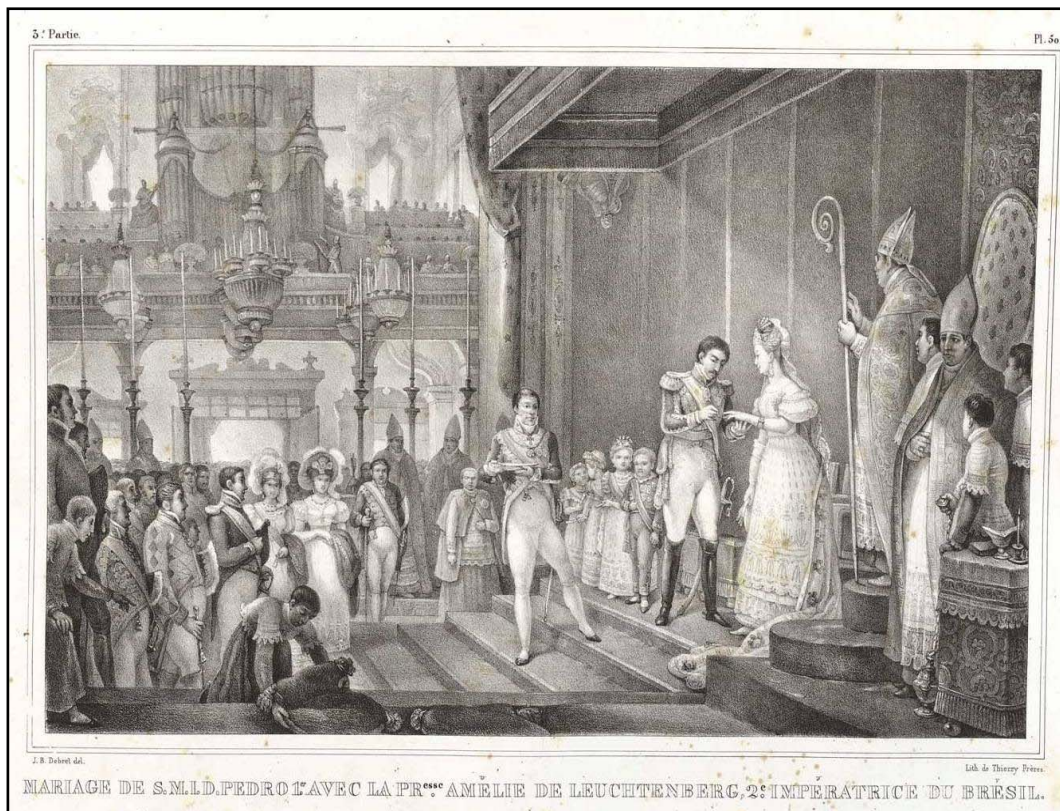
Durante os anos de 1817 e 1818, quando ocorreu o casamento de D. Pedro I com a imperatriz Leopoldina e a coroação de D. João VI, a igreja finalmente foi alvo de investimentos para a melhoria de seu interior. As talhas foram douradas²¹ e as paredes receberam pintura na cor clara que destacava as volutas de mestre Inácio. Outro aspecto interessante desta época se deve ao fato de ter havido um concurso que escolhesse um artista para pintar, no altar-mor, um quadro que retratasse a Família Real. O escolhido foi Leandro de Carvalho, que os representou aos pés da Virgem Maria carregada por anjos.

Com a Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, a Igreja Nossa Senhora do Carmo passou a ser denominada Capela Imperial e manteve seu status de sede dos principais eventos oficiais. No dia da aclamação do novo imperador, este saiu do Campo de Santana, seguido por toda a Corte e pela multidão, até a Igreja Nossa Senhora do Carmo (LUSTOSA, 2008). Neste mesmo período, reforçando a importância da igreja como local escolhido para os ritos religiosos da nobreza, suas fachadas foram finalmente concluídas pelo arquiteto português Pedro Alexandre Cavroé. Além das fachadas, o templo recebeu um novo sino, chamado D. João VI, que possuía o brasão da Família Real Portuguesa.

¹⁹ A talha é uma técnica de escultura em madeira muito utilizada nas igrejas em estilo barroco e rococó.

²⁰ Estilo decorativo que surgiu na França no século XVIII e que, diferente do barroco, tem a predominância dos vazios sobre os cheios – isto é, os elementos aplicados são facilmente reconhecidos em contraste com o fundo claro e liso.

²¹ A douração consiste em uma técnica onde são aplicadas folhas de ouro muito finas sobre ornamentos. No caso da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, foi feita a douração sobre as talhas de madeira.



Esta ilustração retrata o casamento de D. Pedro I com a Princesa Amélie de Leuchtenberg, realizado na Capela Imperial, em 17 de outubro de 1829. Nela podemos notar a ornamentação interna da igreja nos tempos do império.

Fonte: Frères, Thierry. *Mariage de S M I D Pedro 1er avec la Princesse Amélie de Leuchtenberg 2e Impératrice du Brésil*, Fundação da Biblioteca Nacional

A Capela Imperial viveu até o governo de D. Pedro I seus anos de maior aprimoramento estético, refinamento posteriormente explorado durante as obras de restauração ocorridas para a comemoração do bicentenário da chegada da Família Real.

Após a renúncia de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, a igreja caiu em um período de ostracismo, que pode ser identificado pela extinção de sua orquestra e ausência de celebrações. Suas atividades só foram retomadas em 1842, após a coroação de D. Pedro II, evento que também promoveu o ressurgimento de sua orquestra. Mesmo o local permanecendo para os ritos da Família Imperial, a capela, ainda nos primeiros anos de governo de D. Pedro II, travou uma luta para recuperar seu esplendor. A cidade crescia e exigia adequações urbanísticas que, por vezes, interferiam nas edificações existentes. Em 1856 iniciou-se uma obra para a abertura da antiga Rua do Cano, atual Rua Sete de Setembro, de forma a prolongá-la até a Rua Direita. Essa intervenção, cujo intuito era ligar o Largo do Paço ao Largo de São Francisco, resultaria na separação entre o Convento do Carmo e a capela, por conta da demolição de parte da lateral esquerda da igreja.

A obra se arrastou por mais de cinco anos e a solução para manter ligado o Paço à capela foi um passadiço de madeira que causou polêmica na época, conforme nos conta Isabel Lustosa em seu capítulo sobre a história da Igreja Nossa Senhora do Carmo²².

Passado o período de relativo esquecimento, a capela, gradativamente, recuperou seu lugar de prestígio nas comemorações da Família Imperial. Nela foram realizados os batizados dos filhos de D. Pedro II e de Dona Teresa Cristina e os casamentos das princesas Isabel e Leopoldina.

Como se vê, durante os anos de monarquia no Brasil, assim como ocorreu em Portugal, a Igreja estava intimamente ligada aos governantes. Eram os reis quem, de fato, organizavam e administravam a Igreja Católica em seus domínios. Porém, na transição entre o Império e a República, tem início a progressiva separação entre essas instituições. O distanciamento, então em curso, está refletido na maneira como a Sé-Catedral foi tratada durante os últimos anos do Império. Se durante o período joanino ela era um ator importante e de merecido destaque na dinâmica social, o mesmo não aconteceu no período próximo à proclamação da República. Obviamente, ela era considerada a igreja mais importante dentro da hierarquia dos templos da cidade, mas em alguns momentos viu-se negligenciada, o que não ocorreria no tempo em que a Igreja Católica andava ao lado e em perfeita sintonia com o poder real.

As últimas grandes reformas que acometeram à Igreja Nossa Senhora do Carmo ocorreram no período em que o Cardeal Arcoverde “permaneceu à frente da diocese de 1897 a 1930” (SCWARCZ, 2008:79). Neste período a fachada principal, voltada para a Rua 1º de Março, foi alterada, e a antiga torre sineira foi demolida para dar lugar a uma nova com 52 metros. No dia 1º de maio de 1900, ela foi rebatizada como Catedral Metropolitana. (SCWARCZ, 2008). Interessante perceber que a mudança de título da igreja, que agora faz parte de um Brasil republicano, acontece quase concomitantemente ao aniversário de quatrocentos anos da descoberta do país pelos portugueses. Podemos entender que esta alteração represente de maneira explícita a dissociação entre o Estado e a Igreja, pois suprime do título da igreja seu vínculo com a instituição político-administrativa, mas não diminui seu status dentro da hierarquia social.

Não apenas o título da Igreja Nossa Senhora do Carmo foi alterado. O Rio de Janeiro passa, no início do século XX, por uma série de reformas que iriam mudar definitivamente a

²² A autora cita Joaquim Manuel Macedo: “(...) Abriu-se, pois, a comunicação entre a rua e a praça, e passado algum tempo uniu-se ainda o palácio com a capela imperial por meio de um passadiço de madeira que tem tanto de simples como de pouco elegante” (LUSTOSA, 2008:56).

paisagem da cidade. A reforma de Pereira Passos, que tratou de mudar o traçado do centro da cidade abrindo a Avenida Central, hoje Rio Branco, e o desmonte do Morro do Castelo na década de 20 são exemplos contundentes das intervenções que a cidade viveu neste período. Esta última, que teve como justificativa a realização da Exposição Internacional (OLIVEIRA, 2002:161), subtraiu os testemunhos do local de fundação da cidade. Outros planos se seguiram e adentramos ao novo século numa onda de remodelações urbanas que, muitas vezes, viam somente o futuro e faziam questão de apagar o passado.

A Igreja Nossa Senhora do Carmo ainda iria receber, pela comemoração do centenário da Independência, ornamentação em sua fachada e em 1930 um mausoléu para o Cardeal Arcoverde. Seu tombamento data de 1941²³ e reflete a política do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) à época. Segundo Lia Motta, em seu artigo *Cidades Mineiras e o Iphan*, durante o primeiro período do Instituto que vai de 1937 a 1946 as diretrizes da ação institucional do Sphan sobre o patrimônio nacional era ditada pelos modernistas, que viam nas qualidades estético-estilísticas das igrejas a representação da verdade histórica do Brasil que deveria ser preservada. Eram tempos em que o direcionamento dos tombamentos privilegiava o patrimônio individual, salvo algumas cidades mineiras que possuíam seu traçado urbano e conjunto arquitetônico preservados.

A valorização da arquitetura colonial nos primeiros tempos do Sphan é tratada também por Márcia Chuva em seu artigo *Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. No trabalho a autora faz uma análise do projeto de construção da nação unificada, implementada pelo grupo modernista, que buscava na arquitetura colonial portuguesa o elo cultural do Brasil com o mundo.

A preocupação central estava voltada para a valorização do passado colonial, representando as origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro. (CHUVA, 2003:324)

O projeto de valorização da arquitetura colonial portuguesa, em especial o barroco, promovido pelo Sphan, teve como principais mentores intelectuais e defensores Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lúcio Costa. Rodrigo de Melo Franco de Andrade permaneceu como diretor da instituição de 1936 a 1967, sendo citado por Chuva como “peça-chave na articulação política e na constituição das redes de agentes em todo o

²³ Ver anexo 4.

território brasileiro” (CHUVA, 2003:316). Foi editor da *Revista do Brasil* onde já reforçava a inexistência da nação brasileira e a necessidade de construí-la utilizando como ponto de partida a herança portuguesa que nos religaria a um cenário cultural internacional.

A posição de Rodrigo Melo Franco atraiu outros intelectuais, como o mineiro Carlos Drummond de Andrade, que, da mesma maneira que Rodrigo, era partidário de que aqui se estabelecesse um elo com a cultura mundial, fugindo do provinciano. Drummond após deixar o cargo de chefe de gabinete do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema²⁴, tornou-se funcionário do Sphan, a convite de Rodrigo Melo Franco em 1945. Lá exerceu o cargo de chefe da Seção de História, sendo responsável pela criação do acervo documental sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, onde permaneceu até a sua aposentadoria.

O arquiteto Lúcio Costa foi o “maior paradigma e liderança” (CHUVA, 2003:319) da arquitetura moderna neste primeiro momento. Ele assumiu, em 1937, a Divisão de Estudos de Tombamento do Sphan, onde permaneceu até se aposentar em 1972²⁵. Neste período o arquiteto foi figura central na formatação dos preceitos que iriam orientar a preservação do patrimônio nacional, além de destacar a importância da arquitetura moderna, mostrando-a como herdeira da arquitetura tradicional brasileira. Neste discurso a nação estaria representada tanto na arquitetura colonial, que indicava sua origem, quanto resgatada na moderna, que representava a volta às raízes após um momento de ruptura. Atribuir qualidades à arquitetura colonial barroca era qualificar a arquitetura moderna praticada no presente.

Para Lúcio Costa, a arquitetura daria materialidade à nação, e seria esta a função primordial do SPHAN – dar concretude à nação, não somente desvendando a todos os brasileiros aquilo que, embora existente, se encontrava escondido, mas, também, construindo efetivamente essa materialidade. (CHUVA, 2003:320)

Identificar os vestígios deste passado, mantê-los ou restaurá-los à imagem da época colonial, criava a materialidade necessária para lembrar a origem cultural do país e reforçar os laços de pertencimento com o tempo passado e com o novo tempo que se mostrava dotado do mesmo espírito de autenticidade.

Essa política que privilegiava a preservação dos vestígios do passado monárquico espelhados na singularidade da construção, elevou a Igreja Nossa Senhora do Carmo a patrimônio histórico e artístico nacional. No momento de seu tombamento a igreja era

²⁴ Gustavo Capanema foi ministro da Educação e Saúde do governo Vargas de 1934 a 1945.

²⁵ Disponível em <http://cpdoc.fgv.br>; Acesso em 01 de fevereiro de 2010.

catedral e sua importância histórica ligada aos tempos coloniais era inegável. Talvez por isso, mesmo sendo identificada por sua decoração interna em estilo rococó e não barroco, ela tenha sido inscrita nos Livros de Tombo pelos modernistas que estavam à frente do Sphan.

Em 1976 é edificada a nova catedral na Avenida Chile, com proporções mais adequadas para atender a grande cidade que se tornou o Rio de Janeiro. Desde então, a Igreja Nossa Senhora do Carmo passa a ser chamada de “a antiga Sé”, como vem sendo denominada nos dias atuais.

A trajetória desta igreja se relaciona intimamente com a evolução sócio-cultural do Rio de Janeiro e faz com que ela seja um veículo para evocar memórias que vinculam a cidade como sede do poder monárquico. A construção, assim como a cidade, foi posta em evidência com a chegada de D. João, e passou a ser associada ao rol de signos relacionado à realeza. As diversas leituras que podem ser feitas deste bem patrimonial não passam imunes a esta carga simbólica que o relaciona com o poder real e com a representatividade que a Igreja Católica possuía neste período. O elo que em 2008 religou a igreja ao seu passado monárquico, através das comemorações do bicentenário da chegada da Família Real, aviva mais do que a história da construção, intenta rememorar a importância do Rio de Janeiro dentro da história do país.

1.1.4.- A música na Capela Real

Não posso encerrar esse breve histórico sobre a Igreja Nossa Senhora do Carmo sem mencionar o destaque que este local teve com relação ao desenvolvimento do cenário musical da colônia. Quando D. João VI veio para o Brasil não trouxe apenas bagagens, trouxe também hábitos e novos gostos, entre eles a música sacra.

Portugal nesta época, e mais especificamente Lisboa, era considerada a cidade mais importante da Europa quando se tratava de música sacra. Esse fato se deve à dedicação dos antepassados de D. João VI em cultivar e fomentar as mais pomposas cerimônias religiosas, nas quais se incluíam a melhor música, que à época era composta na Itália. Para o aprimoramento dos músicos portugueses, foi criado em Portugal o Seminário da Sé Patriarcal, onde se formaram grandes músicos no século XVIII, os quais, muitas vezes, iam completar seus estudos na Itália, às custas da coroa (LUSTOSA, 2008).

Vindo para o Rio de Janeiro, D. João VI tentou reproduzir essa mesma faceta das cerimônias religiosas portuguesas e fez da música executada na Capela Real o ponto alto dos eventos. Conforme nos cita Maria Beatriz Nizza da Silva em seu livro *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*, que traz uma análise das mudanças ocorridas

neste período e retratadas no periódico, “a música da Real Capela era “extraordinariamente bela” com um coro composto dos melhores “castrati” da Itália” (SILVA, 2007:212).

A Capela Real se configurou no palco de onde talentos brasileiros, como o Padre José Maurício²⁶, puderam ser alçados ao cenário internacional²⁷. Além disso, criou-se a partir deste costume que veio junto da Família Real, condições para o desenvolvimento e valorização da música nacional.

Ela não havia sido construída com esse propósito e em seu traçado arquitetônico não estava prevista tamanha distinção. Ao contrário das igrejas portuguesas, que nasciam coroadas pelo luxo do rococó em sua mais elaborada expressão, a Igreja Nossa Senhora do Carmo é construída dentro de um contexto condizente com a colônia que a erige. Porém, mesmo dentro desta simplicidade arquitetônica, ela se configura em importante cenário para o desenvolvimento e exposição de um tipo de musicalidade que irá interagir com os que eram produzidos pelos diversos grupos sociais existentes na colônia. O resultado único que surge deste encontro é dotado de nuances tão diversas quanto a sociedade na qual está inserido.

A importância que a igreja teve como espaço musical foi ressaltado nas comemorações do bicentenário através de concertos e do espetáculo de “Som e Luz”, que resgata personagens importantes ligados a este aspecto particular tão importante para a história da igreja.

1.2. A Praça XV de Novembro e o Corredor Cultural

1.2.1. De Praia da Senhora do Ó à Praça XV de Novembro.

A centralidade do largo do Paço – elemento focal símbolo de um distrito, irradiando sobre este sua influência – deu-se então sobre duas unidades espaciais concêntricas, a cidade e o território para o qual o Rio de Janeiro era sede governamental (SISSON, 2000:3)

Ao analisarmos a história da Igreja Nossa Senhora do Carmo não podemos deixar de lado sua relação com sítio onde esta se erigiu. Este local, importante entroncamento urbano

²⁶ “O Padre José Maurício, compositor de músicas sacras, conquistou a admiração de D. João ao tocar suas composições no órgão da Capela Real. (...) Dedicou-se ao magistério por quase 30 anos, mantendo uma escola gratuita. (...) Por lá passaram compositores, professores, cantores, instrumentistas, consolidando uma vocação singular da história da cidade, com sua musicalidade complexa, marcada pelo diálogo entre diferentes tradições culturais e mediação do erudito e do popular.” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2007)

²⁷ “Neukomm [*discípulo de Haydn, que visitou o Brasil em 1816*] ficou vivamente impressionado com o talento de improvisador do modesto padre e, em dezembro de 1819, enviou, para um jornal de Viena, uma nota muito elogiosa contando que, pela primeira vez, o Réquiem de Mozart, compositor desconhecido no Brasil, fora aqui apresentado sob a regência do padre José Maurício.” (LUSTOSA, 2008:47)

que abrigava o porto da cidade do Rio de Janeiro, possui aspectos relacionados à sua evolução simbólica que se assemelham à igreja. Na verdade, a trajetória da igreja está inserida na da Praça XV de Novembro, que era composta por uma série de edifícios representativos que serviram a D. João VI e sua Corte quando da chegada ao Brasil. Portanto, o Convento dos Carmelitas e sua igreja representam o aspecto religioso deste largo, mas não o definem em sua totalidade.

A Praça XV de Novembro nasce Terreiro e Praia da Senhora do Ó, passa a ser chamada de Terreiro do Polé, após a instalação de um pelourinho em seu centro, é renomeada para Largo do Carmo, quando a Igreja Nossa Senhora do Carmo e o Convento dos Carmelitas são construídos e, finalmente, com a vinda da Família Real passa a ser o Largo do Paço. Esse local foi escolhido para o primeiro povoamento da cidade do Rio de Janeiro que se dá em terras planas, e que se contrapõe ao vilarejo que já se estabelecia nas terras altas do Morro do Castelo. A ocupação, que se deu ao longo da “restinga arenosa, conhecida como Praia Manuel de Brito” (ALCÂNTARA, 1984:114), resultou no traçado das ruas, que se faziam perpendiculares a esta linha arqueada que ligava o Morro do Castelo ao Morro de São Bento, e que mais tarde se configuraria na Rua Direita.

Por conta de diversos fatores como a construção em lugares altos para proteção do povoado, tradição construtiva portuguesa e dificuldades morfológicas do sítio, a expansão da cidade, até o século XVIII, havia sido lenta. As atividades estavam centralizadas no porto e a cidade se expandia ligada a ele. Como essa expansão se encontrava entre um relevo acidentado e as águas da baía, o resultado é um traçado com ruas estreitas, muitas vezes sobre aterros.

Afora o antigo Largo do Carmo, que se manteve livre do parcelamento urbano, os lotes que surgiram nesta área possuíam testada estreita e pouca profundidade. A consequência deste tipo de lote pode ser observada na tipologia arquitetônica que se desenvolveu nos arredores do Largo do Carmo e que revela o crescimento urbano da cidade a partir do século XVIII :

As plantas destas edificações registram, igualmente, a busca de uma adequação às necessidades de crescimento. Ao prédio comum, de dois pavimentos em que o térreo é ocupado por loja e respectivo depósito e o 2º andar por moradia, sucede o de três ou mais pavimentos, cujos andares superiores são também destinados a residências. (ALCÂNTARA, 1984:118)

Nesses primeiros tempos, o comércio estava voltado para o abastecimento dos marinheiros que por ali transitavam em função do porto, e de tropeiros que partiam em direção a Minas Gerais (ALCÂNTARA, 1984). Ocorria neste cenário um movimento de pessoas das mais variadas origens, com os mais variados costumes. Essa dinâmica confusa e ruidosa que caracterizava a cidade do Rio de Janeiro era o resultado de uma cidade aberta para o mundo através de seu porto. Os estrangeiros que por aqui passaram e registram suas impressões, viam a exuberância da natureza nativa e a tranqüilidade de pisar em terra após longas viagens. Mas viam também que a realidade urbana estava longe do ideal europeu. Apesar das construções caiadas de branco, inspirando limpeza, a cidade sofria com a sujeira e a falta de higiene. Os hábitos da população carioca estavam refletidos nas ruas e, assim que o visitante desviasse o olhar da paisagem natural impressionante, via que o sonho do paraíso terreno possuía suas máculas. “Mas era exatamente pelas ruelas estreitas, por praças sem decoração, por caminhos cheios de mato que levavam para dentro e para fora da cidade que se construía o cotidiano dos milhares de seus habitantes” (DEL PRIORE, 2008:82). Poderíamos dizer que o Rio de Janeiro com sua multiplicidade sócio-cultural tinha um caráter, de certa forma, cosmopolita. Era uma sociedade que se formava através do multiculturalismo, da mistura das referências internas e externas, do seu dia-a-dia que tratava com naturalidade os mais variados tipos humanos com sua diversidade de feições, vestimentas, línguas e costumes.

O quadrilátero central da cidade abrigou em suas mais importantes edificações – Palácio dos Vice-Reis e Convento dos Carmelitas – a Família Real. E esta cidade, que até então era regida pelo sabor das marés e navios que chegavam ao porto, ganha status de sede do poder real do reino Português.

Além do Palácio dos Vice-Reis e do Convento dos Carmelitas, estavam edificadas neste quadrilátero: a Igreja Nossa Senhora do Carmo, o Arco do Teles e ao centro, o Chafariz da “Pirâmide” - obra do Mestre Valentim - que servia para abastecer com água potável os navios ancorados.

A área da cidade onde estava o Largo do Paço foi aos poucos mudando suas funções e se adequando à nova realidade. Nos andares térreos dos sobrados onde antes havia tabernas e armazéns de carne para atender à demanda portuária, passou a funcionar um comércio mais diversificado, condizente com as novas funções e status do lugar. Em seu artigo para a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* de 1984, a arquiteta Dora Alcântara relata as transformações da Praça XV e imediações e nos conta:

Durante o século XIX, concentrou-se na Rua 1º de Março [antiga *Rua Direita*] o comércio atacadista, onde se encontravam também farmácias. Na Rua do Mercado e Travessa do comércio predominou o comércio de gêneros alimentícios. A própria Rua do Ouvidor, que se tornara a mais cosmopolita da cidade, com lojas de fazendas, cabeleireiros, floristas, casas de chá, lojas de calçado, hotéis e tipografia, nas proximidades do porto era igualmente ocupada por comércio de gêneros alimentícios. (ALCANTARA, 1984:119).



A tela de Leandro Joaquim, de cerca de 1789, mostra os “marcos e espaços, tematicamente independentes enquanto significativos para os vários poderes: Paço dos Vice-Reis, poder civil oficial; casa dos Teles Menezes, poder civil não oficial; igrejas e convento do Carmo, poder religioso; poder militar: no uso da praça; poder metropolitano: na configuração espacial do largo, imitando a do ‘grandioso terreiro do Paço de Lisboa, expressão simbólica suprema no urbanismo tradicional europeu do domínio marítimo de uma grande nação.’” (SISSON, 2000:3)

Fonte: Joaquim, Leandro. *Revista Militar no Largo do Paço*. Disponível em <http://www.pintoresdorio.com>. Acesso em 06 de dezembro de 2009.

É possível perceber que o Rio de Janeiro mudava sua fisionomia. Via-se o ir e vir ruidoso de escravos, marinheiros, estrangeiros, vendedores ambulantes e toda uma população que encontrava, nas ruas do centro, um espaço de sociabilidade privilegiado, onde o pluralismo dava a tônica daquela cidade que amadurecia absorvendo e ressignificando símbolos e costumes vindos das mais diversas origens.

A vinda de D. João VI e sua acomodação no atual Paço Imperial deram à cidade novos usos. Para corresponder às expectativas reais o Rio de Janeiro se transformou. Quando, ainda em 1808, a Igreja Nossa Senhora do Carmo foi elevada à Capela Real esta ganha ares de personagem principal. Ela é o espaço do sagrado inserido no profano. Por suas portas, por vezes, a algazarra da rua invade o templo da mesma maneira que durante as cerimônias religiosas rotineiras e grandes celebrações da Corte, sagrado e profano se interpenetram. Essa permeabilidade coloca em evidência as duas faces desta sociedade e, de alguma maneira, as polariza reforçando seu significado dentro do contexto social. A eleição deste templo como sendo o principal da cidade enfatiza ainda mais a importância do Largo do Paço e dá a ele mais uma dimensão: a religiosa.

Nas grandes celebrações que ocorreram no período de permanência da Família Real no Brasil, o Largo do Paço se enfeitava e ganhava ares europeus com cenários que eram montados simulando grandes palácios, balcões e sacadas. A efêmera espetacularização da cidade tropical transformava o largo num palco onde os desejos da Corte e da população sobre como a cidade deveria ser estavam representados. E durante essas festas havia sempre o momento em que a nobreza e as mais importantes figuras da sociedade carioca adentravam à Capela Real para a liturgia ou mesmo para a execução de concertos de música clássica. Era a Igreja Nossa Senhora do Carmo representando seu papel mais importante: a de invólucro da fé real.

Duzentos anos depois, durante o planejamento das ações para a comemoração do bicentenário, o poder público indicará a vontade de resgatar essa ambiência festiva e efêmera da Praça XV de Novembro dos tempos da colônia, que faria, junto à Igreja Nossa Senhora do Carmo, o cenário perfeito para a celebração e rememoração dos tempos joaninos.



Na litografia de Rugendas, podemos observar a ruidosa movimentação da Rua Direita, com a Igreja Nossa Senhora do Carmo ao fundo à direita, durante os tempos da colônia.

Fonte: Rugendas, Johann Moritz; *Rua Direita*, 1832; Litografia aquarelada; Museus Castro Maia/ IPHAN/ MinC

1.2.2. O resgate da Praça XV através do projeto do Corredor Cultural

A Praça XV de Novembro ainda hoje é um importante local dentro da malha urbana do Rio de Janeiro. Suas características urbanísticas e arquitetônicas, bem como os bens tombados que se encontram neste sítio, possuem uma ambiência única dentro da cidade. Desde o ano de 1984, a área tem sido alvo de ações do poder público que buscam preservar suas características morfológicas sem menosprezar o desenvolvimento da cidade e de sua população.

A análise desta área, segundo a ótica do projeto pioneiro que planejou preservar a sua ambiência urbana, nos ajuda a entender o processo de restauração pelo qual passou a Igreja Nossa Senhora do Carmo, dentro de um contexto mais amplo de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio construído. A preservação do centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, e dos monumentos que nela estão presentes, vem sendo objeto da atenção do poder público ao longo de quase três décadas. A valorização desta área através de ações voltadas ao resgate dos signos relacionados à colônia, tanto na esfera do planejamento urbano, quanto na esfera da construção individual, faz com que o todo da área da Praça XV se volte para a representação de um recorte memorialístico que a tornará referência para as demais áreas da cidade.

Pela pluralidade de usos e símbolos urbanos que concentra, a Praça XV sofreu, ao longo dos anos, uma série de transformações que acabaram por modificar sua configuração arquitetônica. Porém, mesmo diante de tantas alterações ela detém, ainda hoje, “o maior e mais expressivo número de monumentos tombados da cidade e também um conjunto arquitetônico de grande significado, não só pelo valor intrínseco de seus prédios, como, principalmente, pela ambiência que confere a esses mesmos monumentos” (PINHEIRO, 1984:133). É em vista desta condição de local formado por construções simbolicamente representativas, as quais geram uma ambiência única dentro da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, que surge o projeto do Corredor Cultural, cujo objetivo é estudar e preservar a área e suas características singulares.

Em entrevista realizada por Américo Oscar Freire, Carlos Eduardo Barbosa Sarmiento, Marly Silva da Motta e Lúcia Lippi de Oliveira para o projeto *Memória do urbanismo carioca: voz e imagem*²⁸, e publicada no livro *Capítulos da Memória do urbanismo carioca*, o arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro²⁹ depõe sobre o surgimento e desenvolvimento do projeto do Corredor Cultural no Rio de Janeiro, do qual foi protagonista. A idéia que deu origem ao projeto do Corredor Cultural no Rio de Janeiro surge de um trabalho acadêmico desenvolvido pelo arquiteto Augusto Ivan em um curso de ex-estudantes do Bouwcentrum³⁰ na Holanda. Esse trabalho, intitulado *Multi functional development of the inner city*, foi concluído em 1978 e nele Pinheiro chamava a atenção para a preservação de áreas urbanas que, mesmo não caracterizando a cidade como antigas, agregavam-lhe valor simbólico. Até então, as ações de preservação do Iphan ainda eram feitas, em sua maioria, pontualmente, elegendo construções de importância histórica. Não havia uma política que pensasse em áreas

²⁸ “Desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro e a Atlântica Empreendimentos Imobiliários entre maio de 2000 e novembro de 2001”. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=461; Acesso em 21 de junho de 2009.

²⁹ “Arquiteto e urbanista pela FAU/UFRJ, com cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano no Bouwcentrum International Education em Rotterdam-IHS, Holanda (1974 a 1978). Funcionário da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (1968 a 2001), trabalhou nas secretarias de Obras e de Planejamento e Coordenação Geral (1968 a 1979), foi coordenador do Projeto Corredor Cultural por diversos períodos entre 1979 e 1993 e diretor geral do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social (1982-1984). No Instituto Municipal de Planejamento e Informática (IpnaRio), foi responsável por vários projetos de urbanização do Centro da cidade (1989-1993). Foi subprefeito do Centro (1993-2000) e chefiou a Diretoria de Urbanismo do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos durante o ano de 2001. É professor da Faculdade de Arquitetura Bennett desde 1980 e secretário-geral do Instituto Light de Desenvolvimento Urbano e Social, a partir de dezembro de 2001.”(FRANCO;PINHEIRO, 2002:202)

³⁰ A Bouwcentrum International Education, hoje Institute for Housing and Urban Development Studies, é uma instituição que desenvolve trabalhos focados em habitação para população de baixa renda. Para saber mais: <http://www.ihs.nl/>

que deveriam ter sua ambiência preservada. Além disso, o poder público privilegiava a ampliação da malha viária com a construção de viadutos, que em última análise, dilaceravam o tecido urbano. O foco estava nas grandes vias expressas, na circulação rápida de veículos, até mesmo os sinais de trânsito seriam suprimidos e substituídos por passarelas para pedestres. Ainda como obstáculo ao aprimoramento e humanização das formas de intervenção do Estado sobre a cidade, Pinheiro observou que a legislação municipal era permissiva e liberava o gabarito destas áreas permitindo a construção de prédios muito altos, como foi o caso do Edifício Cândido Mendes, de 42 andares, que foi construído no pátio do Convento dos Carmelitas (FRANCO; PINHEIRO, 2002).

No trabalho, o arquiteto, para surpresa dos professores da instituição holandesa, trabalhava com a área do Centro de uma cidade que não possuía residências, sendo a habitação o foco de estudo da escola. Mas Pinheiro fez sua análise procurando entender os motivos que levaram a área em questão a preservar sua tipologia, mesmo diante de tantas mudanças urbanas. Ele identifica cinco pontos que podem ter levado a esta situação: (a) apesar da existência de uma legislação permissiva com relação aos gabaritos, os projetos de alinhamento (PAL) eram muito restritivos, pois levavam em conta um alargamento futuro das vias. Com isso, a área que restava nos lotes para a construção era exígua; (b) a política para o desenvolvimento viário previa planos para uma série de viadutos que cortariam a cidade. A divulgação destes planos levava a “condenação” da área e fazia cair o seu valor de mercado; (c) para muitos moradores dessas áreas os imóveis possuíam valor de uso comercial e simbólico. Como muitos deles eram descendentes de imigrantes, o local e as edificações significavam a vinda para o país e a construção de uma nova vida, e por isso eles não possuíam interesse em se mudar; (d) vários imóveis desta área pertencem às obras religiosas, que por serem muito burocratizadas, têm “enorme dificuldade em lidar com a comercialização” (FRANCO; PINHEIRO, 2002:206); (e) depois da abertura da Avenida Central, atual Rio Branco, se estabeleceu uma área de prestígio dentro do Centro da cidade. Entretanto, essa área de maior valor que teve um desenvolvimento acelerado não “contaminou” as redondezas, que permaneceram com seu antigo traçado. Finalmente, diante desses fatores, Pinheiro perguntava em seu trabalho: “Por que não preservar definitivamente essas áreas, já que aquelas forças que atuaram para a sua permanência tal como era, não atrapalharam o desenvolvimento do Centro da cidade?” (FRANCO; PINHEIRO, 2002:206).

Quando o arquiteto volta ao Brasil, ele encontra condições favoráveis dentro da Prefeitura do Rio de Janeiro para que seu projeto, ainda em caráter de estudo acadêmico, se torne realidade. Augusto Ivan nos conta que, à época da sua volta, o então prefeito Israel

Klablin³¹ mostrou-se interessado nesta nova maneira de pensar o espaço urbano, alinhada que estava às demais iniciativas que estavam em fase de implantação durante seu governo. Essas iniciativas partiam da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral e vinham levantando discussões inéditas dentro da administração municipal carioca. Foi, assim, através desta Secretaria que o projeto entrou em pauta. O arquiteto Armando Mendes, colega de faculdade de Augusto Ivan, à época Superintendente de Planejamento, foi fundamental para que o Corredor Cultural ganhasse credibilidade dentro do governo. Dentro deste cenário político e se baseando em experiências que ganhavam corpo dentro da prefeitura, como foi o caso do Projeto Catumbi³², o projeto do Corredor Cultural se estruturou e foi posto em prática através da Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984³³. Como tônica do projeto estavam a participação da população e o respeito pelas atividades e potencialidades de cada subzona da área em questão.

Para ter-se uma idéia da importância da participação popular e do enfoque menos técnico e mais simbólico que se tentava dar ao projeto, foi criado junto a ele, como grupo consultor, a Câmara Técnica. Ela era composta por uma equipe plural que aconselhava e muitas vezes provocava os técnicos com “uma outra maneira de ver a cidade, mais poética, menos comprometida com os clichês do urbanismo; não via apenas o projeto, de forma mecânica, mas olhava a cidade como um espaço simbólico, da memória, da identidade” (FRANCO; PINHEIRO, 2002:209). Esse grupo legitimava o projeto, pois dava a ele um caráter mais humano e menos normativo. Era a cidade sendo repensada por seus habitantes e não apenas por urbanistas.

O projeto do Corredor Cultural teve ampla aceitação pela população, mas foi criticado e enfrentou muita resistência por parte de alguns setores dentro da própria prefeitura. Eram os setores ligados à construção dos sistemas viários de alta velocidade, viadutos e alargamentos de vias, que enxergavam no projeto um empecilho para a implantação da “cidade do futuro”. Era na verdade um embate entre aqueles que viam na manutenção de áreas preservadas um retrocesso e aquele que buscavam na preservação das áreas uma maneira de se pensar o futuro. Recorrendo à Andreas Huyssen poderíamos classificar essas posições contrárias como sendo daqueles que buscam os “futuros presentes”, em antagonismo aos que pensam no

³¹ Israel Klablin esteve a frente da Prefeitura do Rio de Janeiro de março de 1979 a junho de 1980.

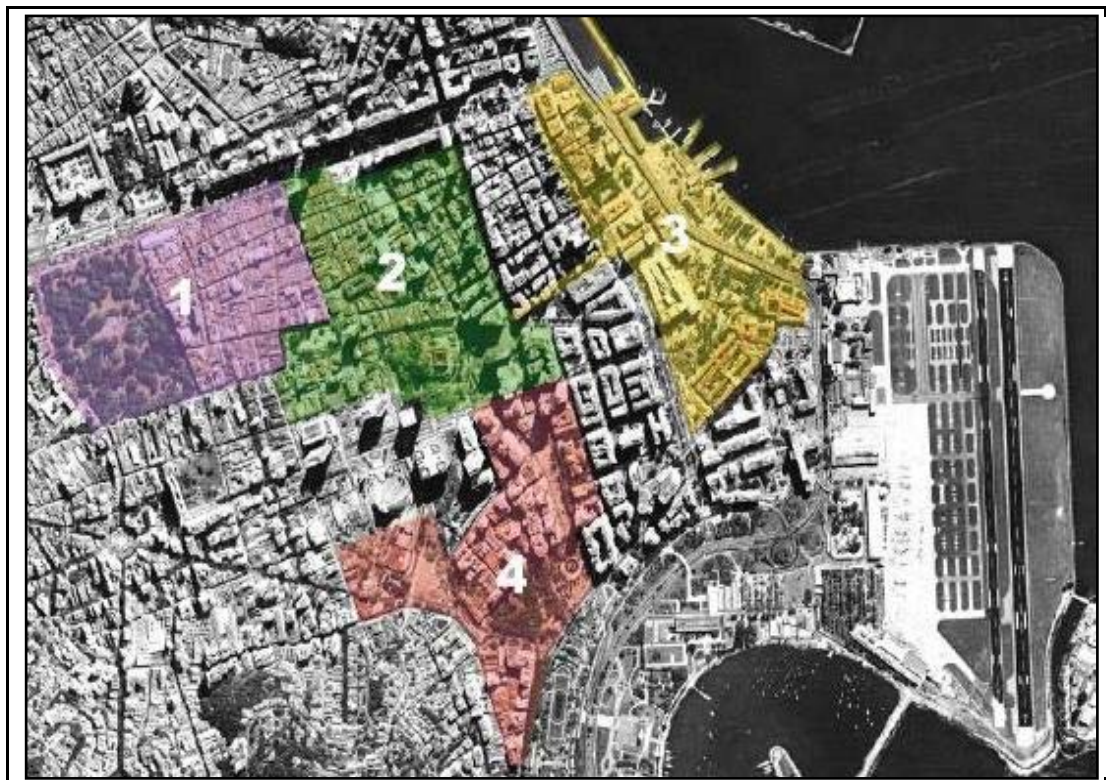
³² Projeto iniciado no governo de Israel Klablin que previa a reformulação da área da Cidade Nova, o que incluía o Catumbi. O projeto para o Catumbi nasceu com a prerrogativa de se analisar as áreas envolvidas e suas particularidades para que o resultado final fosse compatível com a demanda da população local.

³³ Ver anexo 5

“passado presente”. Mudava-se neste momento, de maneira paulatina, o modo como o Estado via e planejava as suas cidades. Era a migração para uma visão urbanística mais holística que levava em conta os anseios, memórias e signos representativos para a população; deslocava-se o foco de importância da rapidez dos transportes, da máquina, para os atores que vivenciam o espaço construído.

Foram demarcadas pela Lei nº 506 quatro zonas de atuação do Corredor Cultural: Saara, Uruguaiana, Praça XV e Lapa. Todas essas quatro áreas foram estudadas individualmente e prevêem diferentes diretrizes para a implantação do projeto. Neste tópico, pelo objetivo da análise proposta, vou me ater às características especificamente indicadas por Pinheiro em seu artigo “A Permanência do espaço: intervenções urbanísticas na Praça XV”, publicado na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no qual o autor relaciona as principais ações e objetivos previstos. Entendo que a partir deste artigo e dos pontos levantados por Pinheiro é possível estabelecermos um diálogo entre este projeto pioneiro e a intervenção feita na igreja no ano de 2008.

Mapa de zoneamento do Corredor Cultural



No mapa é possível identificar as áreas trabalhadas pelo projeto do Corredor Cultural, através da Lei nº 506 : (1) Saara; (2) Uruguaiana; (3) Praça XV; (4) Lapa.

Fonte: ALCANTARA, BARBOSA, RHEINGANTZ; *Percursos à deriva na investigação do lugar: o caso do corredor cultural, Rio de Janeiro*; Publicado nos Anais do NUTAU2006; São Paulo: USP, 2006.

Neste artigo o arquiteto afirma que podemos considerar a Praça XV como o berço para o projeto do Corredor Cultural. Pinheiro nos conta que foi após uma sucessão de incêndios ocorridos no ano de 1979, que a Prefeitura da cidade “estabeleceu um decreto emergencial de proteção, criando condições rígidas para novas edificações, preservando as já existentes. (...) Posteriormente, a Lei nº 506 veio regulamentar de forma definitiva a questão das edificações locais” (PINHEIRO, 1984:133).

O Corredor Cultural na área da Praça XV tem como objetivos básicos: preservar a ambiência criada pelos bens tombados e conjunto arquitetônico significativo; minimizar os impactos causados pelas interferências urbanas já realizadas na área e que resultaram na alteração da escala ambiental e na quebra da sinergia entre o espaço edificado e o mar; reciclar os espaços arquitetônicos e urbanos para agregar valores que atraiam a população para a socialização neste sítio. (PINHEIRO, 1984).

Nestes objetivos podemos ressaltar a revitalização dos espaços. Esta questão é significativa, pois traz à tona a discussão sobre a multiplicidade de usos em áreas preservadas que buscam, na dinâmica social, um apoio para a manutenção da conservação.

A partir de 1975, coloca-se na cena internacional a questão da integração (dos conjuntos históricos) à vida coletiva de nossa “época”. Em 1976 em Nairóbi, a Unesco adota uma *Recomendação relativa à proteção dos conjuntos históricos e tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea*, que continua sendo a exposição de motivos e a argumentação mais complexa em favor de um tratamento não museal das malhas urbanas contemporâneas. (CHOAY, 2001:223)

É também na década de setenta, quando Pinheiro elabora seu projeto de preservação, que a questão das relações entre tradição e modernidade, cidade e memória edificada passa a ser discutida em foros internacionais. A premissa de integração das áreas preservadas ao tecido urbano presente no projeto do Corredor Cultural ajuda a discutir os usos que estão sendo propostos para as áreas sob proteção. Isso porque estes usos devem ser compatíveis com a demanda proveniente da população que, em última análise, fará o papel de legitimador daquele espaço.

No artigo, que data de 1984, Pinheiro nos chama a atenção para as várias possibilidades de utilização da área e de suas edificações tombadas. Muitas das ações indicadas por ele hoje são realidade no contexto deste espaço urbano e deram nova dinâmica ao local: o Paço Imperial, hoje restaurado, realiza inúmeras exposições e eventos; nos sábados ocorre uma feira de carros antigos no centro da praça, o sistema viário foi alterado e hoje o

conjunto forma uma esplanada; no Arco do Teles estão localizados uma série de bares que movimentam a vida noturna do local e, dentro deste estudo de caso, a Igreja Nossa Senhora do Carmo abriga, além dos ritos rotineiros, espetáculo de “Som e Luz” e Museu do sítio arqueológico.

Assim como aconteceu na última restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo, o conjunto patrimonial da Praça XV incorporou, a partir do projeto de preservação e revitalização, uma multiplicidade de práticas e significados, permitindo que não seja assumida uma condição de distanciamento entre o conjunto preservado e a vida cotidiana que nele se desenvolve (CHOAY, 2001), mas que busque novas formas de diálogo com os atores sociais que o vivenciam. Desta maneira o espaço morfologicamente preservado mantém seu pertencimento com relação à cidade, trazendo em sua ambiência diferenciada elementos que agregam valor simbólico e que podem ser apreendidos pelos que interagem com ele através de uma experiência única. Preservar ressaltando a importância histórica, mas mantendo a noção de pertencimento e incentivando a ressignificação dos usos, talvez seja esta a tônica do Corredor Cultural para esta área.

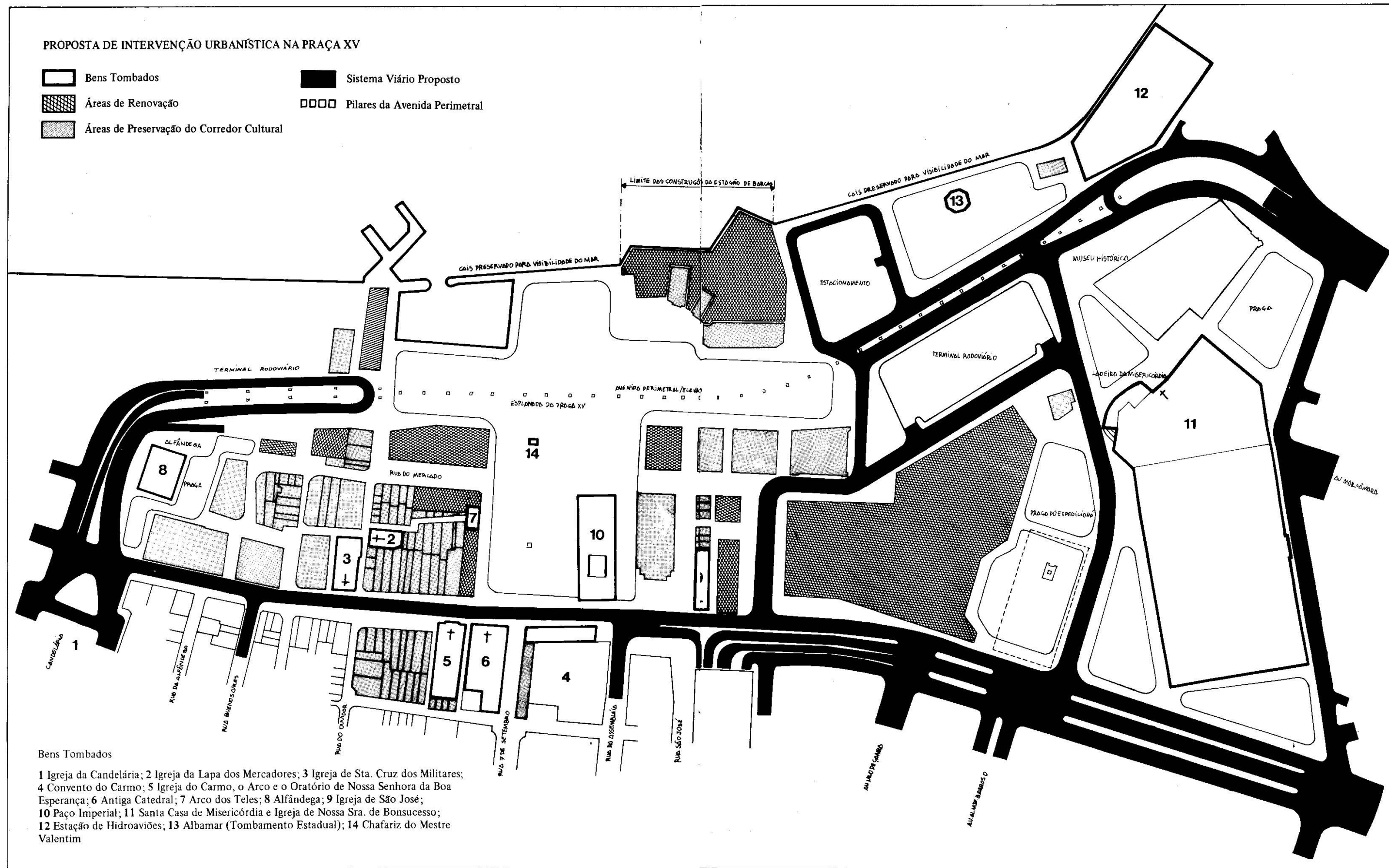
Conforme nos diz José Reginaldo dos Santos Gonçalves em seu artigo *Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso*, o que vemos ocorrendo nessa dialética entre a restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo e o conjunto da Praça XV, visto pela ótica do Corredor Cultural, é o confronto entre a narrativa monumental e a narrativa cotidiana. Na narrativa monumental o patrimônio é definido pela tradição e história que possui, não abrindo brechas para que os conflitos decorrentes desta história venham à tona. Este tipo de narrativa é mais fechada, com limites simbólicos bem definidos, não permitindo que outras leituras recaiam sobre aquele objeto. No caso da restauração que foi feita na igreja Nossa Senhora do Carmo ela vem representar um período histórico específico e buscou enaltecer a expressividade que a cidade possuía durante o período joanino. Mesmo incorporando outros usos e práticas ao seu dia-a-dia, a restauração da igreja possui um recorte histórico bem definido e todos os elementos compactuam e endossam essa narrativa.

Já o Corredor Cultural constitui, por sua vez, uma narrativa cotidiana onde diferentes discursos e signos concorrem para, a partir dessa interação, definir um espaço polifônico. Os usos de cada parte desta área, a história de seus moradores e de sua ocupação são levados em conta e o projeto tenta criar, dentro deste quadro de tensões, uma realidade onde todos os atores estejam envolvidos e se sintam representados. É um espaço em construção e transformação constantes que não se configura em uma obra acabada, assim como a sociedade

que o vivencia não o é. Porém, essa premissa de projeto não exclui a intenção do plano elaborado para a área de preservar a ambiência criada pelas construções existentes. Ambiência que remete diretamente à época colonial, quando este local representava o núcleo de expansão da cidade e onde reuniam-se suas principais atividades e personagens.

Portanto, quando tratamos do projeto do Corredor Cultural elaborado para a área da Praça XV de Novembro, estamos nos referindo a um projeto que pensa na dinâmica urbana atual e cotidiana, mas que também prevê a valorização de uma escala que nos remete a um período histórico específico e que enxerga, nos bens patrimoniais, elementos de religação com o passado.

A restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo para a comemoração do bicentenário de chegada da Família Real pode ser entendida como parte de um processo que começa pelo seu entorno e que já havia atingido outras construções históricas das proximidades – Centro Cultural Banco do Brasil, Centro Cultural dos Correios, Paço Imperial, Museu Histórico Nacional ,etc.. A restauração participa de um movimento de recuperação da memória urbana que elege um período na história do país em que o Rio de Janeiro sustenta o status de personagem principal. Não podemos, portanto, analisá-la fora do contexto do sítio onde ela está inserida e nem fora do contexto político que a eleva a monumento símbolo das comemorações ocorridas em 2008.



Mapa da proposta de intervenção urbanística para a Praça XV de Novembro com destaque para os bens tombados que se encontram nesta área.

Fonte: (PINHEIRO, 1984:130)

1.3. A festa dos 200 da chegada da Família Real

1.3.1. Reencenação do passado: o trabalho da Comissão D. João VI

A comemoração dos duzentos anos da chegada da Família Real realizada em 2008 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, tomou a Praça XV como ponto de partida para o evento em função da inauguração, após as obras de restauração, da Igreja Nossa Senhora do Carmo. De certo modo essa celebração traz de volta a este quadrilátero preservado as honrarias dos tempos em que D. João VI e a Corte aqui se estabeleceram, reforçando a noção de que um espaço urbano preservado é ativo na construção e ressignificação da memória e possibilita que os atores sociais contemporâneos tenham uma relação cognitiva com ele.

O bicentenário da chegada da Família Real no Brasil foi comemorado de maneira heterogênea no território nacional. Grande parte dos eventos em torno desta celebração aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, onde foi criada, através do decreto 26416/2006, uma Comissão de Programação³⁴.

Essa comissão especial³⁵, presidida pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva, teve como objetivo principal organizar uma série de atividades na cidade que acabaram por ocupar grande parte da agenda cultural do ano de 2008 e adentrou por 2009. Em seu artigo para a *Revista Brasileira de História*, José Murilo de Carvalho faz um pequeno resumo da intensa agenda:

concursos, publicações, restaurações, seminários (...) mesas-redondas, palestras e debates nas principais instituições acadêmicas e culturais da cidade (...) e na Universidade Federal Fluminense, organizou-se um ambicioso congresso que contou com a participação de historiadores portugueses (CARVALHO, 2008:552).

Todos os eventos relacionados aos duzentos anos da chegada da Família Real Portuguesa foram gerenciados e aprovados pela comissão, a qual recebeu o nome de Comissão DJVI-2008, em clara referência ao príncipe regente. Esse grupo foi composto pelos secretários das Culturas e do Patrimônio e, em decretos posteriores ao 26416/2006, foram incluídos a secretária especial de Comunicação Social, o subsecretário especial de Turismo e a secretária municipal de Educação.

³⁴ Ver integra do decreto no anexo 6.

³⁵ A Comissão era composta por Alberto da Costa e Silva, coordenação geral; Ricardo Macieira, secretário municipal das culturas; André Zambelli, secretário municipal do patrimônio cultural; Agata Messina, secretária especial de comunicação social e Paulo Bastos E. Cezar, subsecretário especial de turismo.

No mesmo decreto que criava a comissão, delegava-se a esta última a tarefa de verificar quais entidades públicas e privadas estariam desenvolvendo projetos com o objetivo de comemorar o bicentenário. Se fosse o caso, a comissão deveria promover a aprovação dos mesmos na lei de incentivo à Cultura. A iniciativa demonstra o empenho da Prefeitura do Rio de Janeiro em dar peso e organicidade ao conjunto de eventos que por ventura ocorressem de maneira dispersa, dando unidade à comemoração. Todas as iniciativas levam um selo da prefeitura com o rosto de D João VI, identificando que pertencem a um só esforço. A imprensa captou a disseminação dessa “presença real”, como nos mostra a matéria de Bárbara Freitag escrita para o *Correio Braziliense – DF*, de 05 de abril de 2008 e publicada no site do Ministério da Cultura: “Na cidade do Rio, D. João VI está por toda parte. Em cada esquina, em inúmeros cartazes, nas manchetes dos jornais, em capas de revistas, na televisão.”³⁶

A única menção a um evento específico que ocorreria na cidade, contida no decreto 26416/2006, diz respeito à criação, pela Secretaria de Patrimônio, do “Corredor Imperial”, que seria um percurso pelo Centro da cidade, sinalizado e com material específico para a divulgação dos roteiros. Este projeto não volta a ser mencionado no decreto 26.896 de 15 de agosto de 2006³⁷ que aprova a programação para as comemorações, e que tem na restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, seu ponto focal.

No decreto estão relacionadas as principais atividades previstas para o *Ano dos 200 anos da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro* a serem executadas sob a tutela da Comissão DJVI. A programação previa que os doze meses do ano de 2008 representariam o período de permanência de D João VI no Brasil – 1808 a 1821 – sendo que o mês de maio acumularia dois anos. Todas as festividades teriam como palco principal a Praça XV de Novembro e, nela o ponto focal seria a Igreja Nossa Senhora do Carmo. O intuito da prefeitura foi o de restaurar a igreja fazendo com que ela recuperasse as características de quando era Capela Real e, durante o ano do bicentenário, ela assim voltaria a se chamar, abrigando concertos musicais de autores da época de seu esplendor: Padre José Maurício, Nunes Garcia, Marcos Portugal, Sigismund Neukomm e D. Pedro I.

No texto do decreto ainda estavam previstos “grandes espetáculos de teatro de rua” que encenariam a chegada da Família Real e Corte e a posse de D. João VI. A intenção destas encenações era reproduzir a arquitetura efêmera utilizada na época, inclusive utilizando-se

³⁶ Ver a íntegra da matéria em <http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/07/dom-joao-vi-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 26 de maio de 2009.

³⁷ Decreto nº 26.896. Ver anexo 1.

dos projetos originais, e vestir a Praça XV como outrora. Além deste teatro de rua, peças que foram apresentadas ao rei seriam “remontadas ao gosto contemporâneo”.

Um grande número de publicações tratando sobre o período deveria ser lançado a partir do 2º semestre de 2007, além de reedições de livros da época, conjunto que comporia a “Coleção 200 anos da chegada de D. João ao Rio”. O decreto também tratava de um filme para a televisão, exposições de pintura – Nicolas Antoine Tunay -, de arquitetura – Grandjean de Montigny – e documentos; concurso de monografias sobre o impacto exercido pela vinda da Família Real no desenvolvimento da cidade e concurso de melhor desenho e melhor redação para alunos da 5ª a 7ª série do ensino fundamental.

Esse era apenas o escopo inicial e o que se viu, conforme relato já citado de José Murilo de Carvalho, foi muito mais abrangente. A multiplicidade de projetos em torno da comemoração envolveu a cidade e foi amplamente divulgada pela mídia. Essa, inclusive, não se ateu a simplesmente divulgar o que ocorria, mas se encarregou de publicar números especiais, encartes e fazer do assunto matéria de capa.



A Avenida Atlântica, em Copacabana, é tomada pelo desfile que comemorava a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro.

Fonte: Gabriel de Paiva/ O Globo. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/fotogaleria/2008/4769/>. Acesso em 15 de novembro de 2008.

Diferentemente do Rio de Janeiro, que diversificou e intensificou as comemorações, nas demais cidades brasileiras pode-se apenas destacar os eventos realizados em Salvador e

que incluíram, além de palestras e seminários, lançamento de livros, lançamento de selos comemorativos e um desfile naval na Baía de Todos os Santos³⁸. Em outras localidades as ações com foco na celebração foram feitas de maneira esparsa, não permitindo que ganhasse a expressividade que teve em Salvador e principalmente no Rio.

Andreas Huyssen em seu livro *Seduzidos pela memória* nos chama a atenção para a midiaticização da memória. Esse fenômeno pode ser entendido como um processo natural de uma época em que o consumo de signos se tornou uma maneira de dirimir o medo de um futuro cada vez mais veloz e incerto. A velocidade que nos angustia se tornaria menor ao fixarmos nossa atenção sobre um passado traduzido e rememorado, com o qual desenvolveríamos afinidades. Porém, em tempos multimídia essa abordagem da memória deriva na produção de uma série de produtos a serem consumidos, pois isso torna o evento a ser rememorado mais palatável e homogênea a mensagem que se quer passar. Além disso, a reprodução de vários elementos pertencentes àquela época promovem uma “aura de originalidade” (HUYSSSEN,2000:22), dando legitimidade histórica ao que está sendo lembrado. É interessante perceber neste processo as várias maneiras como o Bicentenário chegou a público e pensar qual seria a real intenção de torná-lo tão comercial e aceito a ponto de nos dar a impressão de um esforço centrado na “recordação total” (HUYSSSEN, 2000:15) de uma época. Afinal, esse esforço em promover a festividade junto à sociedade que nasceu no poder público carioca, e encontrou eco na iniciativa privada e pública, acabou por distinguir, dentro do cenário nacional, a importância que o evento teve na cidade se comparado aos demais municípios da União.

³⁸ No jornal *A Tarde* de Salvador publicou uma matéria em 22 de janeiro de 2008 sobre as comemorações em torno do bicentenário: “A comemoração do bicentenário da chegada da Família Real portuguesa à Bahia, em 22 de janeiro de 1808, foi marcada com um desfile naval pelas águas da Baía de Todos Santos no início da manhã desta terça-feira, 21. As homenagens começaram cedo. Por volta das 9h, o navio Veleiro Cisne Branco abriu as velas e deu início à celebração. (...) As embarcações ficaram em posto de continência às autoridades civis e militares que participaram do desfile naval, que pôde ser visto pela população da praia do Porto da Barra e proximidades. Após o desembarque no Comércio, os políticos e tripulantes deram continuidade às comemorações no Palácio do Rio Branco, localizado na Praça Municipal, no centro da capital baiana.

No Palácio, o governador do Estado e o presidente da Empresa de Correios e Telégrafos, Carlos Henrique Almeida, lançam o selo comemorativo que conta um pouco sobre a chegada da Corte Portuguesa. No total, serão lançados 15 selos especiais que retratarão também a trajetória de órgãos criados em 1808 por D. João VI, a exemplo do Banco do Brasil e da Polícia Civil.

Intitulada “200 anos da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil”, a primeira emissão dos selos ocorre simultaneamente no Rio de Janeiro. Os selos também serão lançados em Portugal, em Lisboa, devido a uma parceria entre o correio português e a ECT.” Disponível em www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=826756. Acesso em 26 de maio de 2009.

Qual seria a memória que o poder público carioca tentou evocar durante as celebrações? De que maneira a cidade do Rio de Janeiro queria ser lembrada durante esses eventos? São questionamentos válidos para entendermos que mensagem política está vinculada às comemorações e por que, no caso do Rio de Janeiro, o passado está vendendo mais que o presente e até quem sabe, o futuro.



Imagem do selo comemorativo lançado pelos Correios em 2008 para a comemoração do bicentenário da chegada da Família Real ao Brasil.

Fonte: “200 anos da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil”, <http://www.correios.com.br>

1.3.2. O Rio de Janeiro volta ao passado e se legitima como narrador do Brasil

No imaginário da nação brasileira o Rio de Janeiro talvez seja a cidade mais associada à Família Real, por ter sido seu local de moradia. Porém, a influência desta migração do poder europeu para o Brasil acabou por determinar a história e o traçado territorial de todo o país, configurando a nação que conhecemos hoje. Vale, portanto, uma breve reflexão sobre o porquê de esta narrativa histórica ser valorizada quase que somente pelo poder público de uma cidade.

Quando a Família Real chegou ao Brasil e se estabeleceu no Rio de Janeiro, ela determinou com esta permanência um local central para esta cidade dentro do território da colônia. O Brasil de então, fragmentado e com seus núcleos populacionais isolados, agora possuía uma referência geográfica de onde emanava o poder. A cidade, antes importante economicamente por seu porto, ganhou importância política e social com a chegada de D João VI.

A construção da noção ideológica de um país faz-se a partir do centro do poder político, o que deu à cidade do Rio de Janeiro a função de narrador da história do Brasil que surgia. O território nacional antes sem voz que o caracterizasse, ganha um ponto focal de onde se imaginaria uma nação. Em seu artigo, José Murilo debate a questão do surgimento

desta história a partir do Rio de Janeiro e indica que, apesar da perspectiva histórica que surge desta cidade ser do interesse da elite econômica e política da época, ela não deve ser menosprezada. Se analisarmos o que foi pensado em termos de unidade nacional a partir desta narrativa veremos que temos aí o nascimento do Brasil enquanto nação, oriundo de um discurso unificador oficial. Mesmo que esta unidade não fosse ainda real ela assim era propagada.

Essa memória política da cidade tem na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, um marco histórico e institucional fundamental. Este tinha como objetivo, segundo consta no Artigo 1º do Estatuto de sua fundação “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil (...)”³⁹. A partir de seu surgimento o IHGB exerceu, até pelo menos a década de 1930 (CARVALHO, 2008:561), uma grande importância na escrita da história nacional, coordenando esforços para que ela fosse registrada.

Além do IHGB, José Murilo nos chama a atenção para o fato de que toda a intelectualidade que pensava e escrevia sobre o Brasil no século XIX, o fazia a partir da capital, não importando de onde eles viessem, “a capital nacionalizava a visão dos historiadores” (CARVALHO, 2008:561). Isso porque, as instituições de ensino que estavam espalhadas pelo território nacional e formavam a elite intelectual tinham programa de ensino regulado pela capital, pois este era formatado nacionalmente. Os professores eram pagos e nomeados pelo governo central, indicando o controle sobre as novas idéias. Todos aqueles que ambicionassem uma carreira política se viam obrigados a se deslocar para o Rio de Janeiro, bem como aqueles que queriam seguir carreira em letras e artes. Ou seja, legitimado por sua importância econômica e política, o Rio de Janeiro inventava o Brasil para além de suas fronteiras.

A idéia de um país unificado surgiu neste momento e foi perpetuada após a proclamação da República. A produção intelectual que se desenvolvia no Rio de Janeiro, por esta ser a capital e concentrar as instituições de memória, de saber, as livrarias e seus mais conhecidos frequentadores, reforçava a importância da cidade no desenvolvimento cultural país. Estabeleceu-se um círculo que se auto-alimentava e que só seria quebrado com a entrada de São Paulo representado pela USP no cenário da escrita da história na década de 1930.

É comumente difundida a idéia de que a vinda da Família Real inventou o que hoje entendemos como Brasil, e que o deslocamento do poder para a cidade do Rio de Janeiro foi

³⁹ Disponível em <http://www.ihgb.org.br>; Acesso em 30 de maio de 2009.

fundamental para evitar que, a exemplo do que ocorreu na colônia espanhola, o território se fragmentasse em uma série de repúblicas. Mesmo não sendo essa uma afirmação incontestada, a suposição é comumente aceita quando tratamos de memória histórica nacional.

Os eventos pela comemoração do bicentenário que tomaram lugar no Rio de Janeiro com mais ênfase que no resto do país podem ser analisados como um esforço em reconstruir a memória de uma centralidade legitimada que se perdeu. Voltar a ser a cidade real durante o ano de 2008 e rememorar os acontecimentos do período joanino são, em última análise, a busca pelo status esvanecido pela perda da capitalidade, a tentativa de se religar a uma identidade que a distinguia e valorizava se comparada às demais cidades brasileiras.

Trazer de volta e envolver a sociedade carioca com antigos signos, que receberão novos significados através de quem os expõe e consome, transforma o conjunto de eventos em que se insere a restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo, num fértil campo de análise para que possamos buscar entender por quais razões e com que meios a cidade do Rio de Janeiro precisa se enraizar em um passado monárquico para se qualificar positivamente para o presente e para o futuro.

Conforme nos indica Michael Pollak em seu artigo *Memória, esquecimento, silêncio*, a reconstrução do passado, como forma de dar identidade a um grupo, exige um trabalho de “coerência nos discursos sucessivos” (POLLAK, 1989:10). Ou seja, quando uma instituição elege uma história a ser rememorada e de alguma forma atribui a ela um destaque dentro do quadro de memórias de um grupo, o discurso politicamente construído no presente deve estar fortemente ancorado no passado e com ele ser coerente, pois somente através da criação de uma noção de credibilidade os indivíduos pertencentes àquele grupo criam empatia com os signos e símbolos que estão sendo postos em evidência, e passam a se identificar através deles. Foi necessário então um esforço de planejamento e ações combinadas que visavam transmitir à população carioca informações que a fizesse se identificar com esse recorte específico do passado.

CAPITULO 2 - Restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo: planejamento e execução

2.1. As obras de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé

2.1.1. O governo do Rio de Janeiro se prepara para lembrar

Em novembro de 2004, o então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia⁴⁰ divulga oficialmente⁴¹ a sua intenção de fazer das comemorações do bicentenário um evento de importância dentro da cidade. As festividades relacionadas à chegada da Família Real estavam previstas para começar em 2005, já em referência ao ano de 1805, e assim, se sucederiam os anos de 2006, 2007 e, finalmente, culminariam em 2008.

Seriam então quatro anos reencenando e lembrando o período monárquico, tanto em Portugal quanto quando este se transfere para o Brasil. Percebe-se nos planos do governo municipal o intuito de criar uma ponte simbólica entre o mandato que se iniciava e a trajetória histórica que transformou a cidade do Rio de Janeiro na capital do império português. O decreto, que sai logo após a reeleição do prefeito, reflete de alguma maneira a intenção do poder público em dar destaque a signos que, naquele momento, julga serem de importância para a cidade e sua população. A promoção destas ações voltadas para o reforço de uma identidade carioca vinculada à memória monárquica remete a idéia de Pollak com relação à construção, através de atos relacionados e coerentes entre si, de uma memória que dá identidade a um grupo. Interessante perceber a apreensão de um determinado momento histórico pelo poder público e analisar como ele se preocupa em construir, ao longo deste período de mandato, um repertório simbólico que se vale de fatos históricos relevantes e verificáveis, para uma população que, muitas vezes, não estabelece com esse passado uma relação de identidade.

Podemos nos perguntar, como já o fiz anteriormente, a quem serviria este passado? E aqui esta pergunta se mostra ainda mais contundente, pois se pode, através do texto do decreto nº 24877 em que os anos do século XVII são equiparados aos do século XXI, imaginar onde o passado e o presente desta cidade se tocam e a maneira como isso vai acontecer.

Nada há de ingênuo neste processo que busca construir pontes entre o passado da cidade e sua contemporaneidade, de maneira que um glorifique o outro. Pollak, ainda em seu

⁴⁰ César Maia foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro por três vezes, sendo os dois últimos mandatos de 1º de janeiro de 2001 a 1º de janeiro de 2009.

⁴¹ A divulgação oficial da intenção do poder público em comemorar os 200 anos de chegada da Família Real foi feita através do decreto nº 24877. Ver anexo 7

artigo, discute a maneira como a escolha de determinadas referências serve para manter a coesão e as fronteiras de um grupo social através do que ele chama de “enquadramento da memória”. O enquadramento seria, para além da memória nacional, um recorte específico dentro de todo um espaço amostral histórico, onde são eleitos determinados acontecimentos que fornecem elementos que são valorizados, ao passo que outros são colocados em segundo plano. Esse processo de escolha de determinada memória ajuda a construir no imaginário coletivo um quadro de referências que servirá como ferramenta na construção do sentimento de pertencimento e de diferenciação entre grupos sociais.

Rememorar intensamente esses fatos históricos ligados ao Rio de Janeiro talvez seja uma tentativa de dar à cidade, que tem hoje a sua imagem muito ligada à violência, um outro ponto de vista sobre si mesma, um enfoque mais positivo e que traga à sociedade novos signos para se repensar. Este pode ser o legado que esta administração pretendia deixar: um olhar que reflete uma cidade que teve um papel central na história do país, que abrigou o rei e sua corte e que ainda hoje possui evidências deste passado espalhado na área urbana em forma de monumentos, ruas e construções.

Dentro deste mesmo conjunto de objetivos, que acabaram por justificar a restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé, e claramente em linha com a importância que estava sendo dada à rememoração do passado, foi criada, em 06 de março de 2006, através de decreto⁴², a Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro – SEDREPAHC. Essa secretaria passa a tratar exclusivamente da política pública de proteção e conservação do patrimônio cultural, que até então era tratada de maneira fragmentada por outras secretarias e órgãos, conforme nos mostra o artigo 9 deste decreto:

Fica criada a Macrofunção Patrimônio-Urbano-Histórico e Cultural constituída pela Secretaria Municipal das Culturas - SMCs, Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU, Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro - SEDREPAHC, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP e a Fundação Parques e Jardins – FPJ

A partir de sua criação, a SEDREPAHC se tornou responsável por todo o planejamento, coordenação, desenvolvimento, aprovação e fiscalização do patrimônio cultural

⁴² Decreto nº 26239. Ver anexo 8

do município do Rio de Janeiro⁴³. Houve, portanto, uma centralização das ações relativas ao patrimônio histórico e artístico do município - o que, segundo a própria definição encontrada no site da prefeitura, amplia “as formas de promoção e defesa deste patrimônio e dá maior agilidade à execução de ações municipais em prol da sua preservação. A elevação das questões relativas ao patrimônio cultural ao status de uma Secretaria revela sua importância dentro [...] da gestão municipal”⁴⁴.

A criação desta secretaria nos dá indícios, e eles estão espelhados inclusive no nome dado a ela, de como a memória da cidade seria tratada durante esse período. A centralização decisória com relação ao que seria lembrado e valorizado dentro da história carioca tem neste ato de governo sua confirmação. Pois, devemos perceber, conforme nos orienta Pollak, que os discursos construídos sobre acontecimentos históricos e suas personagens deixam rastros, que nada mais são do que “objetos materiais” (POLLAK, 1989:10) que sinalizam no presente os fatos ocorridos.

Seria este órgão que cuidaria dos preparativos para a comemoração do bicentenário, e seria através dele que o contrato entre Prefeitura do Rio de Janeiro e Fundação Roberto Marinho se firmaria para dar início ao processo de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé.

Mas será que a escolha do poder público carioca em relembrar a monarquia durante um período tão longo resultou no objetivo desejado? A memória monárquica é tão cara à sociedade carioca que essa proposta de longa comemoração encontrou ressonância⁴⁵? A análise do processo de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé nos dá elementos para discutir mais profundamente a maneira como os atores sociais se relacionam com esse enquadramento da memória.

2.1.2. Viabilizando o processo de restauração: contrato entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e Fundação Roberto Marinho

No dia 10 de agosto de 2006 foi firmado o contrato que viabilizaria a restauração do monumento símbolo das comemorações do bicentenário na cidade do Rio de Janeiro, apontado como construção de referência pelo então prefeito César Maia logo no início do

⁴³ As atribuições da SEDREPAHC foram definidas pelo Decreto nº 26553 de 19 de maio de 2006. Ver anexo 9.

⁴⁴ Disponível <http://www.rio.rj.gov.br/sedrepahc/>; Acesso em 21 de setembro de 2009.

⁴⁵ Para maior aprofundamento na noção de “Ressonância” ver: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio”. In *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n 23, jan/jun 2005. pp. 15-36

planejamento das ações. O processo iniciado pela prefeitura carioca estipulou, com a assessoria da Fundação Roberto Marinho, o valor de R\$ 11.290.519,52 (onze milhões, duzentos e noventa mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos) para execução dos serviços de restauração e revitalização da igreja. A Fundação Roberto Marinho foi convidada diretamente pela prefeitura para gerenciar as obras, o que foi, segundo a arquiteta Mariângela Castro, gerente de patrimônio da Fundação Roberto Marinho e coordenadora do projeto, “motivo de orgulho” para a instituição.

A Fundação Roberto Marinho, fundada em 1977 pelo jornalista Roberto Marinho desenvolve projetos nas áreas da educação, patrimônio e meio ambiente. É uma instituição de expressão na área da preservação do patrimônio cultural no Brasil, que vem trabalhando seus projetos sempre com um cunho pedagógico, vertente pela qual iniciou sua atuação. Pode-se dizer que esta instituição possui um forte vínculo com a cidade do Rio de Janeiro, pelo número de projetos que já desenvolveu na cidade e por ter nela sua sede desde sua fundação. Além disso, deve-se pontuar a ligação que existe entre a Fundação Roberto Marinho e as Organizações Globo⁴⁶, que teve seu nascimento também na cidade do Rio de Janeiro e lidere hegemônica em comunicação de massa no país.

Ao escolher essa instituição, o poder público carioca faz duas exigências com relação às obras de restauração: que a igreja fosse inaugurada no dia 08 de março de 2008 e que todo o processo fosse permeado com ações educativas para o público.

O projeto, orçado em R\$ 11,5 milhões, envolveu o restauro artístico do interior e das fachadas da igreja e a realização de obras de infra-estrutura, além da implementação de ações que além do seu caráter educativo e de documentação, irão garantir recursos para a auto-sustentabilidade do templo: um espetáculo de “Som e Luz”, programa de capacitação de professores e visitas guiadas de alunos de escolas públicas e privadas ao canteiro de restauração; criação de vídeo e publicações educativas; implantação de exposições. (Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br>; Acesso em 25 de setembro de 2009).

⁴⁶ A história das Organizações Globo se inicia em 1910, na cidade do Rio de Janeiro, com a fundação do jornal *A Noite* por Irineu Marinho. Posteriormente, em 1925, ele funda o jornal *O Globo*, que será assumido pouco tempo depois por Eurycles de Mattos em razão da morte de Irineu. Roberto Marinho assume o jornal em 193, e a partir deste momento uma série de empresas são adquiridas e integradas ao grupo: em 1944 funda a *Radio Globo* do Rio de Janeiro; em 1957, adquiriu a *Rio Gráfica Editora* (atual *Editora Globo*); em 1965 nasceu a *TV Globo* (atual *Rede Globo de Televisão*), canal 4, no Rio de Janeiro; em 1969 adquiriu a *Som Livre*, empresa que editora, distribui e produz produtos musicais; em 1991 lançou a *Globosat*, empresa que produz e distribui canais por assinatura; em 1999 as Organizações Globo lançaram a *Globo.com*, que abrange portais de conteúdo de notícias, esportes e entretenimento, e o Virtua, serviço de acesso à internet via cabo. Para maiores detalhes ver <http://memoriaglobo.globo.com>; Acesso em 10 de dezembro de 2009.

É interessante observarmos nesta citação, retirada do site da Prefeitura do Rio de Janeiro, que podemos traçar um paralelo com o artigo *Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional* de Néstor García Canclini, onde o autor cita novas questões teóricas e políticas que recaem sobre o patrimônio cultural: “1) o patrimônio cultural e a desigualdade social; 2) a construção imaginária do patrimônio nacional; 3) os usos do patrimônio; 4) os propósitos da preservação; 5) o patrimônio na era da indústria cultural; 6) os critérios estéticos e filosóficos [que o avaliam, preservam e difundem]” (CANCLINI, 1994: 96). Destas questões, podemos identificar pelo menos duas delas no discurso do poder público.

Em primeiro lugar, Canclini nos chama a atenção para como o bem patrimonial é entendido pela população que irá interagir com ele. Ressalta a importância de se avaliar a maneira como se dá a apreensão do significado entre o monumento e o público que o visita. Para Reginaldo Gonçalves dos Santos, o objeto deve encontrar ressonância naqueles que se apropriam dele para se perpetuar como representativo simbolicamente. Sendo assim, a diferença entre o capital cultural dos diversos grupos inseridos na população faz com que, mesmo tendo o acesso estimulado e facilitado às instituições, o saber que se propõe transmitir acabe sendo apreendido de maneira desigual. Portanto, essa premissa do projeto de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo deve ser analisada mais detalhadamente para que se possa entender como a utilização do patrimônio como ferramenta pedagógica foi aplicada a esse objeto e quais são as discussões que recaem sobre ele.

Outra questão é o objetivo da restauração, e para tal, Canclini destaca quatro concepções político-culturais: “tradicionalismos substancialista; mercantilista; conservacionista e monumentalista; participacionista” (CANCLINI, 1984:103-105). A preocupação com o autosustento da igreja, através da inclusão de usos que promovam sua inserção nos roteiros turísticos e que viabilizem a atração de um público pagante para o espetáculo de “Som e Luz”, dá indícios da preocupação econômica envolvida no processo de restauração. Se analisarmos estas exigências de projeto pela concepção mercantilista, podemos entender que a restauração da igreja fez com que os bens simbólicos inerentes a essa construção ganhassem valor de mercado (CANCLINI, 1994:104), mesmo não tendo como foco a sustentabilidade econômica e sim a educação patrimonial. Por essa característica que transforma símbolos em produtos a serem consumidos, mas sem objetivar a geração de lucro, o caso da Igreja Nossa Senhora do Carmo se mostra emblemático para relativizarmos essa tipologia. Isso porque coloca em evidência a complexidade das relações entre mercado e cultura, que não devem ser tratadas de forma estanque. Durante o processo de entrevistas, pude constatar que a inclusão

dos novos usos com o intuito de dar à igreja novas fontes de renda, se mostrou um processo por vezes difícil, o que analisarei com maior atenção no terceiro capítulo.

O contrato entre a prefeitura e a Fundação Roberto Marinho é a oficialização e início do processo que tomo como objeto para lançar um olhar mais atento sobre a polissemia e disputas que recaem sobre o processo patrimonial. É a certidão de nascimento da Igreja Nossa Senhora do Carmo, conforme imaginada pelo poder público. É o começo de um processo que vai além das obras arquitetônicas de restauração, configurando-se em uma transformação simbólica ritualizada: a inauguração da igreja restaurada reforça sua condição de, segundo Pierre Nora, “lugar de memória” carioca, lugar que remete à presença da Corte no Rio de Janeiro; à sua condição de capital do Brasil colônia e berço da nacionalidade.

Em seu artigo *Entre memória e história, a problemática dos lugares*, Nora nos leva a uma reflexão sobre a ruptura com uma tradição de memória pautada na vivência cotidiana e sua substituição, na sociedade contemporânea, por lugares e saberes que recuperam esse passado fragmentado e o acondiciona em limites, materiais e simbólicos, bem definidos.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. [...] Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (NORA, 1993:8-9)

Propõe, então, o que é de grande valia para a discussão patrimonial, uma distinção entre memória e história. Diferentemente da memória, ancorada na experiência cotidiana, a história é a tentativa de representar no presente, de maneira incompleta, um passado que não existe mais. Está ligada ao discurso crítico, de natureza intelectual, que busca uma universalidade que represente a todos e, ao mesmo tempo, a ninguém. “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993:9).

Esse panorama dialético e controverso que o autor nos apresenta é um ponto de partida para pensarmos o processo de restauração. Devemos nos perguntar se todo lugar de memória no final das contas não evoca, à sua própria revelia, o conflito entre uma memória nacional unificadora e contra memórias de grupo

Não podemos deixar de lado que o esforço concentrado para se construir os “lugares de memória” são uma maneira de evidenciar uma história eleita que se legitima a partir da própria evocação. Ela não é única e não podemos considerá-la, a priori, a mais representativa

daquele espaço ou grupo; afinal, ela é mais um elemento do discurso que vem ratificar aspectos que se quer ver em destaque. Mas a memória é gerada à revelia do racionalmente planejado. O surgimento, usos e significados da memória não são controláveis, eles surgem na dinâmica humana e afirmar sua inexistência pode ser uma maneira de ignorar os discursos que estão à margem do que se quer legitimar.

Sem incorrer em oposições estanques, mas respeitando a natureza distinta dessas duas práticas sociais, o pressuposto seguido nesta análise é de que nos bens patrimoniais restaurados coabitam a história e a memória, coexistência que se traduz também em disputa entre memórias. A restauração é realizada se valendo de dados históricos que traçam um passado cronologicamente coerente e de onde serão eleitos determinados elementos que se destacarão⁴⁷. Ao final do processo conseguimos fazer uma leitura do bem e enxergamos sua trajetória histórica, antes fragmentada e em decomposição, e seus vínculos com a nação ou grupo social ao qual remete.

Porém, paralela à história relacionada ao bem, temos as memórias dos grupos que com ele se relacionam de maneira diversificada. Se o objeto em questão era vivenciado por atores sociais que com ele interagiam das mais diferentes formas, temos, a partir do olhar desses atores, uma memória que se transmuta, se reconfigura e eventualmente se contrapõe à memória histórica. Essa memória pode não exercer fascínio e não ser eleita para representá-lo, porém é válida e existirá independente da história impressa na construção restaurada.

Diante dessa hipótese os significados atribuídos ao bem patrimonial se ampliam e ganham mutabilidade. A face histórica do bem patrimonial acaba por atribuir a ele um caráter mais estável e genérico, diante de sua relevância histórica que, baseada na pesquisa documental, está ali representada de maneira organizada e coerente. Já a memória é recriada e se reposiciona a cada novo momento, diante de cada novo elemento com que ela se depara e vai se reformulando dando ao bem seu caráter mais pessoal, que se liga à vivência cotidiana e as experiências de vida de cada ator social que com ele interage. Trata-se da dialética entre a memória institucional, impressa no monumento através das obras de restauração, e a memória de grupos que estabelecem uma relação afetiva com o templo.

⁴⁷ “Art 13º - A restauração só pode ser efetivada se existirem dados suficientes que testemunhem um estado anterior da substância do bem e se o restabelecimento desse estado conduzir a uma valorização da significação cultural do referido bem. Nenhuma empreitada de restauração deve ser empreendida sem a certeza de existirem recursos necessários para isso.” Carta de Burra, 1980. Ver anexo 10.

2.2. Os atores envolvidos nas obras de restauração

2.2.1. Atores em destaque: SEDREPAHC, Mitra Arquidiocesana, Iphan, Instituto de Arqueologia Brasileira e Fundação Roberto Marinho.

O contrato firmado entre a Prefeitura do Rio de Janeiro, na figura da SEDREPAHC, e a Fundação Roberto Marinho teve a cooperação técnica da Mitra Arquidiocesana e a fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A interação entre esses atores, cada qual com o foco em sua competência, tornou esse projeto polissemicamente rico, pois cada um irá pensar a igreja a seu modo, buscando no momento final das obras trazer à tona os predicados que lhes são mais caros. Obviamente, essa interação se configura em um campo de disputa que evidencia o quão complexo foi o processo de restauração.

O que é mais complexo, porque quando você trabalha dessa maneira, com um cliente que era a prefeitura, tão exigente, porque era uma instituição de restauração [*Iphan*] com técnicos tão capacitados quanto a gente. Então, você tem mais uma articulação para fazer. Nisso é mais uma equipe que articula, que conversa com você. Não é fácil, mas eu acho que, passado agora o tempo, todo mundo sai ganhando. (Arquiteta Mariângela Castro – Fundação Roberto Marinho)

A Prefeitura do Rio de Janeiro tinha como objetivo tornar a Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé o monumento central e mais representativo simbolicamente dentro das comemorações do bicentenário. Para isso, era imprescindível que as obras terminassem na data prevista, 08 de março de 2008, e que além da restauração arquitetônica houvesse sido elaborado todo o conjunto de ações educativas que fariam com que este monumento dialogasse com o público e contasse a ele a história do Rio de Janeiro sede do império português. “Coube à Secretaria do Patrimônio Cultural (SEDREPAHC), mediante a participação da sua equipe multidisciplinar de técnicos, a coordenação técnica do programa e a fiscalização do contrato firmado com a Fundação Roberto Marinho” (CASTRO; LODI, 2008: 141).

A Mitra Arquidiocesana é o ator que detém o conhecimento sobre os signos e significados religiosos que estavam sendo de alguma maneira manipulados durante as obras. Aliada à Mitra estava a Sociedade dos Amigos da Antiga Sé (SAMAS), que é personagem ativo na história da igreja, principalmente no que tange aos processos de restauração por que passou nos últimos anos. Essas duas instituições podem ser consideradas os “clientes” mais diretos do projeto, pois são os que estavam mais diretamente ligados à construção antes das obras e

ficariam responsáveis pela manutenção depois da sua reabertura. A Mitra e a SAMAS foram os atores responsáveis por avaliar o plano de restauração e verificar se as prioridades e usos estipulados estavam de acordo com o dia-a-dia da igreja. Além disso, houve por parte da Mitra a orientação na condução das obras, principalmente quando as escavações do sítio arqueológico começaram, no sentido de manter, dentro daquele espaço, a ordem hierárquica onde o sagrado se encontra em primeiro lugar. Esses atores privilegiam em suas decisões as características simbólicas da edificação, que estão ligada às práticas ritualísticas, enquanto os demais atores dispensam à construção um olhar técnico, avaliando suas características arquitetônicas e funcionalidade. Essa diversidade de percepções nos dá indícios de como as articulações no campo do patrimônio podem ser complexas, o que torna impossível lê-las apenas de uma forma e sob um viés.

O papel do Iphan durante as obras de restauração foi o de, através de sua 6ª Superintendência Regional, aprovar e fiscalizar as obras. Considerando que a Igreja Nossa Senhora do Carmo é um bem tombado em instância federal, todos os serviços propostos deveriam ser previamente analisados e, em conjunto com os demais envolvidos, chegar a um consenso no que tange às diretrizes adotadas. Mariângela Castro e Cristina Lodi em seu texto *A restauração do monumento-símbolo das comemorações dos 200 anos da chegada de D. João e da Família Real ao Rio de Janeiro*, destacam “o empenho do Iphan nas pesquisas histórica e de evolução da decoração interna, fundamentais para a definição do conceito da restauração da talha rococó” (CASTRO; LODI, 2008: 141). O Iphan dividiu, junto com a Fundação Roberto Marinho, a responsabilidade técnica pelas obras, coordenando uma equipe que assessorou as ações de arqueologia, história, restauração artística, restauração arquitetônica, sistemas especiais de segurança, estruturas, luminotécnica e etc. (CASTRO; LODI, 2008: 141). A igreja que se encontra aberta ao público hoje é resultado de uma série de debates sobre que história seria contada através das obras de restauração e que serviria ao poder público como instrumento de divulgação das comemorações.

Cada um desses atores possuía uma função específica dentro do processo de restauração. Essas funções, que tendem a ser complementares, por vezes geram embates que devem ser resolvidos para que a obra avance e o trabalho finalize de maneira coerente e no prazo estipulado. Porém, o que se tem é uma relação de disputa e negociação permanentes, decorrente da intenção de cada grupo de atores em validar sua percepção sobre o bem patrimonial. Essa disputa por legitimidade acontece quando existe a atuação de atores com objetivos específicos e interesses distintos, mesmo que exista uma convergência para o mesmo ponto final: a recuperação da igreja.

No caso da SEDREPAHC, esta tinha como objetivo preservar a visão simbólica do poder público sobre a obra. A secretaria era a garantidora de que ao fim das obras a construção espelharia o esplendor da era joanina e serviria como ponto focal das comemorações. Em sua interação com os demais atores, havia a preocupação em manter a obra no prazo, para que a comemoração fosse iniciada a contento, manter os gastos dentro do orçamento previsto e assegurar que o resultado final refletisse a boa administração e a preocupação da Prefeitura do Rio de Janeiro com a preservação de seu passado. Ela era a figura do contratante, que estabelece seus limites e estipula o que gostaria de receber ao final. Portanto era à ela que os demais atores prestavam contas no decorrer das obras.

Eu tinha o tempo todo a SEDREPAHC com a gente e mandando tanto quanto a gente. (Arquiteta Mariângela Castro – Fundação Roberto Marinho)

O Iphan enquanto órgão fiscalizador tinha nas mãos a tarefa de dialogar com os demais atores e avaliar as escolhas técnicas que estavam sendo propostas. As escolhas técnicas são feitas baseadas nas pesquisas históricas, arquivísticas e iconográficas da evolução arquitetônica do bem e, a partir do entendimento desta evolução, busca-se espelhar no projeto de restauração os elementos mais relevantes dessa história arquitetônica. Porém, quando falamos deste projeto de restauração, estamos na verdade nos referindo a uma construção que iniciou sua história no século XVI e que vem sendo modificada e reformada até os dias atuais. Não é tarefa fácil determinar os caminhos a seguir no momento das escolhas técnicas, pois se trabalha, primordialmente, com o que será lembrado e o que será esquecido. E ter como encargo a avaliação e aprovação dessas escolhas atribui ao Iphan um papel decisivo dentro deste cenário. Ele precisou articular com os anseios simbólicos do poder público, com as propostas técnicas apresentadas pela Fundação Roberto Marinho e com o olhar de usuário da Mitra e da SAMAS.

Um evento que chama a atenção durante o processo de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo, e que agregou mais um ator às obras de restauração, foi a descoberta, durante as pesquisas arqueológicas, de construções, utensílios e ossadas que justificaram a construção de um Museu do sítio arqueológico. Este sítio não estava previsto no escopo inicial das obras e sua inclusão acabou por alterar de maneira significativa o projeto arquitetônico, principalmente em relação aos usos dos ambientes. Com essa importante

descoberta o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB)⁴⁸ se configura em mais um ator que irá buscar, dentro do espaço de disputa estabelecido, dar destaque para a matéria de sua competência. Tanto na entrevista realizada com a arquiteta Mariângela Castro, quanto na entrevista com o Padre Roque⁴⁹, atual pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo, notam-se momentos em que fica clara a dificuldade de que compatibilizar demandas tão distintas, dado que cada instituição envolvida possuía um olhar particular sobre os usos e potencialidades da igreja.

Eu acho que nada é fácil. Mas, na igreja da Antiga Sé, o padre Roque e dom Ednei foram excepcionais. Eu nunca trabalhei com tanta facilidade como foi com eles. Por quê? Nós entendíamos também que fazer ali, no meio da capela-mor, uma visita do público, a gente tinha restrições com relação a isso. Mas, isso não era muito claro para todo mundo que estava ali, dos técnicos. Porque os técnicos se empolgam muito, no caso da arqueologia, eles achavam aquilo o mais importante. (...) Então precisou dom Ednei sentar com a gente e ele fez uma explanação muito racional do porque que não podia transformar aquela área da igreja num centro de visitação. Então ele deu explicações, ele foi muito hábil. Ele não foi pela força. Ele explicou isso, foi mais fácil de entender e fazer com que houvesse então uma solução criativa. (Arquiteta Mariângela Castro – Fundação Roberto Marinho)

A Fundação Roberto Marinho, que foi escolhida diretamente pela Prefeitura do Rio de Janeiro como coordenadora do projeto, articulava com os demais atores – Iphan, Mitra, SAMAS, SEDREPAHC - e ainda era a responsável pela contratação de equipes terceirizadas⁵⁰ que iriam planejar e executar as obras e conceber e implantar as ações

⁴⁸ O IAB foi fundado em 1961 por um grupo de pesquisadores que tinham como intuito formar uma instituição sem fins lucrativos que prestaria serviços técnicos especializados para se associar a outras instituições de pesquisa e patrocínio. Disponível em <http://www.arqueologia-iab.com.br>; Acesso em 04 de outubro de 2009.

⁴⁹ O Padre Roque Costa Souza está à frente da paróquia da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé desde 2005. Iniciou sua trajetória dentro da Igreja Católica aos 18 anos, já com a intenção de se tornar padre diocesano. Antes de assumir a Igreja Nossa Senhora do Carmo passou, no bairro de Anchieta no Rio de Janeiro, por duas paróquias: Igreja do Bom Pastor e São Francisco de Assis, onde foi formador do seminário durante quatro anos. Depois desses quatro anos foi para o bairro de Realengo, assumindo a paróquia de Nossa Senhora das Graças e São João Batista, onde permaneceu por seis anos. Hoje, além da paróquia de Nossa Senhora do Carmo, Padre Roque é o capelão do Quartel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Foi neste local que, no dia 08 de setembro de 2009, o pároco me concedeu entrevista temática sobre sua vivência dentro desta paróquia antes, durante e depois das obras de restauração.

⁵⁰ Segundo o release “Números”, elaborado pela Fundação Roberto Marinho, a obra de restauração, coordenada por esta instituição, envolveu “300 profissionais no total, sendo 80 com ensino superior e médio, entre arquitetos, arqueólogos, engenheiros civis, engenheiros de instalações, engenheiros de sistemas, engenheiros de estrutura, engenheiros de planejamento, historiadores, advogados, administradores, economistas, programadores visuais, jornalistas, publicitários, profissionais de Tecnologia, contadores, atores e restauradores. Além disso,

educativas. Seriam então duas frentes de trabalho de naturezas diversas, mas que deveriam dialogar. Apesar de estar à frente do canteiro de obras e ser respeitada por sua trajetória de atuação na conservação do patrimônio cultural brasileiro, suas ações foram avaliadas e aprovadas pela SEDREPAHC. Realizar uma obra de restauração dentro de um orçamento pré-determinado e tendo que cumprir um cronograma rígido, se configura num desafio. Desafio ainda maior, segundo a arquiteta Mariângela Castro, foi justamente lidar com um grupo de trabalho composto por técnicos tão qualificados quanto os da Fundação Roberto Marinho, e que possuíam legitimidade dentro do processo para dialogar de igual para igual.

As reuniões semanais de acompanhamento ocorreram durante todo o período de execução do programa. Delas participavam os órgãos fiscalizadores, Iphan e SEDREPAHC, a coordenação geral da Fundação Roberto Marinho, o gerenciamento local, a equipe técnica da SEDREPAHC, os representantes das empresas contratadas, e ainda representantes da Mitra Arquidiocesana e Sociedade de Amigos da Antiga Sé. As reuniões garantiram, sem maiores desvios, a execução do cronograma e a entrega da obra nas datas previstas. A prévia detecção de problemas e suas discussões nas reuniões semanais permitiram ao gerenciamento sua pronta solução e a correção/ atualização do cronograma de execução. (CASTRO; LODI, 2008: 145)

Segundo o Padre Roque, a restauração se configurou em um desafio conciliatório para ele e para a Mitra Arquidiocesana. Muitas propostas que levavam em conta questões técnica ou que eventualmente priorizavam ressaltar o passado arqueológico da construção foram motivo de conflito. Salvar as características simbólicas do templo, preservando o uso litúrgico do espaço, foi o papel principal desempenhado pela Mitra e pela Sociedade de Amigos da antiga Sé.

Mas quando eles convidaram a Fundação, o projeto era com benefícios da Prefeitura, então, não ia ter benefício fiscal. Então, foram aqueles 11 milhões. Mas, seis meses depois, sete ou oito meses depois, você sabe como é obra de restauração, sempre tem essa coisa que vai aparecendo. E aí tinha um detalhe: embora nós tivéssemos, desde o início, estabelecido aquela área de abrangência, que era: a igreja propriamente dita e a área que tinha conexão direta com a igreja, quer dizer, ela tem aquela entrada pela rua Primeiro de Março, tem aquelas duas entradas pela rua Sete de Setembro, eles pediram aquela parte lá de cima. (...) No primeiro pavimento tem o coro, tem as tribunas, então

foram 450 contratações (70 contratos de obras e serviços e outros 380 para fornecimento de materiais etc.)".
Release Números. Rio de Janeiro, 2008

eles pediram para a gente unir o coro às tribunas, aí, você sobe a escada e passa por um ambiente ruim? Então vamos fazer o seguinte: vamos fazer a integração. Então entrou aquela sala, que era a nossa sala de trabalho, que era a sala que quem usava eram os Narcóticos Anônimos, que passaram lá para trás, e o padre Roque, logo que a igreja foi entregue, ele fez uma pequena mudança de uso nas áreas que a gente tinha definido. Aí ele passou, nessa sala que a gente trabalhava no primeiro andar, a ser a sala dele, então ele ficou com uma sala bem grande, bem confortável. Aí ele consertou o piso e a gente ajudou a pintar as paredes. (Arquiteta Mariângela Castro – Fundação Roberto Marinho)⁵¹

Além disso, era necessário que as obras de restauração levassem em consideração a dinâmica daquele espaço, que é ocupado por alguns grupos que se religam a ele através de memórias que divergem da história contada pela restauração. É para este grupo de atores e suas memórias ligadas à Igreja Nossa Senhora da antiga Sé, que pretendo dispensar um olhar mais atento a partir deste ponto.

2.2.2. Atores silenciosos: fiéis e funcionários

A paróquia de Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé conta com alguns grupos que se ocupam de suas atividades: Grupo de Catequese de Adultos, Arquiconfraria Nossa Senhora da Cabeça, Apostolado da Oração, Grupo de Oração pelas Vocações Sacerdotais (OVS), Grupo de Oração Pão da Palavra e Pastoral do Turismo. Essa igreja, por se localizar no centro da cidade do Rio de Janeiro, possui características próprias, que diferem das paróquias localizadas em bairros onde existe um uso residencial mais intenso. O centro da cidade concentra hoje uma grande variedade de empresas, instituições e comércio que o torna um pólo de atração para as pessoas que se deslocam para seus empregos ou para uma grande variedade de transações comerciais. Porém, esta área é bastante esvaziada com relação ao uso habitacional, recebendo, durante o horário comercial, pessoas que se deslocam para este local e que retornam aos seus lugares de origem após a finalização das suas atividades. Esse movimento pendular torna o centro carioca um local com grande adensamento populacional em determinados dias e horários e da mesma maneira o torna vazio, quando a população que ali vivencia seu cotidiano econômico ou profissional volta para o seu local de moradia.

Nas paróquias de bairro as atividades são programadas para atender aos fiéis que moram na localidade onde esta se insere. São atividades que se concentram nas necessidades específicas da comunidade do entorno e que, por reunir habitantes de um mesmo bairro,

⁵¹ Para melhor entendimento desta citação da entrevista concedida pela arquiteta Mariângela Castro, ver planta arquitetônica da página 71

conseguem formatar sua grade de horários e projetos para atendê-las. As paróquias de bairro acabam trabalhando com grupos sociais mais homogêneos que, normalmente, já possuem uma afinidade com aquela igreja e nela irão freqüentar as missas, os grupos de catequese, batizar seus filhos e as demais atividades que envolvem um grupo social católico.

Eu moro em Vila Isabel. A minha paróquia de bairro... Que cada pessoa tem a sua paróquia de bairro. Eu moro em Vila Isabel, então a minha paróquia é Nossa Senhora de Lurdes, que fica a sete minutos da minha casa. É a minha paróquia de bairro. Lá, até esse ano de 2008, eu era a coordenadora da catequese. É minha paróquia de bairro. Mas como eu trabalhava naquela época, eu fui convidada e passei a participar dos encontros aqui. (Dona Joana D`Arc Marinho⁵² – Grupo de Oração Pão da Palavra)

E, verificando essa importante presença que a paróquia de bairro exerce na vida de sua comunidade, como se posiciona uma igreja que não pertence a uma localidade com características residenciais? Os usos do sítio onde a Igreja Nossa Senhora do Carmo está inserida afetam-na diretamente, pois suas atividades têm que se adequar à realidade do entorno. Durante as entrevistas que realizei, ela foi chamada de “paróquia de trânsito”, ou seja: ela precisa lidar com o movimento populacional pendular dos fiéis que estão em deslocamento e que possuem para sua prática religiosa o momento antes de iniciar seu turno de trabalho ou o horário de almoço. Além disso, configura-se numa paróquia que irá dividir com a paróquia de bairro a fidelidade dos paroquianos. Portanto, para os atores que estão presentes no cotidiano da igreja ela possui algum diferencial que faz com que a ida a esse templo seja importante simbolicamente, criando laços entre eles e esse local que vão além da proximidade física.

(...) Essas que estão há muito tempo, elas eram pessoas que freqüentavam o centro da cidade trabalhando; se aposentaram e tudo mais, mas continuam indo lá. Então é mais uma igreja por afinidade amorosa, o amor à igreja ali do centro, do que realmente por obrigação de estar ali. Então elas vêm, freqüentam determinados dias, alguns grupos, não é, são seis pastorais, e dá movimento para muita coisa.

⁵² Dona Joana D`arc Marinho é aposentada, mora no bairro de Vila Isabel, zona norte carioca, e tem 66 anos. Sua trajetória relacionada a paróquia de Nossa Senhora do Carmo se inicia em 1991, através do grupo de oração Pão da Palavra e se aprofunda em 1996 quando passa a ser secretária da igreja, função que exerceu até 2001. Dona Joana freqüenta o local todas as segundas-feiras, por ser a responsável pela catequese de adultos, além de fazer a pregação no grupo de oração uma vez por mês.

No dia 06 de julho de 2009, Dona Joana me concedeu entrevista temática, na sacristia da Igreja Nossa Senhora do Carmo, sobre sua vivência dentro desta paróquia antes, durante e depois das obras de restauração.

(Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

A vivência dessa paróquia de trânsito pode ser melhor entendida se analisarmos dois grupos que estão na rotina da igreja há muito tempo, e cujos integrantes são representativos das memórias geradas a partir da interação com esse bem patrimonial: a “Confraria de Nossa Senhora da Cabeça” e o “Grupo de Oração Pão da Palavra”. Esses dois grupos foram identificados tanto pelos fiéis quanto pelo pároco da igreja, como sendo os que possuem os integrantes mais ativos e engajados no dia-a-dia da paróquia.

A Confraria de Nossa Senhora da Cabeça se reúne todas as quartas-feiras às 9 horas da manhã para uma missa que reverencia a imagem de Nossa Senhora da Cabeça localizada em um dos altares laterais da nave. Essa confraria está presente na Igreja Nossa Senhora do Carmo desde 1912 e se configura no grupo mais antigo de frequentadores. Os entrevistados ligados à Confraria relataram graças obtidas por intermédio da santa, indicando que a gratidão pode ser um dos elementos importantes que possibilitam a coesão deste grupo.

Os médicos falaram para meus filhos que eu ia ficar louca e cega, então eu fiz um voto a Jesus e a Nossa Senhora da Cabeça que, se eu não ficasse cega nem louca, ia trabalhar para onde tivesse uma imagem de Nossa Senhora da Cabeça. Que nessa ocasião não tinha ainda a igreja, na Penha, de Nossa Senhora da Cabeça, só tinha essa imagem aqui. Então eu fiquei vindo toda quarta-feira. Aí me botaram como a presidente da Confraria. Três vezes já, que eu fui nomeada presidente. É a terceira vez. (Dona Ondina⁵³ – Confraria de Nossa Senhora da Cabeça)

O Grupo de Oração Pão da Palavra foi fundado no dia 30 de setembro de 1978 e promove, de segunda a sexta-feira, às 12:15 horas, um encontro para os fiéis que, em seu horário de almoço, buscam um momento litúrgico. Além disso, organiza visitas, festas e doações a hospitais e asilos. Nas paróquias de bairro, os grupos de oração têm duração de duas horas e os encontros acontecem uma vez por semana. No caso da Igreja Nossa Senhora do Carmo, o grupo se reúne de segunda-feira a quinta-feira com meia hora de duração e na sexta celebra-se a missa. Como existe o deslocamento, os integrantes do grupo se revezam

⁵³ Dona Ondina Gomes dos Santos Souza é aposentada, mora no bairro do Méier, zona norte carioca, e tem 83 anos. Começou a frequentar a igreja em 1974, em função de uma promessa que fez a Nossa Senhora da Cabeça e deste então está presente neste local todas as quartas-feiras, às 9 horas da manhã para a missa da Confraria. Dona Ondina hoje exerce, pela terceira vez, o cargo de presidente da Confraria. No dia 24 de junho de 2009, na sacristia da Igreja Nossa Senhora do Carmo, me concedeu entrevista temática sobre sua vivência dentro desta paróquia antes, durante e depois das obras de restauração.

para realizar a pregação diária e atender aos que entram na igreja. Esse grupo demonstra claramente a vocação da igreja para atender à população que busca a paróquia em um horário pouco convencional.

Na hora do almoço, justamente. É. Porque o normal, um grupo de oração, ele leva duas horas, é uma vez por semana, em qualquer igreja. Mas como aqui é no centro da cidade, não é, então nós acabamos fazendo... cumprindo o que o grupo de oração pede: duas horas. Porque é meia hora por dia. Aí nós fechamos, na sexta-feira, com a santa missa. (Dona Sandra⁵⁴ - Grupo de Oração Pão da Palavra)

Existe ainda um grupo de atores sociais que está intimamente ligado à igreja e que com ela estabelece uma relação que não passa, necessariamente, pela religiosidade. Esse grupo, composto pelos funcionários⁵⁵ contratados pela paróquia, desempenha papel fundamental no cotidiano operacional do espaço e estabelece com ela uma relação simbólica diferenciada.

Tanto os fiéis quanto os funcionários da igreja podem ser considerados fornecedores de relevantes informações acerca de como foi o processo de restauração. O estado anterior do

⁵⁴ Dona Sandra é aposentada, mora no bairro da Cidade Nova, centro do Rio de Janeiro, e tem 57 anos. Começou a freqüentar a paróquia de Nossa Senhora do Carmo em 1990, com a esperança de encontrar conforto, pois passava por momentos difíceis em sua vida pessoal. Desde o início está ligada ao Grupo de Oração Pão da Palavra, do qual é hoje coordenadora, e busca nos projetos de assistência social - visitas a hospitais, asilos e etc.- reforçar a prática religiosa. No dia 30 de junho de 2009, na sacristia da Igreja Nossa Senhora do Carmo, me concedeu entrevista temática sobre sua vivência dentro desta paróquia antes, durante e depois das obras de restauração.

⁵⁵ No decorrer do ano de 2009 realizei, no espaço da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé, entrevistas temáticas com alguns de seus funcionários com o intuito de entender como era o trabalho na paróquia antes, durante e depois das obras de restauração. Os entrevistados estão presentes diariamente na igreja e, por possuírem uma relação profissional com ela, trazem elementos enriquecedores para a análise. Listo aqui os funcionários entrevistados:

Darlan Mendes Matheus (entrevista realizada no dia 24 de junho de 2009) - Darlan, além de auxiliar o Padre Roque nas missas, ocupando a posição de coroinha, realiza diversos serviços na igreja como: segurança, operador de áudio e luz em casamentos, serviços administrativos e etc.. Mora em Realengo, na zona oeste da cidade, tem 22 anos. Trabalha na igreja desde 2006, quando foi convidado pelo Padre Roque para auxiliá-lo nas missas.

Valéria Schuenk (entrevista realizada no dia 27 de julho de 2009) – Valéria ocupa, desde o ano de 2004, a posição de secretária da igreja, substituindo Dona Joana D`arc que até o referido ano exercia essa função. É responsável por todo o serviço administrativo da paróquia o que inclui agendamento de casamentos, missas, registros e arquivamentos. Além disso, presta atendimentos ao público que hoje procura a igreja como ponto turístico. Já havia trabalhado como secretária em outra paróquia no bairro de Oswaldo Cruz, zona norte da cidade. Mora na zona oeste da cidade.

José Luiz da Silva (entrevista realizada no dia 10 de julho de 2009) – José tem 29 anos e é auxiliar de serviços gerais e administrativos. Este funcionário está na igreja desde 2003 e se diferencia dos demais por morar neste espaço. Ele esteve presente em todos os momentos da restauração, sendo uma de suas funções auxiliar o grupo técnico no que fosse possível.

templo, a forma como transcorreram as obras e a avaliação final destes grupos podem trazer elementos que não estão claros no discurso oficial sobre aquele processo.

Nas pesquisas realizadas sobre a restauração o foco usual recai, principalmente, sobre as questões técnicas enfrentadas e sobre a atuação dos atores oficiais: Prefeitura do Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho, Iphan, Mitra Arquidiocesana e SAMAS. Porém, analisando as entrevistas pode-se perceber que a relação dessas instâncias com os usuários da igreja se deu através do pároco, que fazia a mediação entre os grupos, articulando entre o que foi decidido nas reuniões de trabalho e o que os fiéis e funcionários deveriam fazer para manter suas atividades.

Portanto, o que podemos perceber são dois grupos de atores sociais distintos que atuaram de maneira diferente durante o processo de restauração. O primeiro grupo é o que edifica, e o segundo o que habita (CHOAY, 2001:250). O que Françoise Choay chamou de “competência de edificar”, e que seria a maneira como o bem patrimonial estabelece conexões com o contexto no qual está inserido através da interlocução dos atores que o construíram e o vivenciam pelos usos cotidianos, tem nestes dois grandes agentes da restauração a correspondente metafórica da oposição entre história e memória. . Essa dialética que se estabelece entre os atores responsáveis pela restauração da igreja e os que interagem com a construção de maneira que ela passa a se ressignificar a cada nova ação, situa a preocupação com o passado na dinâmica viva do presente.

Em se tratando de um templo, Choay faz ainda uma observação que coloca essa categoria de construção em local singular dentro dos monumentos patrimoniais:

Não se pode deixar de comentar a relação, precária e específica, que continuamos a manter com os grandes monumentos religiosos da humanidade, graças à experiência estética. É verdade que o projeto do mundo laico pretendeu, e em grande medida conseguiu, ao menos no Ocidente, convertê-los em monumentos históricos, isto é, transformá-los em museu. Mas, independente das religiões que os edificaram, esses monumentos dedicados ao absoluto conservaram o frágil poder de fazer surgir o vigor matinal de uma pré-filosofia que a filosofia nunca conseguiu substituir, o encantamento de uma busca que, em nosso mundo desencantado, nem a ciência, nem a reflexão crítica são capazes de propor. (CHOAY, 2001:249)

O que está presente nesta nota da autora diz respeito à persistência com que uma construção de caráter religioso mantém seus atributos simbólicos mais elementares, mesmo sendo despida por uma intervenção mais historicista. Ou seja, sobre uma construção deste tipo, como é o caso da Igreja Nossa Senhora do Carmo, sempre recaíram olhares que lhe

atribuíram significados outros, além dos diversos representados em sua restauração. As experiências que levam e mantêm os fiéis ligados àquele espaço são imprimem uma carga simbólica significativa ao processo de restauração, pois é na singularidade destes olhares que encontramos o discurso oculto, porém vivo e dinâmico, do que a igreja, enquanto bem, representa.

Diante desse quadro, no qual se apresentam então dois blocos de atores sociais que atuaram durante as obras de restauração da igreja, identifiquei que seria interessante e rico para este estudo dar voz aos que, pela própria dinâmica de documentação, divulgação e veiculação na mídia deste evento, não tiveram sua fala documentada e posta em evidência. Ou seja, o discurso dos fiéis, dos funcionários e do pároco da igreja serão parte integrante da análise do processo de restauração deste patrimônio.

O que Pollak chamou de “memórias subterrâneas” encontra eco no que se busca ao investir na análise dos atores que possuem com o objeto uma relação que extrapola o tempo e as ações diretamente ligadas ao período das obras. Trabalhar com essas memórias, que circulam dentro de um determinado grupo e que não ganharam visibilidade, transforma-as em material de pesquisa precioso, na medida em que podem indicar a desconstrução dos signos e significados que foram atribuídos a esta construção. Indo além, elas podem ampliar as possibilidades de entendimento do bem patrimonial, tratando-o de maneira mais polissêmica. Digo isso, não no sentido de que as memórias destes grupos irão contradizer o discurso dos grupos relacionados ao poder público, mas com o entendimento de que existe a possibilidade de enxergar o patrimônio num caminho inverso ao habitual, ou seja, de fora para dentro. A proposta é tentar entendê-lo de dentro para fora. Tirar do discurso histórico o holofote que até então sobre ele recaía e perceber, na minúcia das práticas cotidianas, como a Igreja de Nossa Senhora do Carmo encontra ressonância dentro das histórias de vida de seus usuários.

Os pontos de conflito e disputas que ocorreram no processo que tomou a igreja como palco, virão à tona na confrontação da memória institucional com essa memória afetiva para a qual chamo a atenção. E devo acrescentar que, para um entendimento mais amplo dos efeitos das obras de restauração sobre o dia-a-dia da paróquia se faz necessária a interlocução com aqueles que ainda permanecem no local e conseguem estabelecer, através da vivência *in loco*, uma avaliação do antes, durante e hoje.

Para reforçar esse posicionamento, faço uso aqui da discussão levantada por Canclini e que lança uma luz sobre a questão:

Não se logrará uma política efetiva de preservação e desenvolvimento do patrimônio caso este não seja avaliado adequadamente pelo público dos museus e sítios arqueológicos, pelos habitantes dos centros históricos e receptores de programas educativos e de difusão. Para cumprir estes objetivos não basta multiplicar as pesquisas patrimoniais, os museus e a divulgação: é necessário conhecer e entender os parâmetros de percepção e compreensão em que se baseia a recepção dos destinatários. A participação do público e dos usuários não substitui a problemática específica da valoração histórica e estética dos bens culturais, nem o papel do Estado ou dos historiadores, arqueólogos e antropólogos especializados na investigação e conservação do patrimônio, mas oferece outrossim uma referência – uma fonte de sentido – com a qual deveriam redefinir-se todas as tarefas para que se avance na democratização da cultura. (CANCLINI, 1994:106)

O exposto dá condições para que pensemos o patrimônio sob uma ótica mais microscópica que possibilita a ampliação de seu entendimento, agregando a ele perspectivas diferentes daquelas de quem edifica. Neste sentido, quem o habita ganha espaço para também discuti-lo e pensá-lo, tendo como ponto de partida suas próprias experiências. Então, conforme escreve Canclini, ao avançarmos no entendimento à polissemia de significados para um objeto cultural, avançamos na democratização da cultura.

2.3. As obras de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé.

2.3.1. Planejamento das ações

O curto prazo de dezoito meses para a execução dos trabalhos exigiu dos envolvidos no projeto de restauração um esforço concentrado no planejamento das ações que seriam postas em prática. Segundo Mariângela Castro e Cristina Lodi, foi elaborado um plano de trabalho entre as áreas envolvidas no projeto, que serviu de base para a atualização do Plano Diretor de Restauração do Conjunto arquitetônico da Sé, que foi aprovado pelo Iphan. Esse plano era composto pelas seguintes etapas: “(1) pesquisa histórica e elaboração de projetos técnicos; (2) restauração das fachadas laterais – ruas Sete de Setembro, do Carmo e laterais da igreja da Ordem Terceira do Carmo e empenas internas; (3) restauro artístico dos elementos decorativos; (4) restauração arquitetônica; (5) serviços de arqueologia; (6) conservação dos bens móveis (mobiliários, imagens e lustres); (7) implantação de novas instalações hidrosanitárias, elétrica, prevenção contra incêndio e contra intrusão, sistema de proteção contra descarga atmosférica e descida de águas pluviais; (8) ações de educação: capacitação de professores/ *Caderno de educação*/ exposição e visitas guiadas; (9) espetáculo permanente de Som e Luz” (CASTRO; LODI, 2008: 143).

A área que sofreu intervenção englobou todo o andar térreo e as tribunas e o coro, que estão localizados no primeiro pavimento. Essa intervenção, obviamente, interferiu diretamente sobre as atividades cotidianas que ainda estavam em curso na paróquia. O Grupo de Oração Pão da Palavra continuou a se encontrar diariamente e a Confraria de Nossa Senhora da Cabeça também manteve seus encontros às quartas-feiras. Além dessas atividades relacionadas aos grupos de fiéis, a secretaria e os funcionários da igreja continuaram desempenhando suas funções em seus horários regulares. Houve, por parte da Fundação Roberto Marinho, um grande investimento no planejamento das fases da obra de restauração e na determinação da maneira como esta deveria interferir na dinâmica da igreja. A análise do *Caderno de estratégia de ação – cronograma físico detalhando*, revela que foi levada em conta a necessidade da permanência de algumas atividades na igreja, e que o cronograma e a maneira como a obra se desenvolveriam deveria ter essa diretriz como norteadora das ações.

Planta baixa do térreo

Legenda:

- 1. Nártex
- 2. Nave
- 3. Transepto
- 4. Capela-mor
- 5. Capelas laterais:

À direita:

- São João Batista
- N. Sa. Das Dores
- N. Sa. Da Cabeça

À esquerda

- São João Nepomuceno
- Sagrada Família
- Sagrado Coração de Jesus

- 6. Capela São Pedro de Alcântara
- 7. Capela Santíssimo Sacramento
- 8. Capela Senhor dos Passos
- 9. Capela Cristo Crucificado
- 10. Batistério

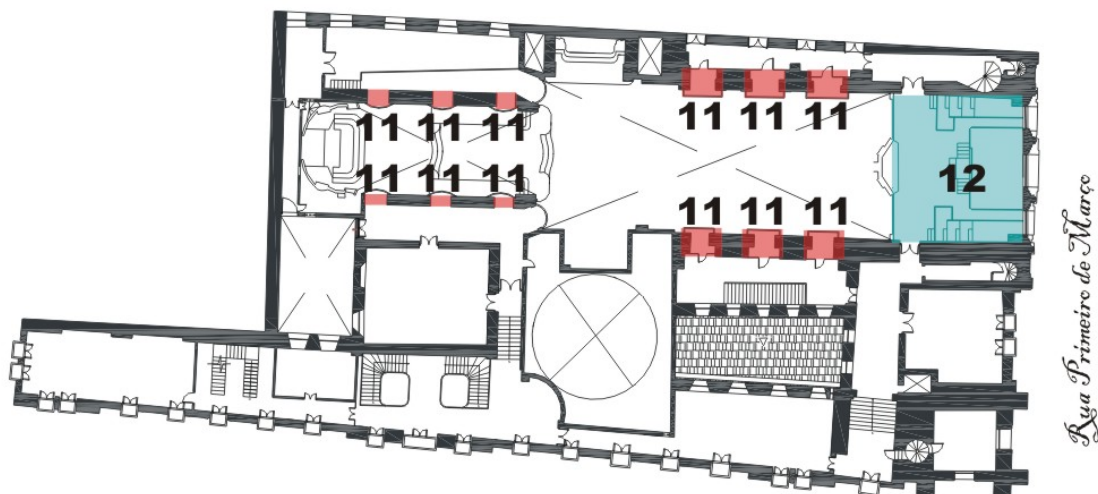
Planta baixa do 1º pavimento

Legenda:

- 11. Tribunas
- 12. Coro



Planta baixa do térreo



Planta baixa do 1º pavimento

Plantas baixas arquitetônicas do térreo e 1º pavimento da Igreja Nossa Senhora do Carmo após as obras de restauração.

Fonte: CASTRO, Mariângela (Coord.) *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: história e restauração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008

Entretanto, nos relatos dos fiéis, identifica-se que mesmo com o planejamento, as atividades tiveram que se deslocar para a igreja vizinha, Nossa Senhora da Ordem Terceira do Carmo, o que trouxe uma série de dificuldades para a manutenção da rotina litúrgica. No discurso dos integrantes do Grupo de Oração Pão da Palavra percebe-se que essa alteração de endereço promoveu um certo desconforto. Sendo este grupo voltado para o atendimento do público que busca uma mensagem religiosa durante o horário do almoço, a alteração do local da prática faz com que se perca um número expressivo de frequentadores, que ao buscar a igreja e encontrá-la em obras se desligam do grupo, cortando-o da sua rotina e do seu quadro mental de referência.

Mas depois, com a restauração, aquele ambiente foi ficando pesado, tudo muito escuro, as pessoas tinham até medo de entrar aqui. Tinham medo, sim, medo, porque era tudo escuro, naquele período que ficou fechada para restauração, então esvaziou-se um pouco. E agora, graças a Deus, está voltando novamente. Alguns por curiosidade, outros porque passam e vêm. (Dona Joana D`Arc Marinho – Grupo de Oração Pão da Palavra)

Impacto diferente, mas com a mesma necessidade de adaptação, sofreu a Confraria Nossa Senhora da Cabeça. Ela também teve seu local de encontro modificado para a Igreja Nossa Senhora da Ordem Terceira do Carmo, porém, como este grupo é mais coeso e composto por devotos de Nossa Senhora da Cabeça, seu deslocamento pôde ser avisado e, mesmo diante da precariedade física que a alteração acarretou, os membros não se dispersaram durante as obras.

Interessante notar como, mesmo sendo inviável a permanência dos cultos na nave durante o período das obras, o deslocamento dos fiéis, mesmo que por um curto período de tempo, afeta diferentemente os grupos sociais que coabitam a paróquia. Existem características específicas por parte de cada grupo que podem demandar a construção de uma nova rede de relações sociais e de amparo mútuo que se esgarça mesmo com a curta ausência. No caso do Grupo de Oração Pão da Palavra isso se mostra de maneira clara, pois sua representatividade simbólica se referencia ao local. A periodicidade, a hora e o lugar que este ritual ocupa são elementos chave para sua razão de existir, pois atendem aos atores sociais que de maneira esporádica e incerta buscam a igreja no horário do almoço. A existência da celebração é uma certeza, quem irá participar dela, não. Desta maneira, é possível imaginar que uma alteração de endereço, mesmo que para uma igreja ao lado, tenha desestabilizado

este grupo, que teve que recosturar suas relações com a comunidade e restabelecer seu pacto simbólico de apoio religioso.

A igreja fica aberta, começa o grupo... agora, como começou, você vai ver, tem umas duas, três pessoas; daqui a pouquinho, as pessoas, que já sabem, vêm do almoço correndo para cá, participam e vão embora. Aí fica uma média de quinze, vinte pessoas. (Dona Sandra – Grupo de Oração Pão da Palavra)

2.3.2. Pesquisa histórica e análise de danos

A primeira etapa deste projeto, antes do início das obras, visou um aprofundamento na pesquisa da história da Igreja Nossa Senhora do Carmo, procurando embasar as decisões de projeto que seriam tomadas a seguir. A pesquisa histórica se configura em uma importante ferramenta que irá complementar e ajudar nas pesquisas arquitetônicas e arqueológicas acerca do monumento. Os questionamentos que surgem no presente irão se utilizar da pesquisa histórica para lançar um olhar crítico sobre o passado e tentar extrair das fontes primárias e secundárias elementos que nortearão o processo de restauração. É nesta etapa que são reconstruídos os processos históricos dos quais o bem imóvel tomou parte, a evolução da sua estrutura construída e os usos, que ali tomaram lugar ao longo do tempo. Somente através de um bom trabalho de reconstrução histórica, o que envolve pesquisa interdisciplinar, é que se pode iniciar o projeto de restauração. Segundo a *Carta de Burra*, “a restauração deve servir para mostrar novos aspectos em relação à significação cultural do bem. Ela se baseia no princípio do respeito ao conjunto de testemunhos disponíveis, sejam materiais, documentais ou outros, e deve parar onde começa a hipótese”. Ou seja, a pesquisa histórica, aliada à arquitetônica e arqueológica, é fundamental para que as escolhas técnicas sejam embasadas e que todas as possibilidades dentro do campo representativo-simbólico sejam analisadas com um olhar crítico.

A intervenção dos restauradores especializados nos monumentos históricos exige não apenas conhecimentos seguros, históricos, técnicos, metodológicos. Ela implica também uma doutrina que pode articular de forma muito diferente esses saberes e esses *savoir-faire*, modificando os objetivos e a natureza da intervenção arquitetônica. (CHOAY, 2001:153)

A Igreja Nossa Senhora do Carmo sofreu várias intervenções desde a chegada da Corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro. Em função destas sucessivas reconfigurações espaciais e de uso não foi possível à equipe de pesquisa histórica determinar com segurança

qual era a realidade física daquele espaço em 1808. Por isso, o foco dos estudos se fixou no século XIX, por não haver informações documentais que relatassem o templo nos períodos anteriores, e tentou estruturar algumas teorias sobre como seria a arquitetura e os usos deste espaço. Imagina-se que a construção possuía uma configuração arquitetônica simples, bem como o material e a técnica construtiva com a qual era feita, à semelhança das construções encontradas na colônia.

A pesquisa às fontes indica uma recorrente preocupação com o estado de conservação da igreja, que ao longo da primeira metade do século XIX foi alvo de “reclamações, pedidos, solicitações, relatos e avisos” (MONTEIRO, 2008: 153). Um exemplo é a constatação de que em 1830 a construção, apesar de sua notoriedade, possuía a torre sineira executada em madeira, o que, segundo o historiador Rodrigo Borges Monteiro,⁵⁶ responsável pela pesquisa histórica da Igreja Nossa Senhora do Carmo, poderia indicar que este elemento não era o foco da adaptação que a igreja sofreu para se adequar ao seu novo status, ou ainda, que seu acabamento não era condizente com a importância da construção. Entretanto, em função da fragilidade do material, existia a preocupação das autoridades com o estado de conservação da torre e, em 1937, a torre é substituída por uma em alvenaria.

Outro ponto que suscitou questionamento diz respeito ao caminho que a Família Real realizava para chegar à então Capela Real. Registros indicam a existência de um corredor, que estaria ligado à torre sineira de madeira, que serviria para os membros da Corte se deslocarem das suas residências - o Paço Real e o Convento dos Carmelitas - para a igreja, sem ter que sair à rua. Estaria então se tratando de localizar o acesso mais utilizado que a igreja possuía na época de D. João, pois através dele a nobreza acessava a igreja para liturgias rotineiras e eventos de menor importância.

Monteiro ainda ressalta que mesmo sendo um edifício de grande importância dentro da dinâmica da cidade, que se sobressaía por abrigar grandes celebrações, ele possuía uma precariedade construtiva que preocupava as autoridades da época. Similarmente ao que

⁵⁶ Rodrigo Borges Monteiro “possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2001) e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2005). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: história política, arqueologia, biografias, saúde pública, história das ciências e patrimônio histórico. Além da experiência em pesquisa possui também experiência no magistério nos ensinamentos fundamental, médio e superior”. Foi consultor técnico (historiador) contratado pela Fundação Roberto Marinho nos anos de 2006-2007 para “o projeto de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé (RJ), que previa: elaboração de pesquisa histórica sobre a evolução histórica e arquitetônica da Igreja de Nossa Senhora do Carmo; levantamento de fontes primárias; elaboração de levantamento iconográfico sobre o tema; e produção de um histórico da Igreja. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br>; Acesso em 12 de dezembro de 2009.

mostram as fontes históricas, a mesma precariedade existia em 2006, ano em que foi firmado o contrato para a restauração da igreja.

Essa precariedade está registrada no *Estudo preliminar para o restauro arquitetônico*, desenvolvido pela empresa Velatura Restaurações Ltda, parceira da Fundação Roberto Marinho neste e em outros projetos coordenados pela instituição. Neste documento, que faz parte do conjunto de registros técnicos que foram gerados pelas empresas responsáveis pela execução das obras, existe um memorial descritivo, plantas arquitetônicas e registros fotográficos do estado em que a igreja se encontrava antes das obras de restauração. Nesta fonte de pesquisa, os técnicos ressaltam duas principais preocupações: o estado do monumento em função da pouca ou nenhuma manutenção e as intervenções “pouco criteriosas” realizadas nas instalações, que foram feitas sem acompanhamento técnico, e que tinham o intuito de modernizá-las. Essas intervenções se mostraram por vezes desastrosas, como foi o caso do incêndio ocorrido em 2005 que se iniciou no nártex da igreja em função de um curto circuito. Esse incêndio ocorreu concomitante às obras de restauração das fachadas da Rua Primeiro de Março e Rua Sete de Setembro que, através de um convênio realizado entre a Mitra Arquidiocesana e a Prefeitura do Rio de Janeiro, estavam em andamento desde 2004. A Mitra e a SAMAS vinham, desde 2002, firmando parcerias com o poder público, o Iphan e a iniciativa privada com o intuito de promover obras que melhorassem o estado da construção. Porém, os projetos que foram desenvolvidos até o convênio firmado em 2006 atendiam parcialmente às necessidades da igreja.

A precariedade das instalações era uma preocupação dos atores sociais que vivenciavam o espaço e dependem dele para a execução das suas atividades. Todos os depoimentos enfatizam que a situação da construção era limítrofe, ameaçando a integridade física daqueles que a usam.

(...) Então encontrei a antiga Sé, falando popular, caindo aos pedaços. Inclusive, o Ministério do Trabalho foi fazer logo uma fiscalização do ambiente de trabalho e apresentou vários pontos, até mesmo para os nossos funcionários trabalharem: iluminação, os assoalhos, todos cedendo e tudo mais; quanto mais para uma frequência de missa, participação do povo e visitação. Então, encontrei a igreja, realmente, assim... (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

O impacto que a ausência de conservação da igreja trazia para o grupo social ligado a ela fez com que estes atores vissem no processo de restauração implantado em 2006 uma

maneira de salvar esta construção e perpetuar sua ligação com ela. Fica claro, porém, que durante os dezoito meses de obra os conflitos e dúvidas com relação ao futuro da igreja existiram e que houve um processo de intensa articulação para que, ao final, o resultado pudesse ser entendido como satisfatório por todos.

2.3.3. Patrimônio em disputa

A elaboração do projeto para a restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo também precisou levar em conta elementos que iam além da recuperação da construção. O espaço da igreja veio sofrendo transformações em sua decoração interna ao longo dos anos que sobrepuseram uma série de estilos decorativos. Coube ao Iphan a pesquisa que definiria qual seria o conceito a ser seguido nos projetos. Segundo a arquiteta Mariângela Castro duraram de outubro de 2006 a março de 2007, momento do início das obras.

A análise realizada pelo Iphan incluiu inúmeras prospecções que buscavam revelar as diversas transformações que a igreja havia sofrido durante a sua história. A talha rococó, presente em toda a nave, transepto, capela-mor e capelas laterais é o elemento decorativo mais relevante da construção. Porém, também foram encontrados indícios da época em que houve marmorização⁵⁷ de alguns trechos e de pintura em estêncil⁵⁸ na capela-mor. Além disso, vale ressaltar que quando D. João VI chega ao Rio de Janeiro e transforma a igreja dos carmelitas em Capela Real, a talha de mestre Inácio Ferreira Pinto já estava executada, datada de 1785, porém ela não havia recebido douração, a qual só ocorreu em 1817 preparando a igreja para o casamento de D. Pedro com D. Leopoldina.

As escolhas que foram feitas acerca do recorte histórico que estaria evidenciado após a restauração foram extraídas de uma variada gama de possibilidades resultante das pesquisas. A definição de qual seria o período a ser retratado se configura em um ponto decisivo dentro do processo, pois dá indícios de quais símbolos e significados seriam postos em primeiro plano, ou seja, lembrados através de sua exposição nas paredes do templo, e quais seriam esquecidos, pelo menos por hora.

⁵⁷ A marmorização é um estilo de pintura que simula a aparência do mármore.

⁵⁸ O estêncil é uma técnica de pintura que utiliza um molde vazado que permite a repetição do desenho desejado.

Optou-se por valorizar o que Mariângela Castro chamou, na entrevista que me concedeu, de período de “fausto” arquitetônico da igreja, que abrange o governo de D. João VI e D. Pedro I. Identifica-se no discurso que houve, dentro do campo técnico, uma disputa com relação a isso:

Eu acho que teve muita conversa, muita discussão. No primeiro momento, vamos voltar, mas... e aí? A gente não vai recuperar o estêncil? O Iphan queria que a capela-mor tivesse um momento mais moderno, vamos dizer assim, onde o estêncil e o granitizado aparecessem, e a nave não. Mas nós da Fundação fomos contra, porque a arquitetura, ela não serve para isso. Vamos deixar as janelas. Foi aí que a gente deixou as janelas estratigráficas⁵⁹. (Arquiteta Mariângela Castro – Fundação Roberto Marinho)

Rememorar a época do Rio de Janeiro como local de moradia da Família Real através das talhas rococós de mestre Inácio, mesmo elas não sendo recuperadas à exatidão do que eram quando da chegada da Família Real, reforça que a restauração do monumento estava atendendo a um propósito simbólico importante, de fazer da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé a construção símbolo da comemoração do bicentenário da vinda de D. João VI. Por certo, outras alternativas existiam dentro da proposta de restauração e, se postas em evidência, seriam tão justificáveis quanto os elementos que foram destacados. Mas este projeto cumpria um propósito simbólico específico, o que trazia um fator direcional para o rol de opções das representações.

A utilização das janelas estratigráficas para revelar um elemento decorativo diferente daquele que está dominando o ambiente se configura na convergência da orientação técnica com a mensagem simbólica. Temos, desdobradas sobre um mesmo espaço, duas mensagens: a primeira é aquela que nos remete a uma presença real, com suas talhas douradas repousando sobre fundo bege, deixando claro o significado maior daquele espaço; a segunda é a mensagem investigativa que, através de uma janela, nos mostra que a história daquele lugar não se resumiu ao período monárquico. Ela foi além, se ressignificou e possui uma continuidade mutável no tempo.

Se a grande conexão entre a igreja e a chegada da Família Real se faz em seu interior, através dos elementos decorativos, o mesmo não ocorre do lado de fora da construção, onde a

⁵⁹ As janelas estratigráficas se constituem em uma técnica utilizada para dar visibilidade as diferentes intervenções ocorridas em determinada área. Se caracterizam por uma sequência de pequenos quadrados ao longo de uma superfície que mostram as diferentes camadas ali existentes e que se sobrepõe umas as outras.

fachada lateral voltada para a rua Sete de Setembro, por exemplo, manteve o estilo eclético no qual foi construída entre o final do século XIX e início do XX, quando da abertura da rua do Cano. Essa fachada apresenta elementos predominantes neo-renascentistas, “com um embasamento expressivo, com tratamento mais rústico, executado em argamassa imitando pedra, como se estivesse assentada uma sobre as outras, de forma simples e tradicional. Nos dois pavimentos superiores, o acabamento dos materiais vai se refinando, com o aparecimento de frisos boleados, balaustradas que marcam a modulação e o ritmo da fachada” (CALDAS, 2008:161).

A fachada principal, voltada para a rua Primeiro de Março, veio sofrendo alterações ao longo dos anos e sua última forma foi dada pelo Cardeal Arcoverde, que lhe atribuiu elementos ao gosto eclético. Mariângela Castro ressalta em sua entrevista que não se pensou em resgatar a fachada dos tempos de D. João VI, pois a atual se tornou muito expressiva e está associada ao imaginário da população: “(...) Ninguém em sã consciência demoliria tudo que o cardeal Arcoverde fez em prol da qualidade que aquela arquitetura tem, por quê? Porque essa intervenção do cardeal Arcoverde, ela já foi tão drástica, que ela passou a ser a nova fachada da igreja”. O monumento passa a espelhar então, dois momentos da história da igreja, mostrando a utilização de dois critérios para as escolhas, mas que não comprometeram a leitura do monumento.



Interior restaurado da Igreja Nossa Senhora do Carmo no dia da sua reinauguração - 08 de março de 2008.
Fonte: Zucca Produções

Entretanto, em alguns momentos, as decisões com relação a alguns objetos e uso propostos para os lugares se mostraram conflituosos. Um exemplo deste conflito é o uso que se daria a sala onde hoje se encontra a pia batismal. No projeto arquitetônico inicial, a sala seria utilizada como loja para venda de artigos religiosos, e a pia batismal permaneceria em frente à Capela São Pedro de Alcântara. Segundo o Padre Roque, na entrevista que me concedeu, a pia batismal foi deslocada para junto do altar depois de 1960, mas em consulta ao processo de tombamento da igreja ela originalmente estaria na sala. Então, foi solicitada uma alteração no projeto desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho para que a pia voltasse ao seu local original, mas, segundo Padre Roque, houve resistência a essa solicitação, sendo necessária a interferência do Bispo Auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Edney Gouvêa Mattoso.

Outro exemplo, presente tanto no discurso da arquiteta Mariângela Castro quanto no do Padre Roque, diz respeito ao cadeiral⁶⁰ existente na capela-mor e que foi retirado durante as obras de restauração. Houve algum desconforto por parte da Mitra com relação a essa remoção, pois esse mobiliário representava a época em que a igreja foi sede do cabido e sua presença, mesmo não sendo compatível com o recorte adotado, fazia referência a uma importante passagem histórica onde a Igreja Nossa Senhora do Carmo tinha papel de destaque dentro do cenário religioso carioca. Após um longo período de diálogo optou-se pela retirada do cadeiral da capela-mor, mas ficou a garantia que quando a Capela do Senhor dos Passos fosse restaurada, o cadeiral presente nela, mesmo não sendo original, permaneceria como um símbolo da presença do cabido.

Esses dois momentos relatados nas entrevistas reforçam a articulação necessária durante a elaboração do projeto e execução das obras. Os atores a todo o momento colocam suas memórias em disputa buscando a conciliação entre a narrativa técnica e a imaginária. Esse esforço concentrado em torno da reconstrução dos signos do patrimônio edificado demonstra quantas memórias diversas estão em jogo e o quão polissêmico pode ser o bem patrimonial quando manipulado por tão variados atores. É o que Pollak nos chama a atenção quando fala do processo de negociação que tenta conciliar as memórias coletivas e as individuais, recorrendo à fala de Maurice Halbwachs: “Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre

⁶⁰ Conjunto de cadeiras com espaldares mais altos que se localizam próximo na capela-mor das igrejas e são ocupadas pelos integrantes do clero.

ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum” (POLLAK, 1989:3-4).

Os conflitos presentes no campo patrimonial nos permitem observar o processo de materialização da memória, pois o resultado que se busca é a validação, na forma edificada, das memórias eleitas. Então, a leitura da obra acabada deve levar em conta não apenas a justificativa técnica, mas também os diversos discursos e disputas que atuaram naquele espaço e fizeram com que ele ganhasse sua forma acabada.

Buscando entender um pouco mais sobre essa variedade de discursos e memórias, volto o olhar para os paroquianos da Igreja Nossa Senhora do Carmo e para a maneira como este interagiram com o processo decisório das obras de restauração. Durante as entrevistas que realizei, pude perceber que apesar das obras possuírem como premissa básica o cunho pedagógico, a interlocução entre os técnicos e esses atores sociais foi, por vezes, falha e distante.

Todo o processo decisório sobre as obras de restauração envolveram negociação direta entre o grupo técnico - formado pela Fundação Roberto Marinho, Iphan e Instituto de Arqueologia Brasileira - e a Mitra Arquidiocesana e a SAMAS. Os paroquianos foram informados das decisões através do Padre Roque, que desempenhou a função de interlocutor e mediador entre os grupos, pois a maioria das decisões impactou de maneira direta o cotidiano das celebrações e reuniões que eram realizadas no templo.

Pode-se observar nos depoimentos que as obras geraram grande ansiedade nos fiéis que precisavam deslocar suas atividades sem compreender com clareza o direcionamento decisório que as ordenava. Além disso, os grupos paroquiais perderam, com o projeto de restauração que estabelecia novos usos para os locais, salas, altares e uma cozinha onde eram preparadas comidas servidas em festas da igreja. Isso gerou desconforto e certa resistência por parte deste atores com relação às intervenções. Obviamente, fica clara a importância e a necessidade da intervenção, pois as condições precárias da construção começavam a inviabilizar seu uso, mas a falta de comunicação entre quem concebeu o projeto e o usuário final chama a atenção.

O padre é que ficou encarregado disso [*comunicar aos fiéis sobre as obras*]. Mas só dizia para a gente: Sandra, vocês têm que esvaziar a sala; fulana, vocês têm que desocupar. A gente mudou daqui para lá, sabe, ficamos lá em cima numa salinha. (Dona Sandra – Grupo de Oração Pão da Palavra)

Uma senhora falou: será que eu vivo até lá, para ver essa igreja? Então, algumas até choraram, quando a igreja foi reaberta. Porque elas acompanharam também, tivemos visita ao local em determinados períodos, para que vissem o passo a passo de cada etapa. Então as pessoas participaram disso. Eu fiz questão de colocar o capacete para poder visitar, a hora que fosse. Sabiam que iam perder alguns espaços por causa do sítio. Então, tudo isso tinha que ser explicado. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

Diante desta situação, torna-se válido questionar qual seria a importância deste grupo social para aqueles que conceberam o projeto. Quando se fala que a restauração do bem patrimonial é feita para a população, a que grupo social essa afirmação se refere? Parece-me que a população se traduz em abstração, na medida em que, o grupo social que melhor a representa não possui voz durante o processo. Como se a construção fosse preparada para uma situação futura e o seu presente, de alguma maneira, fosse descartado.

José Reginaldo Santos Gonçalves em seu artigo *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio*, trata de um ponto que podemos nos apropriar para tornar mais clara a discussão sobre a importância da valorização do ponto de vista daqueles que experimentam diariamente o bem patrimonial.

As variações de significado nas representações sobre a categoria “patrimônio” oscilam possivelmente entre um patrimônio entendido como parte e extensão da experiência e, portanto do corpo, e um patrimônio entendido de modo objetificado, como coisa separada do corpo, como objetos a serem identificados, classificados, preservados, etc. (GONÇALVES, 2005:32)

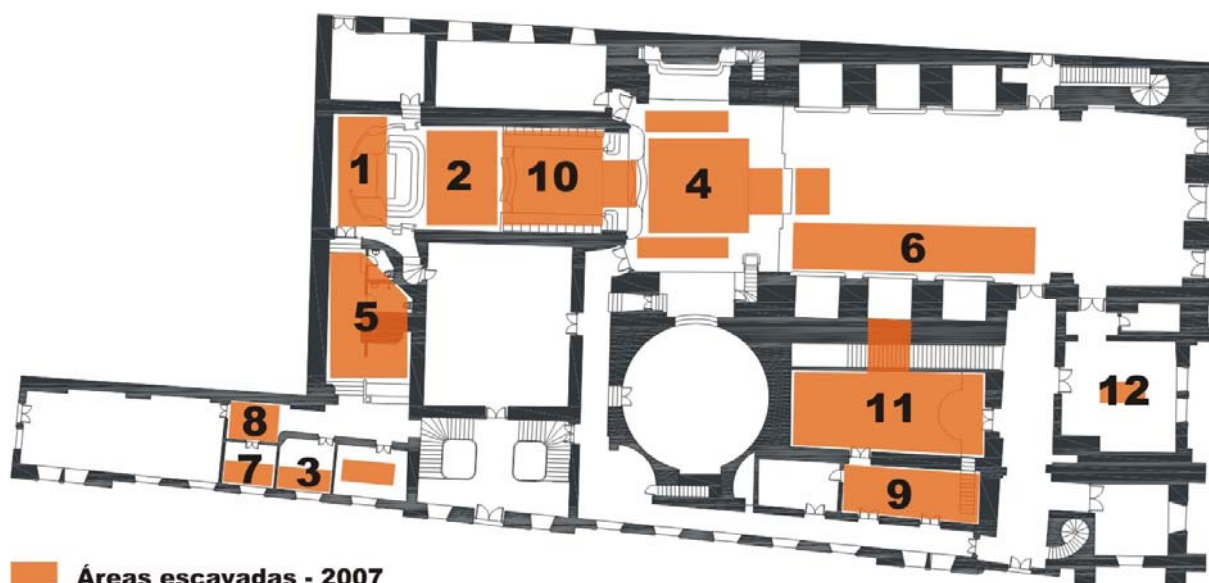
Buscar o ponto de equilíbrio entre essas duas maneiras de se atribuir significado ao patrimônio talvez seja a forma de tornarmos a sua representação mais verdadeira dentro da realidade construída por esses grupos sociais, os quais interagem de maneira particular com a construção e vêm nela signos específicos a serem valorizados. Deixar de lado o “esforço obsessivo de objetificação ou naturalização dos patrimônios” (GONÇALVES, 2005:32) tendo em vista que eles são constituídos por olhares que os configuram em matéria em constante mutação talvez seja a melhor maneira de pensarmos as políticas públicas que se dedicam a esse tema.

2.3.4. Valorização do patrimônio: Museu de sítio arqueológico e Espetáculo de “Som e Luz”

Outro evento que gerou embates entre os grupos envolvidos nas obras de restauração, foi a criação do Museu de sítio arqueológico. As pesquisas arqueológicas estavam previstas no escopo dos trabalhos das obras de restauração para que fosse feito o mapeamento e a pesquisa do subsolo da igreja com o intuito de complementar as informações que se tinham acerca da história do local. Porém, as escavações, além de atingir os objetivos iniciais, foram reveladoras: foram descobertos mais de 40 mil artefatos, que se encontram na sede do IAB para catalogação, vestígios de antigas capelas e de uma paliçada⁶¹.

As escavações tiveram início na sala que se encontra atrás do altar e evoluíram para o altar-mor, banheiros, transepto, pátio, nave, depósito, corredor, secretaria, capela-mor, capela de Nosso Senhor dos Passos e batistério.

Indicação das áreas escavadas pela equipe das pesquisas arqueológicas



■ Áreas escavadas - 2007

Fonte: Planta base – Fundação Roberto Marinho; Informações: DIAS, Ondemar. “Arqueologia”. In Castro, Mariângela (Coord.) *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: história e restauração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. pp. 189-197.

Segundo o texto, *Arqueologia*, do coordenador do projeto de pesquisa arqueológica, Ondemar Dias⁶², que trata dos resultados obtidos nas escavações, pode-se distinguir três tipos

⁶¹ “Cerca rústica muito comum durante o período de ocupação européia anterior à fundação da cidade.” FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Release Arqueologia*. Rio de Janeiro, 2008.

⁶² Ondemar Ferreira Dias Junior “possui graduação em História pela Universidade do Brasil (1962), especialização em Pré História pela Universidade Federal do Paraná (1962), especialização em Técnico de

de estruturas no subsolo da Igreja Nossa Senhora do Carmo. A primeira trata de uma “estrutura de combustão” (DIAS, 2008: 191) que remete a um local onde existiram fogueiras, fornos ou lareiras, e que no caso da igreja, foi encontrado na secretaria (área 09) próxima à paliçada. Junto a esse indício de fogueira, que se encontra no nível original do sítio sujeito às inundações, foram encontrados também ossos e fragmentos de cerâmica neobrasileira e tupi, apontando para uma época remota.

O segundo tipo de estrutura encontrada refere-se às “estruturas arquitetônicas de ocupação” (DIAS, 2008: 191) que incluem a paliçada, conjunto Capela Vermelha, conjunto da Igreja e conjunto da Capela de Nosso Senhor dos Passos. A descoberta da paliçada foi decisiva para a criação do museu do sítio, pois ela pode ser a estrutura construída mais antiga já encontrada na cidade, remontando à época da conquista do território e sendo testemunha da colonização européia no Rio de Janeiro. O conjunto da Capela Vermelha (área 01, 05, 03, 07 e 08) se refere a mais antiga construção religiosa encontrada no local comprovada arqueologicamente; ela estaria voltada para o convento, ocupando a parte dos fundos da construção atual. Nas escavações da Capela Vermelha foram encontrados objetos utilizados em cultos africanos, “apontando para uma insuspeitada tolerância por parte dos carmelitas em relação às crenças de seus escravos” (DIAS, 2008: 191). Essa área continuou a ser usada durante todo o período de ocupação do sítio, sofrendo modificações em sua morfologia, chegando aos dias atuais. O uso desta área está evidente nos artefatos encontrados: cerâmica indígena, neobrasileira e colonial; louça branca, bicromada (azul e branca), policromada e raras porcelanas; artefatos de ferro, metal e vidro; algumas madeiras e moedas.

O conjunto da Igreja (áreas 02, 10, 04 e 06) mostra o momento em que o templo muda sua orientação no sítio e passa a se voltar para o mar, conforme se encontra nos dias atuais. As escavações indicam que a construção, em seu momento mais remoto, deveria ter sua decoração feita em azulejos, dos quais foram encontrados fragmentos. Ondemar Dias acredita que esta construção inicial aparece na documentação pertencente aos Carmelitas sendo chamada de Igreja do Convento. Ainda neste sítio, pode-se observar a ampliação da construção em direção à Rua Primeiro de Março, chegando às dimensões atuais durante meados do século XVIII e passando a se chamar Igreja do Carmo. Seria este templo que foi elevado à Capela Real com a chegada da Corte, e que sofreu transformações em sua

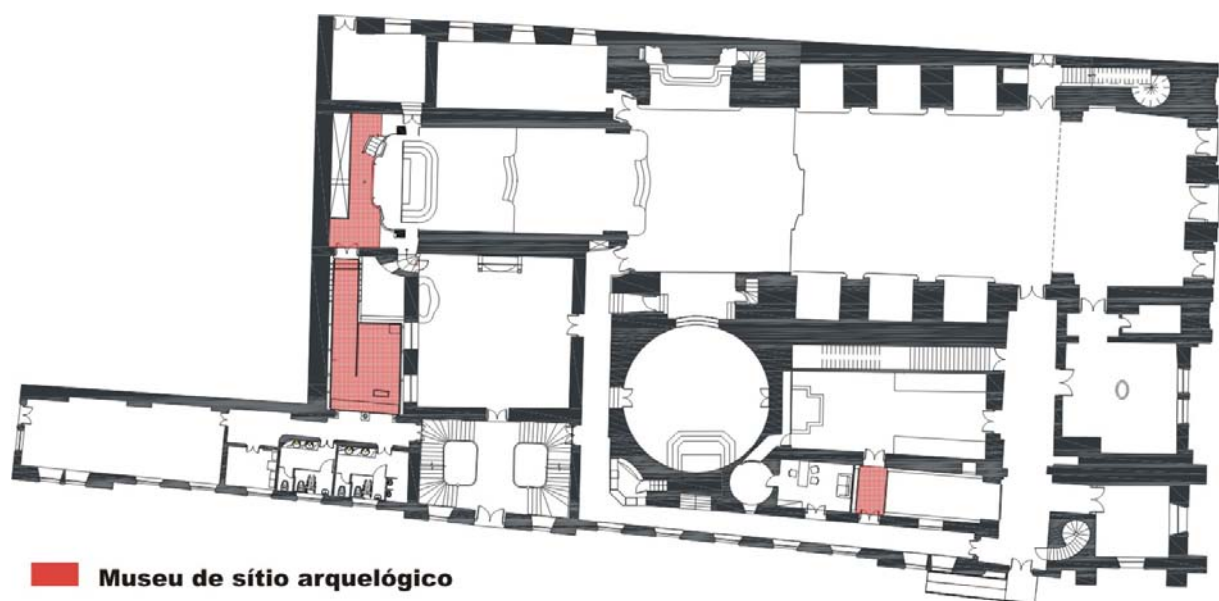
Cerâmica pelo Instituto Nacional de Tecnologia (1963) e especialização em Ensino e Pesquisa em jazidas cerâmicas pela Universidade Federal do Paraná (1964). Atualmente é professor titular da Universidade Santa Úrsula, pesquisador principal do Instituto de Arqueologia Brasileira e consultor da Universidade do Tocantins. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da América, atuando principalmente nos seguintes temas: arqueologia pré-histórica, arqueologia histórica, história, arqueologia, cerâmica”. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br>; Acesso em 21 de janeiro de 2010.

decoreção interna, tendo suas paredes recobertas por madeira para receber as talhas e a substituição de seu piso de lajota por tábua corrida.

Já o conjunto da Capela de Nosso Senhor dos Passos (áreas 09, 11, 12) indica uma construção, provavelmente do século XVIII, erguida entre a Rua Sete de Setembro e a Igreja do Carmo, na altura da nave, que estaria voltada para o Convento dos Carmelitas. Numa área deste local foram encontradas 87 ossadas, indicando que ali eram praticados sepultamentos. Esse sítio não pode ser escavado em sua totalidade, mas para Ondemar Dias, seria muito interessante fazê-lo para determinar a relação desta antiga construção com a parte frontal do atual templo.

A terceira estrutura estudada pela pesquisa arqueológica trata das “estruturas cerimoniais” (DIAS, 2008: 193). O foco da pesquisa se fixou na exumação dos sepultamentos que foram abundantes neste sítio, se destacando o conjunto da Capela de Nosso Senhor dos Passos. Observação importante que surgiu com a exumação é a constatação da rara presença de “material ritual de acompanhamento” (DIAS, 2008: 193), pois foram poucos os crucifixos, contas e terços encontrados, além de nenhuma evidência de roupas e sapatos. Outro dado foi a constatação da prática de desocupação das covas para novos sepultamentos, o que resultou no achado de grande número de ossos misturados.

Planta baixa arquitetônica final do 1º pavimento – indicação das áreas onde se encontra o Museu de sítio arqueológico.



Fonte: Planta base – Fundação Roberto Marinho

É inegável que as descobertas arqueológicas feitas na Igreja Nossa Senhora do Carmo são de enorme importância, e a criação do Museu do sítio arqueológico se configurou em uma solução natural e necessária para permitir a continuidade das pesquisas e trazer ao público novas informações sobre a história da cidade do Rio de Janeiro. Porém, durante os depoimentos, esse novo uso oportunizado pelas obras, se configurou em ponto de conflito tanto entre a equipe técnica e a Mitra, quanto para os fiéis, que tiveram dificuldades em entender a extensão desta atividade dentro da área da igreja.

As escavações se iniciaram pela sala atrás do altar-mor e, em seguida, pelo próprio altar. Com a descoberta do conjunto da Capela Vermelha neste local, e dada a sua importância arqueológica, pensou-se em fazer um acesso para a visitação e pesquisas, fato que gerou grande discussão entre os grupos.

(...) Então nesse momento o Iphan apoiou muito que ali, na capela-mor, tivesse uma visão dos trabalhos de arqueologia, e que a pessoa, em determinado momento, o visitante da igreja, pudesse ir ali ao altar-mor e vislumbrar o sítio arqueológico. (...) Então, Dom Edney veio participar de uma reunião e falou: “Gente. Eu não posso permitir que o ambiente mais sagrado da igreja, ele tenha essa visitação.” Então, a prefeitura e o Iphan decidiram deixar uma visita, deixar luz ali embaixo, deixar tudo organizado, e os estudiosos visitam essa parte de baixo, que tem acesso lá atrás do altar. Nisso, já estava se escavando. E você vê que se escavou muito. Você vê que é bastante, porque ele chegou no piso. (Arquiteta Mariângela Castro – Fundação Roberto Marinho)

Sítio arqueológico. Então a metade, dali para lá, é tudo museu. A gente ficou muito limitada. Agora, nós nos reunimos aqui, na sala do batistério e fazemos a reunião aqui, uma vez no mês. (Dona Sandra - Grupo de Oração Pão da Palavra)

O exemplo da Capela Vermelha deixa claro os interesses distintos dos atores atuantes durante as obras de restauração. O conflito se estabelece pela pluralidade de pontos de vistas concorrentes trabalhando para o mesmo objetivo final. Vale ressaltar, porém, a legitimidade das representações simbólicas que aparecem na disputa pela configuração do bem patrimonial. Devemos estar abertos para a possibilidade de diversas interações sem que estas estejam ligadas, obrigatoriamente, a um discurso de perda da memória (HUYSSSEN, 2000:29), tendo em vista que as possibilidades simbólicas apresentadas no presente estabelecem novas relações de percepção e experiências entre os atores e os objetos.

A relação que surge entre os novos usos e os antigos usuários pode ser entendida como uma readaptação da percepção com relação ao antigo espaço que se mostra com novos atributos a serem desvendados. Em alguns discursos se identifica que a inserção de um museu aberto à visitação pública é percebida como uma atividade independente das atividades religiosas, não interferindo no dia-a-dia dos paroquianos, que procuram manter inalterada sua relação simbólica com o templo. A relação desenvolvida entre o bem patrimonial e os fiéis se estabelece no campo afetivo, sendo embasada pela religiosidade que é o elo maior de ligação daquele grupo.

Algumas pessoas vêem só o lado da restauração do templo, da construção, da beleza, que eu também vejo. Maravilhosa. Mas, para nós, o importante somos nós; nós e as pessoas que chegam, as pessoas que participam, a comunidade que forma aquilo que é verdadeiramente, para nós, a igreja. (Dona Joana D'Arc Marinho – Grupo de Oração Pão da Palavra)

As obras de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo não incluíram apenas o Museu do sítio arqueológico ao cotidiano do templo. Desde o início do projeto havia sido encomendado pela Prefeitura do Rio de Janeiro à Fundação Roberto Marinho o desenvolvimento de um espetáculo de “Som e Luz” que destacasse a importância da história da construção e os principais pontos da restauração.

O espetáculo acontece na nave e transepto da igreja, sendo finalizado na capela-mor. Ele conta a história de quando o templo era Capela Real, tendo como narrador o padre cantor Borges, que viveu na época de D. João VI. O texto foi encomendado ao roteirista José Roberto Toureiro que, baseado nas pesquisas da historiadora Isabel Lustosa desenvolveu os diálogos, que foram orientados e supervisionados pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pela Fundação Roberto Marinho. O espetáculo possui um tom cômico e descontraído, que ressalta todas as grandes festas e eventos que tomaram lugar na igreja, além de destacar sua decoração interna. Além do narrador, personagens históricos são apresentados ao público em forma de sombras do passado, como se seus fantasmas ainda habitassem o local. Entre eles estão a rainha Carlota Joaquina, rei D. João VI, padre José Maurício Nunes Garcia e o maestro Marcos Portugal. Estes últimos – um plebeu mulato brasileiro e um nobre português -, rivais profissionais durante a vida, acabam se confraternizando no espetáculo. Este trecho do espetáculo é emblemático, pois evidencia que a memória que está sendo destacada não abre espaço para os conflitos que eram reais e pertinentes na época da colônia. Essa aproximação

entre os dois personagens indica a intenção de se construir uma memória onde há a redenção das disputas históricas em favor de uma memória nacional que se pretende unificada.



Espectáculo de “Som e Luz” da Igreja Nossa Senhora do Carmo. Na imagem vemos a representação de D. João VI e Carlota Joaquina.

Fonte: Fábio Rossi/ O globo. Disponível em <http://oglobo.globo.com>. Acesso em 15 de novembro de 2009.

A concepção do “Som e Luz” previa que ele fosse executado diariamente, em dois horários, e sua renda seria destinada à manutenção da paróquia, permitindo que esta garantisse a sua sustentabilidade econômica. Os horários previstos na abertura ao público eram de terça-feira à quinta-feira às 13h30min horas e 17h30min horas, sábados e feriados às 12 horas e 13 horas e domingo às 10 horas e 13 horas.

Essa extensa grade de horários exigiu que o padre e os paroquianos adaptassem suas atividades a este novo uso. Comparando esses dados com os horários do Grupo de Oração Pão da Palavra, todos os dias às 12h15min, nota-se que qualquer atraso por parte do grupo comprometeria a execução do espetáculo, pois ambos ocorrem no mesmo local. Além disso, durante as apresentações, um número fixo de funcionários deve ser mobilizado, tanto para operar os equipamentos do espetáculo quanto para fazer a segurança do local, que permanece escuro durante todo o período.

Já estamos adaptados ao horário. Quer dizer, o grupo que funciona lá meio-dia e quinze, o Pão da Palavra, já se adaptou. Uma hora, uma e pouco terminam, a igreja vai fechando. Existem pessoas não entendem por que está sendo fechada, aí temos que explicar, “porque tem o espetáculo “Som e Luz”, alguns se interessam e compram o ingresso, outras não. A orientação do bispo é: se estiver alguém lá dentro rezando, e ficar para o espetáculo, ela não pode ser retirada do ambiente; ela vai ter que ser informada que vai ter o espetáculo “Som e Luz” começando a uma e meia. Mas se ela ficar lá, ela não pode ser forçada a comprar o ingresso. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

Com o Museu do sítio arqueológico e o “Som e Luz” a dinâmica do espaço é alterada. A sobreposição dos usos exige uma maior pré-disposição para a articulação entre os grupos sociais que freqüentam a igreja para variados fins. A gama de atores com os quais o pároco e funcionários da igreja têm de lidar aumentou, e se faz necessário atendê-los como usuários legítimos do espaço que teve suas funções ampliadas.

Incluir um elemento como o “Som e Luz” ao escopo das obras, tratando-o como ferramenta pedagógica, sugere uma discussão sobre quais são os benefícios que estas ações, tão alardeadas, trazem de fato ao entendimento mais profundo do patrimônio. Neste sentido, ampliarei a discussão buscando analisar todo o conjunto de usos que foram implantados na Igreja de Nossa Senhora do Carmo e que se pretendem ferramentas de ensino sobre o monumento.

Capítulo 3 - O diálogo entre o bem patrimonial restaurado e a sociedade

3.1. O patrimônio como ferramenta pedagógica.

3.1.1. Educação patrimonial

Um homem catava pregos no chão.
Sempre os encontrava deitados de comprido,
ou de lado,
ou de joelhos no chão.
Nunca de ponta.
Assim eles não furam mais – o homem pensava.
Eles não exercem mais a função de pregar.
São patrimônios inúteis da humanidade.
Ganharam o privilégio do abandono.
O homem passava o dia inteiro nessa função de catar
pregos enferrujados.
Acho que essa tarefa lhe dava algum estado.
Estado de pessoas que se enfeitam a trapos.
Catar coisas inúteis garante a soberania do Ser.
Garante a soberania do Ser mais do que Ter.
(Manoel de Barros, 2001)

O poema de Manoel de Barros nos faz refletir sobre a importância da valorização do patrimônio como elemento constitutivo da formação subjetiva do indivíduo que, através da sua ligação com ecos do passado, percebe-se pertencente a uma memória e se coloca como agente do processo que a resgata e reinterpreta. A oposição entre a idéia de “ser” e “ter” dá destaque à capacidade de se distinguir pela posse de elementos simbólicos, que não podem ser materialmente mensurados, mas que são garantidores de distinção. Essa metáfora poética construída pelo autor me serve de referência inicial para pensar a maneira como os significados do patrimônio podem ser apreendidos pela sociedade que o instaura, na medida em que a restauração dá a ele novos contornos de memória a serem explorados. O bem patrimonial eleito e restaurado passa agora por nova etapa: a reinserção da sua bagagem memorial ao cotidiano social. Um olhar mais atento sobre as estratégias contemporâneas tomadas pela aproximação entre a sociedade e o bem patrimonial permite pensar a nossa relação com a memória. A apropriação deste repertório de signos constitutivos da memória permite que o indivíduo se valorize através da sua relação com o patrimônio, ocupando um lugar singular dentro da sociedade, e de onde sua fala passa a espelhar os signos e os elementos pertencentes a essa carga semântica que agora também faz parte das características que o representam. Essa conexão e ressignificação do indivíduo através da vivência investigativa do patrimônio pode ser fruto da chamada educação patrimonial.

Mas qual seriam as características da educação patrimonial que a difeririam dos demais tipos educacionais? Mario Chagas em seu texto *Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação*, expõe o caráter indissociável que existe entre a educação e a cultura, tendo em vista que o processo educacional é sócio-cultural. Portanto, a expressão “educação patrimonial” configura-se como uma redundância, pois não existe processo de aprendizagem que não leve em consideração certo entendimento sobre o que seja patrimônio. Para Chagas falar em “educação patrimonial” é falar em “educação cultural”, não havendo distinção entre as duas e fazendo com que a primeira seja considerada parte integrante de todo o processo educacional que leva em consideração a formação holística do indivíduo socialmente atuante. Essa abordagem indica que, mesmo não se configurando em uma expressão que semanticamente traz novos elementos, ela, ao ser posta em evidência, nos aponta para uma tendência contemporânea da valorização do ensino que é feito através da memória, da valorização dos signos que são hereditariamente transmitidos, das práticas e objetos que possuem forte carga afetiva e que esse fenômeno se apresenta como rico tema de estudo. Se existe uma clara intenção de ressaltar a importância da educação patrimonial a ponto de nomeá-la com distinção, mesmo que ela não se configure em novidade, vale buscar questionar o porquê de fazê-lo e de como esse fato lança luz sobre a maneira como a memória é tratada nos dias de hoje.

Segundo Maria de Lurdes Parreiras Horta, “o princípio básico da Educação Patrimonial é a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, para se chegar à sua compreensão e valorização, num processo contínuo de descobertas” (HORTA, 2003). Essa premissa toma o objeto patrimonial como ponto de partida para atividades pedagógicas que serão elaboradas visando explorar conceitos e conhecimentos contidos na experiência exploratória. A vivência do objeto permite, a partir de ações de pesquisa que estimulam a criatividade e a curiosidade, a criação da relação de pertencimento entre ele e os atores sociais, criando e, às vezes, refazendo, redes de conexão afetiva que se encontravam esgarçadas. O bem patrimonial passa a ter significado e a ocupar um local dentro da memória do grupo, permitindo que ele seja reinterpretado e recontado para as gerações futuras. A apropriação da herança cultural por um grupo social ou nação ajuda no fortalecimento das redes sociais, aumentando a confiança e cooperação e, finalmente, aumentando o capital social⁶³ e promovendo a cidadania.

⁶³ Segundo Maria Celina D’Araújo, capital social pode ser entendido como “a capacidade que uma sociedade possui de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos.” (D’ARAÚJO, 2003:10)

Além disso, a percepção da variedade de patrimônios e seus significados ajuda na formação de uma consciência sobre a diversidade cultural intrínseca a toda a sociedade. Esta, longe de ser uniforme e homogênea, se apresenta como uma junção de tantas expressões culturais quantos forem os grupos sociais que a formam. O entendimento e a busca pela manutenção desta polissemia cultural são apresentados por Horta como grandes contribuições da educação patrimonial, a “percepção dessa diversidade contribui para o desenvolvimento do espírito de tolerância, de valorização, de respeito das diferenças, e da noção de que não existem povos “sem cultura”, ou culturas melhores que outras” (HORTA, 2003).

Entretanto, devemos sempre direcionar um olhar crítico sobre as ações educacionais patrimoniais, da mesma maneira como já vínhamos caminhando até aqui com relação às intervenções e escolhas voltadas ao patrimônio. O campo da educação, assim como o patrimonial, é sujeito a tensões e nele estão estabelecidas relações de negociação e conflito, exigindo a articulação dos atores presentes neste cenário. Ao longo desta análise sobre a restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo, tratei de alguns aspectos que claramente indicam pontos nevrálgicos do processo de eleição de um bem patrimonial onde se dão disputas por legitimidade. Na análise de documentos e das entrevistas, principalmente da arquiteta Mariângela Castro, pude notar o lugar de destaque que as ações educativas ocupam no planejamento inicial da restauração, não sendo mera consequência e veículo de fruição da obra, mas constituindo-se em premissa básica da intervenção no patrimônio nos dias atuais. Cabe então a pergunta: que papel desempenha essas ações educativas, tanto durante as obras de restauração quanto depois da devolução do patrimônio à sociedade?

3.1.2. Ações educativas durante as obras de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo.

Eu acho que a gente não pode fazer nunca mais uma restauração, só a restauração. Olha que eu estou há vinte e quatro anos lá na Fundação. Há muitos anos que as ações educativas permeiam os projetos de restauração noventa e nove por cento. Só não tem quando é inviável. Por exemplo, esse agora, da capelinha [*Capela de Nosso Senhor dos Passos que será restaurada*], que é isolado, ele não está com ação de educação porque já tem. Mas todos os que nós fizemos, nos últimos anos, todos os projetos de restauração, eles acompanham uma capacitação dos professores, para que eles visitem as obras, porque é ali, nessas crianças, que a gente vai colocar a sementinha da compreensão do que é a preservação do patrimônio; vai explicar para elas a importância, vai ter uma identidade entre a criança e o monumento, para que ela entenda a importância daquele monumento na vida dela. Tendo essa compreensão, ela vai se ver como parte daquele

monumento, então vai respeitar, e vai querer, para o resto da vida, preservar. (Arquiteta Mariângela Castro – Fundação Roberto Marinho)

Todo o processo de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé, planejado pela Fundação Roberto Marinho, foi permeado por ações educativas que tinham como objetivo maior despertar o interesse de professores e alunos para os acontecimentos que tomavam lugar na igreja, bem como criar um vínculo entre a população e a construção. O planejamento das ações não tinha como foco principal ensinar a história da igreja, e sim informar à população sobre todas as etapas do processo de restauração.

As ações tiveram como ponto de partida a realização, no ano de 2007, de um “seminário de capacitação de professores das escolas municipais no Centro de Referência da Escola Pública do Rio de Janeiro (CREP), com o apoio da Secretaria Municipal de Educação” (AVELAR, 2008: 211). As palestras foram ministradas por profissionais que estavam diretamente ligados ao projeto de restauração e podiam fornecer aos professores informações sobre como se dariam as escolhas técnicas e o andamento das obras. Segundo Suely Avelar, que participou da concepção e execução das ações educativas da Igreja Nossa Senhora do Carmo, a proposta do seminário era a capacitação dos professores para motivá-los a trabalhar com seus alunos assuntos relacionados ao período joanino e a transpor da sala de aula para o campo, trabalhando os conhecimentos adquiridos *in loco*, através da visita à igreja. Desta etapa inicial participaram 180 professores da rede pública (AVELAR, 2008: 211), o que foi considerado, pela organização do evento, como um indício de êxito do programa.

O segundo passo foi a elaboração de uma exposição que contava a história do templo, sua trajetória dentro da cidade do Rio de Janeiro desde a construção da ermida. Essa exposição, elaborada por um grupo multidisciplinar que contava com historiadores, arqueólogos, arquitetos, designer, entre outros, também contaria com o apoio de um catálogo chamado de *Caderno de Educação*, que trazia as informações sobre a história da igreja e sua restauração e ainda indicava atividades que poderiam ser realizadas em sala de aula, que fariam menção ao que havia sido visto durante a visita. Ao final do catálogo há um roteiro para orientar os professores sobre as visitas aos monumentos ou sítios. O enfoque desta última parte recai sobre a metodologia correta a ser implementada para tratar da educação patrimonial e qual deve ser a conduta do professor para que seus alunos apreendam da maneira correta o objeto. Ao mesmo tempo em que a exposição e o catálogo eram desenvolvidos, havia um trabalho paralelo de capacitação de professores de história e artes

para que eles atuassem como mediadores nas visitas guiadas às obras e oficinas de arte que ali seriam desenvolvidas.

O canteiro de obras da igreja foi aberto ao público em 25 de junho de 2007, e passou a receber grupos de estudantes do ensino médio e superior, diferentes empresas e visitantes interessados em conhecer o processo pelo qual passava a construção. As visitas eram guiadas e previam o acesso dos visitantes aos locais que estavam sendo restaurados, viabilizando a observação do trabalho dos profissionais, a passagem pela área da exposição e a experimentação das oficinas de arte aplicada, que buscavam utilizar técnicas e temas explorados durante o passeio. Esse percurso, à medida que as obras avançavam, ia sendo modificado e novas informações podiam ser exploradas. Essa ação foi encerrada no dia 30 de março de 2008, após a reinauguração da igreja.

Todo esse conjunto de ações, que fez do canteiro de obras da Igreja Nossa Senhora do Carmo uma fonte de informações para os visitantes, deve ser visto como uma ação positiva no intuito de tornar transparente para a população as intervenções pela qual a construção vinha passando e dá a ela certa notoriedade antes mesmo de se ter reconstruído suas características estético-arquitetônicas. Porém, é interessante observar que todas as ações corroboram para a construção do discurso que valoriza o Rio de Janeiro monárquico em detrimento das épocas que o procederam. A história da igreja contada pelo *Caderno de Educação* é finalizada no ano de 1976, quando esta perde o título de Catedral Metropolitana, como se a partir deste momento esse local não houvesse mais interagido com a população.

Ao mesmo tempo em que é inegável que a trajetória da igreja como grande personagem da história religiosa carioca se encerra neste ano, também é inegável que a produção de narrativas particulares e memórias relacionadas a ela não se encerra neste momento. É válido notar como as ações educacionais, que tomaram lugar nas obras da igreja, serviram de instrumento para a endossar a memória escolhida pelo poder público. Existe uma coerência simbólica que perpassa as ações e que evidencia um momento histórico específico, eleito e representativo do momento de comemoração. Mas, talvez, a leitura do monumento, como nos alerta Choay, pode ser prejudicada por essas interferências e “tagarelices” (CHAOY, 2001:216) sobre o que está diante dos olhos do observador. Podendo torná-lo passivo diante dos elementos que por si só suscitam questionamentos. As informações dadas ao público durante as ações educativas, como a visita guiada, por exemplo, podem estabelecer uma relação por vezes ambígua, pois ao mesmo tempo em que municiam o espectador de elementos importantes para o entendimento do monumento, direcionam e limitam o olhar

podendo distanciá-lo de questionamentos que talvez estabeleçam sua relação de pertencimento com o objeto.

Por outro lado, ignorar a importância das ações midiáticas presentes no que Andreas Huyssen chamou de “cultura da memória” (HUYSSSEN, 2004:15) do mundo contemporâneo não me parece ser a solução para a questão da inclusão das ações que coexistem com o bem patrimonial. Há de se ter uma postura crítica sobre a maneira como o monumento vem sendo exposto ao público, porém sem deixar de olhá-la sob uma ótica atual e inserida no contexto das relações sociais que, de forma dinâmica, reelaboram sua maneira de interagir com o objeto. Para Huyssen, as críticas que são feitas à utilização de recursos midiáticos, que tornam a memória mais disponível no nosso cotidiano, e que acusam a cultura de memória de produzir uma apatia e “perda da consciência histórica”, recaem em afirmações que podem ser verdadeiras mesmo que contraditórias. A explicação estaria na facilidade excessiva de acesso à memória que poderia trazer também o excesso de esquecimento, fruto da abundância que banaliza. Sobre as novas relações entre memória e esquecimento, Huyssen ainda nos coloca a seguinte questão para reflexão:

E se as relações entre memória e esquecimento estiverem realmente sendo transformadas, sob pressões nas quais as novas tecnologias da informação, as políticas midiáticas e o consumismo desenfreado estiverem começando a cobrar o seu preço? (HUYSSSEN, 2004:18)

As ações educativas presentes nas obras da igreja Nossa Senhora do Carmo podem ser um indício da necessidade de atribuir ao monumento “uma voz” que o inclua no mundo interativo e midiático atual como um personagem ativo que formula e emite um discurso sobre si mesmo, tirando-o da sua posição anterior onde o visitante o vivenciava de modo mais subjetivo. Para darmos continuidade a esta análise das ações educacionais, que estão presentes no espaço da igreja, temos que incluir os usos que foram concebidos para se perpetuarem após as obras de restauração e que também prometem estabelecer com seus interlocutores relações de adesão à memória eleita.

3.1.3. “Som e Luz” e Museu do sítio arqueológico: ações educativas permanentes.

O espetáculo de “Som e Luz” “De tudo fica um pouco” foi pensado junto das obras de restauração sendo ele tão importante quanto a recuperação da arquitetura da construção. Ele foi concebido para agregar valor pedagógico à restauração, imaginando-se que o público que

irá assisti-lo potencializará sua apreciação do templo, tanto por ter no espetáculo uma fonte de informações a mais sobre a história da igreja, quanto pelas referências que são feitas aos detalhes arquitetônicos considerados mais relevantes.

Da mesma forma que o espetáculo de “Som e Luz” está presente quase que diariamente na igreja, temos também as visitas guiadas ao Museu do sítio arqueológico. No caso do museu, porém, este surgiu da necessidade de organizar e expor os elementos encontrados durante as pesquisas arqueológicas. Não houve um planejamento prévio da existência deste espaço dentro da igreja, tendo ele surgido para atender a uma demanda específica que acabou por se transformar em mais uma ferramenta de diálogo entre a igreja e o público.

(...) O sítio foi também uma mudança durante o projeto. A prefeitura... Aí tem que explicar o momento da prefeitura do Rio. A prefeitura do Rio, segundo o que a Cristina Lodi me contou, estava dedicando um tratamento especial para essa questão da arqueologia, principalmente em projetos de restauração. Tem uma normativa dentro da prefeitura que diz que todo projeto de restauração tem que prever serviços de prospecção arqueológica, justamente para você fazer uma leitura, uma documentação sobre os assentamentos anteriores. E aí, o que é que aconteceu? Aí o IAB ganhou. A gente fez uma tomada de preço, o IAB ganhou. E aí, quando eles foram fazendo o trabalho, o próprio SEDREPAHC, que é a Secretaria, achou por bem, pela importância daquilo que estava sendo descoberto, que aquilo pudesse ser passível de visitação. (Arquiteta Mariângela Castro – Fundação Roberto Marinho)

A existência destes novos usos, que prometem angariar fundos para a manutenção da igreja tornando-a sustentável, nos permite levantar alguns questionamentos sobre como o público vem interagindo com o bem patrimonial após a sua reintrodução na sociedade. Um destes questionamentos nos é posto por Canclini quando aborda a maneira como as atividades inseridas no patrimônio ajudam de fato a estabelecer a “cumplicidade social” (CANCLINI, 1994:96) necessária para que o bem seja representativo da memória de um grupo. Para o autor, as ações implementadas não serão absorvidas de maneira igual por todos os grupos que irão estabelecer um contato, que se pretende pedagógico, com o objeto patrimonial, em função da diversidade de capital cultural que esses grupos possuem. Por mais interessante e completo que possa ser o planejamento voltado para a difusão dos atributos culturais de determinado bem, a sua efetividade de fruição acaba sendo muito variada, pois à “medida que

descemos na escala econômica e educacional a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições” (CANCLINI, 1994:96) diminui.

As políticas relativas ao patrimônio já estão voltadas para a possibilidade de ampliar os seus significados e suas leituras através da inclusão de usos midiáticos que o torne mais acessível a toda a população. Porém, mesmo possibilitando o acesso, a efetividade com que as memórias retratadas são incorporadas é o ponto de questionamento que justifica nossa atenção para estes grupos sociais para os quais as práticas são desenvolvidas. Conforme nos alerta Canclini, a heterogeneidade de compreensão do patrimônio pode, em última instância, aprofundar conflitos simbólicos e materiais ao invés de unir uma nação por sua memória comum. Também sobre esse mesmo ponto recorreremos a Choay:

(...) a experiência estética, cabe repetir, é resultado de um percurso iniciático. A do patrimônio histórico arquitetônico não foge a essa regra e comporta dificuldades próprias. (CHOAY, 2001: 230)

A maneira como o patrimônio é convertido em capital cultural é a chave para a possibilidade de ampliarmos com efetividade a compreensão e a apreensão dos bens patrimoniais pela sociedade.

O resgate do período monárquico e sua evidenciação através, principalmente, do “Som e Luz” se configura na preocupação com a perpetuação ativa do discurso voltado para uma das memórias presentes na igreja. O poder público não apenas restaura a igreja a imagem da época joanina, mas garante que sua fala e seu recorte memorialístico continuem ecoando dentro e fora desta edificação. Interessante destacar que o planejamento desta restauração, que vai dos elementos construídos às atividades que reforçam o discurso eleito, fecham um circuito onde se espelham nas paredes, em forma de construção, uma memória. E esta mesma memória será reforçada pelo espetáculo que volta à construção para se embasar.

Esse diálogo entre espetáculo e construção ajuda o público a entendê-la ou ignora a sua presença ao se autoreferenciar? Françoise Choay se posiciona sobre esse mecanismo que pretende dar ao espectador elementos para a compreensão do bem:

Mas som, música e discurso atuam sobre o espectador, não sobre o monumento. É o público que deve ser o alvo de sua influência e a quem ele pretende dis-trair e di-vertir (do monumento). Que música, que comentário? Os melhores e os piores. Eles praticamente não importam, uma vez que neles se vêem fenômenos secundários, mecanismos de ambiente, análogos aos que são montados pelas grandes estruturas

comerciais. A luz, por si só, pode dar aos edifícios uma opacidade insuspeita. O som tende a reduzi-los à pequenez do insignificante. (CHOAY, 2001:215-216)

Essa colocação também se configura em importante questionamento da discussão sobre as ações educacionais: temos presente na Igreja Nossa Senhora do Carmo um diálogo entre público e monumento ou um monólogo que acaba tolhendo a possibilidade de apropriação subjetiva do bem patrimonial pelo visitante? Não pretendo aqui me estender acerca destas questões, pois fugiria ao foco da dissertação, o objetivo é levantar questionamentos pertinentes para refletir sobre a maneira como as ações educativas patrimoniais vêm sendo desenvolvidas, e qual seria a sua real eficácia de geração de conhecimento e vivência ao público, pois este sim se apresenta como o real desafio.

3.2. Bem patrimonial ou bem cultural?

No decorrer desta dissertação, por várias vezes me utilizei da expressão “bem patrimonial” ao me referir à Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé, no intuito de explicitar que esta construção pertence ao conjunto dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, ou seja, integra-se a outros eleitos que pretendem retratar simbolicamente a nação. Entretanto, vejo a necessidade de explorar melhor essa denominação e suas implicações e ir além, chamando também a atenção para os “bens culturais”, na tentativa de discutir os limites e interseções entre um e outro e a maneira como essas nomenclaturas podem ser trabalhadas através do repertório simbólico da Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Em seu livro *Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, Maria Cecília Londres Fonseca discorre de maneira lúcida sobre as duas noções e a maneira como elas incidem sobre o objeto, dando-lhe características distintas e complementares. Fonseca discute, primeiramente, o processo de transformação pelo qual passa o objeto ao ser eleito, por intermédio do Estado, como patrimônio. Esse trâmite legal tem por objetivo preservar as características do bem tombado, fazendo com que seu valor simbólico não se esvaia em função da degradação através de fatores naturais ou humanos, mantendo intacto para as gerações futuras a possibilidade de acesso ao testemunho vivo do passado nacional. A autora nos chama a atenção para o fato de que mais do que a preocupação em preservar a estrutura física, o que está em jogo quando tratamos políticas públicas de preservação é a necessidade de se manter o valor cultural do bem que, após o tombamento, tende a ser naturalizado, como se sempre houvesse pertencido àquela construção.

A eleição de um bem passa pela sua capacidade de refletir os valores históricos e artísticos que melhor irão representar a identidade nacional, e essa carga simbólica que nele está contida é identificada e revelada “apenas por um olhar qualificado” (FONSECA, 1997:30) daqueles que são os responsáveis pela conservação física do objeto e por aqueles que formulam as políticas públicas a eles relacionadas. Portanto, o que fica claro ao analisarmos esse processo é que a legitimação de um bem patrimonial é feita através do Estado e de seus colaboradores, não sendo possível mensurar o nível de participação da sociedade. Contudo, o conjunto dos bens patrimoniais possui a função de criar um repertório simbólico que possibilite estabelecer na sociedade a noção de pertencimento e de identidade nacional, ou seja, deveria existir um pacto afetivo entre esses atores sociais e os bens eleitos para que os valores culturais que estão sendo elevados e destacados encontrem eco.

No caso dos bens patrimoniais, os atributos da coisa são considerados valores culturalmente relevantes, excepcionais. No caso do Brasil, determinados bens como igrejas dos séculos XVII e XVIII, casas de câmara e cadeia, fortes, palácios, sedes de fazenda etc. foram erigidos pelos agentes do SPHAN em símbolos da nação por sua vinculação a fatos memoráveis mas, sobretudo, por suas qualidades construtivas e estéticas. (FONSECA, 1997:37)

A igreja Nossa Senhora do Carmo se configura, portanto, em um exemplar de bem patrimonial, tendo sido tombada em 1941⁶⁴, conforme já mencionei, e fica clara sua missão de evocar os atributos valorativos da época monárquica do Brasil e principalmente a capitalidade do Rio de Janeiro, sede do império português. Segundo Fonseca, o bem patrimonial é definido pela eleição, através de agentes autorizados, de um objeto que sofrerá um processo jurídico regulamentado, que atribuirá a ele a chancela de proteção do Estado. Esse processo, intermediado pelo poder público, contribui para a priorização e fixação de um rol de valores e símbolos que privilegiam uma determinada leitura do bem. Ou seja, a atribuição, através do processo de tombamento, de uma hierarquia de valores a serem reverenciados faz com que outras memórias contidas naquele espaço fiquem em segundo plano. Além disso, os símbolos escolhidos, normalmente, são de cunho histórico e artístico (FONSECA, 1997:38), demandando um conhecimento específico e um nível educacional mais elevado para compreendê-los, o que limitaria a democratização e introjeção de seu significado pela sociedade.

⁶⁴ Ver anexo 4

Então, para que um bem patrimonial cumprisse seu objetivo maior, que é a disseminação dos seus valores intrínsecos, o mesmo investimento que é feito na área da preservação física deveria ser feito na área educacional para que todos os atores sociais envolvidos no processo consigam apreendê-lo. Se a apreensão não ocorre, como dizer que o bem patrimonial existe? Afinal, ele necessita que seus símbolos e significados sejam percebidos e reconhecidos pela sociedade para que ele possa existir em sua totalidade.

A importância conferida, durante as obras de restauração, aos atributos arquitetônicos que mostrassem a transformação de status da cidade do Rio de Janeiro, reforça a história que se elegeu para ser contada e mostram quais são os símbolos-chave que devem estar presentes na construção através da escolha dos técnicos e do poder público. Portanto, não restam dúvidas de que as obras de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo foram feitas com o intuito de manter preservados os atributos tidos como importantes em seu ato de tombamento. Além disso, as ações educacionais propostas são uma tentativa de levar essa carga simbólica aos visitantes, permitindo que a concepção do bem patrimonial em sua totalidade seja partilhada.

A cidade saiu ganhando, a população saiu ganhando. Você veja só, teve um casamento de uma pessoa da família Marinho que levou muitos convidados formadores de opinião que não tinham ido lá [*na Igreja Nossa Senhora do Carmo*] ainda, e, um ano e meio depois da igreja restaurada, foi assim impactante. Todo mundo elogiou, todo mundo ficou orgulhoso de contar, na sua cidade, com um espaço desse, dessa importância e com esse tratamento. Aí você vai numa missa, como eu fui, com um público mais heterogêneo, todo mundo de pé. Eu que fiquei duas horas e quarenta e cinco e me senti superbem de estar num ambiente como esse, que você vê que está cuidado. Eu acho assim, que você vê a beleza e a beleza cuidada. Acho que todo mundo quer que a sua cidade, a sua casa, o seu espaço esteja cuidado. É o respeito àquilo que foi um dia a nossa cidade e que a gente consegue, nos nossos dias, manter. Eu acho que dá orgulho, que eu acho que é o mais importante, dá orgulho para todos nós. (Arquiteta Mariângela Castro – Fundação Roberto Marinho)

Tendo explicitado o que define um bem patrimonial, me volto para as características que recaem sobre o bem cultural: “Ao se considerar um bem como bem cultural, ao lado de seu valor utilitário e econômico (...) enfatiza-se seu valor simbólico, enquanto referência a significações da ordem da cultura” (FONSECA, 1997:38). Essa definição dada por Fonseca nos mostra que a trajetória de um bem patrimonial se inicia quando este passa a ser entendido e identificado dentro da sociedade a qual pertence como bem cultural por possuir

características singulares que o torne representativo e, portando, diferenciado. E quando um bem cultural é eleito pelo Estado, este passa a ser um bem patrimonial, onde alguns dos valores pertencentes a ele são ressaltados e expostos como representativos da identidade nacional. Porém, me detenho aqui para uma reflexão: até que ponto um bem patrimonial deixa de ser percebido como um bem cultural por aqueles que têm nele um objeto de referência afetiva? Ou mesmo, até que ponto as duas formas não podem conviver no mesmo espaço, articulando de maneira diferente com os atores sociais que com ele convivem?

Não vejo como possa existir um determinado momento na história do objeto – o decreto de tombamento – onde toda a gama de significados que antes era atribuída a ele seja resumida a alguns eleitos pelo Estado. Esse ponto de ruptura não se mostra viável na dinâmica social, que reinterpreta o objeto de acordo com a maneira com que o vivencia. Cada grupo social, de acordo com sua posição social, econômica, cultural, educacional etc., irá perceber o bem de maneira diversa, que até pode coincidir com a forma eleita pelo poder público, mas que tende a ser muito mais ampla e variada.

Portanto, pensar o processo de construção do patrimônio sem levar em consideração suas interações cotidianas e a polissemia que se origina a partir delas é limitar seus significados aos atribuídos pelo poder público, o que seria, de certo modo, uma simplificação das possibilidades contidas nele.

Exercitar esse olhar onde todos os aspectos e apropriações sociais sobre o bem são considerados, é tentar atribuir a ele sua real dimensão, não perdendo de vista a maneira como se dá a circulação dos bens patrimoniais numa sociedade.

Durante o processo de entrevista que realizei com os paroquianos e funcionários da Igreja Nossa Senhora do Carmo, pude perceber que a restauração da igreja foi de extrema importância para esses atores sociais, pois as condições da construção eram muito precárias e ameaçavam impactar na rotina de atividades do templo. A totalidade dos entrevistados ressaltou que as obras, apesar de incômodas, resultaram em um espaço digno para as práticas que são executadas diariamente, e que este era o objetivo final mais valorizado. Ou seja, para o grupo que frequenta diariamente a igreja o ponto que se mostrava mais importante, e que os motivou durante o período das obras, foi a possibilidade de manter aquele espaço como lugar de práticas religiosas e, no caso dos funcionários, de atividades profissionais. No discurso destes atores não houve menção, quando questionados sobre a importância de se realizar a restauração, à valorização da igreja como monumento símbolo da época joanina, demonstrando que o real interesse era a recuperação do espaço.

É. Em função disso que eu estou te falando, porque ela era muito escura, e estava naquela expectativa da restauração, faz, não faz, faz, não faz, e as pessoas não gostavam de entrar aqui. Muitas senhoras mesmo tinham medo de entrar ali, porque ficava tudo escuro, pesada, ela era pesada, a igreja em si, aqui, era pesada, escura. Então, isso foi um ponto positivo. (Dona Joana D'Arc Marinho – Grupo de Oração Pão da Palavra)

Ah. Eram necessárias. Tinham partes do chão da igreja, a gente pisava, parecia que ia abaixo. E lá em cima, a mesma coisa, tinham partes que eram assim. (Valéria Schuenk – secretária da igreja)

O padre sempre falava que ia sair a obra. Sempre, conversando com o padre, o padre falava vai sair o restauro da igreja. Demorou alguns anos, mas... através desse processo todo de reuniões que foi feito, acabaram conseguindo essa verba da Prefeitura com a Fundação, e acabou acontecendo, sendo realizado esse sonho. Isso aí foi um sonho inescrutável, esse restauro ter sido feito, porque a situação da nave dela estava meio crítica. O piso, o teto, as peças de madeira, caía bastante peça, eu juntei bastante peças de madeira, os detalhes, às vezes caíam. Foi um processo meio trabalhoso por causa disso, tinha algumas partes dela já danificadas... (José Luiz da Silva – funcionário da igreja)

A fala desses atores deixa claro que a maior preocupação do grupo que frequenta a igreja para fins litúrgicos ou de trabalho, era a possibilidade de tê-la restaurada para que as ações rotineiras fossem mantidas e realizadas com segurança. O fato de a igreja ter sido restaurada para a comemoração dos duzentos anos da chegada da Família Real ao Brasil, aparentemente, era indiferente. Temos então o discurso do grupo técnico, preocupado em ressaltar a importância da comemoração do momento histórico, e temos o grupo de frequentadores que se preocupa em manter sua rotina, sem relacionar o ato da restauração a uma comemoração nacional. Podemos perceber então a coexistência entre os fatos corriqueiros e cotidianos e a grande comemoração, ambos se utilizando das obras de restauração para viabilizar e garantir o que lhes é mais importante.

Essas duas realidades, que se estabelecem em paralelo e se tocam nas obras de restauração, dão indícios de que, para os atores sociais ligados à igreja pelo caráter afetivo, ela se mantém como bem cultural, à medida que possui características que a destacam de outras construções, pois abriga práticas e memórias particulares, que não se relacionam diretamente com os valores imputados pelo bem patrimonial. Ou seja, o período das obras de restauração permitiu que duas visões distintas do objeto entrassem em contato e estabelecessem um

diálogo conciliatório. Por um lado, o grupo técnico precisou ver as necessidades específicas do local e adequar o projeto a elas, por outro, os grupos de frequentadores tiveram que se adequar à nova realidade da construção restaurada, que conta agora, por exemplo, com museu e espetáculo de “Som e Luz”. Porém, mesmo depois deste contato, os dois grupos continuam a perceber a igreja de maneira diferente, cada qual mantendo seu repertório simbólico relacionado àquele espaço. Isso fica claro também durante as entrevistas quando questiono sobre qual era o conhecimento prévio do entrevistado sobre a história da igreja:

Eu tinha mais ou menos. Ficou mais acentuado assim... Quer dizer, eu tinha, realmente, porque, como eu trabalhei aqui aquela época, nós tínhamos até um histórico que falava de tudo lá, aquela coisa toda. Mas agora é que a gente veio mesmo a descobrir como era essa igreja, com esses campos... esses sítios arqueológicos e tudo, é que a gente viu na realidade, como diz... eu não uso essa expressão, mas vocês usam – caiu a ficha. Eu não uso. Não entendo por que, como é que caiu essa ficha. Mas... como é importante, realmente, isso aqui, como construção, o espaço físico. (Dona Joana D`Arc Marinho – Grupo de Oração Pão da Palavra)

Não. Não tanto como durante a obra. Foi no ano mesmo que começou a obra que a gente foi descobrir que eram os duzentos anos da chegada da família real. Antes, assim, a gente sabia alguma coisa, mas não tão clara assim. E até hoje a gente não sabe, não é, muita coisa, porque é muito... muito amplo. A gente vê pelo livro da igreja, que foi escrito. (Valéria Schuenk – secretária da igreja)

Verifica-se nos relatos que os paroquianos e funcionários, mesmo a maioria frequentando a igreja há muitos anos, não estabeleciam com este lugar uma relação que privilegiasse os significados atribuídos a ela no ato do tombamento. As referências às memórias advindas da história luso-brasileira, tão apregoada durante as comemorações do bicentenário, encontram pouca ressonância no grupo que mais interage com a igreja. Para eles a relação a ser valorizada é a ligação com o sagrado, a manutenção das práticas litúrgicas que os levaram até ali e os mantêm fieis à igreja.

Penso que esta dimensão do patrimônio se revela tão válida quanto a que foi vinculada pelos meios de comunicação durante o ano do bicentenário e também merecedora de análise. Porque o processo que transforma uma edificação em algo maior que sua massa construída, atribuindo-lhe significados específicos, no caso do bem patrimonial, ou mutáveis, no caso do bem cultural, dá o verdadeiro sentido a esse olhar que lançamos sobre ela. Um bem

patrimonial não deveria ser restringido aos valores que lhe são atribuídos pelo Estado, pois ele só será percebido verdadeiramente se acrescentarmos a esses valores eleitos os que são produzidos pelos diversos grupos sociais que compartilham a experiência de interagir com ele, e acabam por gerar as mais diferentes leituras sobre esse bem. Minha escolha de análise recaiu sobre os paroquianos e funcionários, porém, ainda poderíamos escolher os turistas, as pessoas que trabalham no centro da cidade do Rio de Janeiro, os devotos das paróquias vizinhas, só para citar alguns. E para cada grupo teríamos respostas diferentes sobre o mesmo objeto. Essa pluralidade de repertórios simbólicos gerados pelos grupos sociais não é excludente e ajuda no entendimento do processo que transforma uma simples construção em um local passível de várias leituras e, portanto, várias formas de apropriação.

3.3. Quando a Capela Real volta a ser Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé

A Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé passou por um processo de dezoito meses de restauração, ao longo dos quais foi reformada e remodelada para refletir o fausto da época em que era Capela Real. Durante esse período as atividades rotineiras da igreja foram transferidas para a igreja vizinha, Nossa Senhora da Ordem Terceira do Carmo, e ela foi aberta ao público para que esse pudesse entrar em contato com o processo de restauração que estava em andamento. Todo o planejamento da obra foi realizado de maneira que a sociedade pudesse compartilhar desse momento de reconstrução de uma parte importante da história da cidade e do país, imaginando que essa interação precoce estimularia a criação de um vínculo afetivo que transformaria a Igreja Nossa Senhora do Carmo em um patrimônio símbolo da identidade carioca e nacional.

Esse esforço de aproximação, que leva a população a observar e desejar ver concluídas as obras, teve seu ponto alto na missa que devolveu a igreja à cidade do Rio de Janeiro em 08 de março de 2008, coincidido com a data de chegada da Família Real em 1808. A partir dessa data, e durante todo decorrer desse ano, a igreja voltou a ser nomeada de Capela Real e nela foram executados concertos de música, conforme previa o Decreto nº 26.896 de 15 de agosto de 2006. Além dos concertos, também foram abertos ao público o Museu do sítio arqueológico e o espetáculo de “Som e Luz”.

Todo esse processo, conforme já mencionei, trouxe novos elementos e usos ao cotidiano da igreja, que antes era voltada apenas para suas ações rotineiras e as de caráter litúrgico. Houve a necessidade de adaptação por parte do pároco - Padre Roque -, dos funcionários e dos paroquianos, para que esses novos usos e os grupos sociais, que vêm

atraídos por eles, fossem incluídos no dia-a-dia da paróquia. E justamente esse processo de adaptação deve ser analisado com mais atenção.

Quando o ano de 2008 se encerra e os festejos e eventos relacionados ao bicentenário não mais ocupam espaço na mídia, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo deixa mais uma vez de ser a Capela Real, se reinserindo ao contexto da cidade como membro do conjunto dos bens patrimoniais, sem ter mais o destaque que lhe foi dado durante o ano comemorativo. Através dos discursos dos seus atores, que agora têm que lidar com uma realidade diferente daquela do período pós-restauração, vemos que os percalços para gerir o local se apresentam como um grande desafio e, mesmo depois das obras, os conflitos ainda são nítidos, exigindo um grande esforço de articulação.

Acredito que analisar o bem patrimonial em seu processo de reintegração ao cotidiano, agora que ele não se configura mais como núcleo simbólico de uma festividade, seja proveitoso para que se consiga ver, fora do período de super valorização, como estão acontecendo as interações entre os novos grupos e aqueles que estabeleciam com o objeto uma relação afetiva.

Mostrou-se fundamental para esta análise a entrevista com o Padre Roque, que hoje é o responsável pela administração e gestão da igreja, e que nos traz elementos preciosos para entender as dificuldades em se lidar com novas demandas e novos atores inseridos ao local pela restauração.

Em seu depoimento, Padre Roque mostra as dificuldades em se administrar uma igreja que passou a possuir características de cunho turístico – Museu do sítio arqueológico e “Som e Luz” – junto às atividades religiosas rotineiras. O primeiro ponto levantado por ele na entrevista dá indícios das dificuldades que surgiram em função dos novos usos que o tornou um ponto de referência turístico: o aumento das despesas para a manutenção da igreja. Esse aumento de despesa veio em função da necessidade do aumento do quadro de funcionários, o que incluiu os responsáveis pela limpeza e manutenção, funcionários para cuidar da segurança, contratação de guias turísticos para as visitas guiadas à igreja e ao museu e operadores do “Som e Luz”. Para uma igreja que estava acostumada a ter um número reduzido de funcionários essa mudança de realidade causa um grande impacto, tanto para a administração destas pessoas, quanto para o orçamento mensal, que até então era compatível com os ganhos da paróquia. Essa incompatibilidade entre disponibilidade financeira e elevação dos custos fixos levou, após o ano de comemorações do bicentenário, a uma redução no número de funcionários.

Ela se tornou muito dispendiosa. Precisamos de material de limpeza... agora, conseguimos a parceria com a Casa Granada, que está fornecendo o material; tivemos que contratar três funcionários, que são poucos, para fazer limpeza, porque o local é imenso, precisa estar sempre limpo, não pode ter uma poerinha, porque já começam a reclamar; não podemos deixar aquelas portas de vidro marcadas de dedos, então, todo dia, duas vezes ao dia, vai lá o funcionário para fazer a limpeza. Então tudo isso depende de muita gente para trabalhar; e que ganhe o suficiente...

Além do ajuste no quadro de pessoal, Padre Roque ressalta a importância do tempo que se leva para capacitá-los para que atendam aos turistas de forma condizente com um monumento de referência da história do país, e que a transição entre a maneira que a igreja era vista pela população antes da restauração e como ela é vista agora foi relativamente rápida não permitindo que houvesse uma preparação a contento.

Então a gente tem que se adaptar. Só que as pessoas querem soluções imediatas. As pessoas que vêm fazer parte das coisas, querem que já seja cem por cento aquilo que tem que ser, no atendimento, na linguagem. Não. Tudo tem que ser aos poucos. É isso que tento passar hoje e durante todo o período de fechamento da igreja também. Um período de formação, preparar os funcionários, para que eles aprendam pelo menos o básico de uma língua, inglês ou espanhol. (...). A formação, também, eles saberem o que é que aconteceu, o que significa aquela peça, para que eles saibam, pelo menos, informar o mínimo necessário. Então, esse período, foi um período também de aprendizagem para os funcionários e para mim, mais especificamente, porque eu precisei aprender várias coisas, que eu não dava nem conta nas outras igrejas que eu estava. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

A questão da segurança do local também está muito presente na fala do pároco, que reforça que o aumento do número de visitantes tornou esse aspecto primordial para o bom funcionamento do espaço. Hoje, após o período das comemorações, a igreja possui maior visibilidade e o risco de vandalismo e assaltos, segundo o padre, aumentou e se tornou uma preocupação a mais na administração do templo. Pois, assegurar que os turistas e fiéis não sejam vítimas de assaltos durante a execução do espetáculo ou de suas práticas religiosas, bem como garantir que a igreja não sofrerá danos, fica como responsabilidade do administrador do espaço.

Hoje, deixamos um ritmo normal, mas sabemos que há riscos em determinados lugares: segurança, precisaríamos de mais pessoas para trabalhar na segurança. Isso tudo tivemos que diminuir, porque não tivemos mais recursos. Porque se entra alguém para rezar na capela do Santíssimo, entra um assaltante e assalta todo mundo, como é? Entra alguém dentro do espetáculo “Som e Luz”, comprou ingresso, está lá dentro; está tudo no escuro; começa o espetáculo “Som e Luz” e tal, dezessete minutos – dá para fazer um estrago; de repente, uma única pessoa entra, quebra tudo. Tem que ter alguém lá dentro vigiando; dentro do espetáculo, tem que ter alguém operando, tem que ter alguém vigiando. Isso tudo dentro do processo de segurança da igreja, do espaço, o patrimônio, e segurança também das pessoas. Entra o assaltante, assalta todo mundo, rouba as bolsas de todo mundo lá dentro, depois sai com a cara mais limpa. Não. Tem que ter alguém, sempre, vigiando. Então, a pessoa que está operando fica olhando, fica de olho, e também quem está fora, também está sempre olhando. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

A restauração da igreja Nossa Senhora do Carmo prevê, para destacar a decoração e arquitetura da construção, um projeto luminotécnico⁶⁵ muito bem elaborado, do ponto de vista técnico e cênico, mas que se configurou em um desafio para a administração. Essa nova ferramenta, que valoriza o trabalho de restauro que foi realizado, se mostrou dispendiosa, tornando inviável o seu funcionamento permanente, segundo depoimento do Padre Roque. É interessante ressaltar como um elemento que se mostra, num primeiro momento, muito pertinente e necessário, pode se configurar em um dilema e acabar sendo subutilizado. Talvez o planejamento do projeto para a restauração tenha levado em consideração mais o ano do bicentenário, repleto de comemorações e eventos que chamaram atenção para a igreja, que o cotidiano real desta paróquia, que envolve limitação de recursos financeiros, operacionais e administrativos.

A conta de luz, no primeiro mês da reabertura, era quatro mil e quinhentos; depois começamos a diminuir. Não podemos deixar a igreja iluminada o dia todo. Quer dizer, o primeiro mês, a Fundação que pagou, mas depois eu tinha que desligar a luz durante um período. São mais de quatrocentas e cinquenta lâmpadas halógenas.

(...) E o próprio sítio, ele não pode ficar o dia todo iluminado. Teve um guia que reclamou, que lá na cripta, onde está o Pedro Álvares Cabral, em todos os lugares do mundo, onde tem o descobridor ou alguém importante lá sepultado, tem uma luzinha acesa. Eu falei: essa luzinha não me deixaram para deixar acesa, me deixaram várias

⁶⁵ Projeto técnico elaborado para a disposição e especificação dos componentes de iluminação para determinada construção ou evento.

lâmpadas, que custam muito. Então hoje estamos pagando mil e oitocentos, mil e seiscentos, dependendo do tempo; se o tempo está nublado, precisamos acender algumas lâmpadas na igreja, mas não é a iluminação total. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

Para a visita guiada à igreja e ao Museu do Sítio Arqueológico foram contratados guias que hoje trabalham no final de semana e por agendamento para as visitas marcadas durante a semana. Houve, portanto, uma adaptação do que estava previsto inicialmente, que seria a permanência de um guia à disposição dos visitantes. A restrição de horários teve como foco a redução de custos com o pessoal, mas já está em andamento um projeto que visa buscar patrocinadores para as visitas, que teriam seu nome divulgado nos uniformes dos guias. Esses patrocinadores pagariam os guias, permitindo que a igreja cobrasse o mínimo valor possível pelo ingresso dos visitantes. Os horários de entrada e o pagamento de ingresso para a visita, tanto para a visita guiada ao Museu do sítio arqueológico, quanto para o “Som e Luz”, foi um ponto abordado pelo pároco que me chamou especial atenção.

Segundo ele, muitos visitantes questionam o fato da igreja não estar aberta todo o tempo e cobrar ingresso para visitação. Para eles o fato de terem sido empregados recursos públicos garantiria o acesso gratuito e em tempo integral àquele espaço. Essa observação é muito pertinente, pois chama a atenção justamente para os conflitos que surgem quando o bem patrimonial restaurado se reinsere às atividades do cotidiano e é percebido pelos atores sociais de uma maneira diferente da anterior às obras. O impasse se apresenta na medida em que o grupo social que já se apropriava do espaço tenta manter com ele a sua antiga relação, ao mesmo tempo em que se adapta aos novos usos. Já os novos grupos sociais que começam a ver naquele bem possibilidades de apropriação que antes não existiam, passam a demandar adaptações pertinentes e condizentes com as novas características adquiridas pelo espaço.

Da mesma forma, no discurso do pároco, existe a menção à diminuição no número de contribuições dos próprios fiéis, que identificam na igreja reformada um sinônimo de prosperidade financeira, indicando que a paróquia não precisaria mais do dízimo.

Tivemos alguns atritos. As pessoas chegavam lá dizendo: “mas recursos públicos foram empregados aí, e a igreja está fechada!”. Eu falei: “Tem hora de abrir, hora de fechar. Os funcionários não podem ficar aqui vinte e quatro horas. E, também, alguns lugares não podem ser visitados a qualquer hora. O senhor vai lá num lugar público... Quinta da Boa Vista, um lugar público, tem horário. São recursos públicos que estão usados lá”. A pessoa, até entender isso... Ela queria

que a igreja estivesse aberta vinte e quatro horas; a hora que chegasse lá, tivesse alguém, gratuitamente...

(...) Logo que foi reaberta, muitas pessoas que colaboravam deixaram de colaborar porque a igreja está... tem dinheiro. “Olha só como ela está”. Tem dinheiro. Então sofremos muito com isso. Agora, estamos catequizando de novo, a questão do dízimo, a questão das colaborações. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

Hoje, apesar do aumento no número de batizados e casamentos realizados no local, que possibilitou uma maior arrecadação, a paróquia tem que lidar com o aumento dos gastos e aprender a gerenciar as novas atividades, que prometiam viabilizar o autossustento da igreja. Além disso, a interação entre os grupos sociais que já estavam presentes na igreja – funcionários e paroquianos – e os novos grupos sociais que começam a interagir com o espaço, especialmente os turistas, constitui-se em um grande desafio presente durante toda a entrevista.

Os espaços da igreja – nave, capelas, batistério, Museu do sítio arqueológico etc. - hoje são utilizados pelos grupos que o vivenciam de maneiras distintas. Portanto, existe uma sobreposição de usos e práticas que levam, em alguns momentos, a conflitos e negociações entre os atores.

Um exemplo da negociação entre os atores é a visita guiada que passa pela Capela do Santíssimo. A capela, além de ser um espaço importante do ponto de vista arquitetônico, é um local de refúgio dos fiéis para oração. Portanto os guias da igreja são orientados a dar as explicações pertinentes aos turistas fora do espaço, para que eles entrem, em silêncio para observá-la, sem incomodar aos fiéis que estão rezando. Da mesma maneira que as ações voltadas para os turistas sofreram adaptações para não interferir no uso religioso, os horários dos grupos de oração também foram alterados para permitir a execução do espetáculo de “Som e Luz”, que ocorre na nave, transepto e capela-mor. Assim como o bazar, que era organizado pelos fiéis da Confraria Nossa Senhora da Cabeça próximo à capela desta santa, e que ficou, depois das obras de restauração, em uma pequena sala próxima ao batistério.

Sim. Porque, dentro da capela do Santíssimo, por exemplo, muitas pessoas vão rezar lá porque não encontram mais espaço para rezar dentro da igreja, então se refugiam lá. Então, até os guias tomam cuidado, os nossos, de quando vão fazer a visitação dentro da capela do Santíssimo, para dizer que foi feito também a restauração dali, mas é um estilo diferente, muitos explicam fora, e permitem que as pessoas

entrem e vejam as diferenças que eles apontaram fora; ou então deixa eles verem e depois explica. Aí a ordem não altera muito não. Mas que haja respeito e silêncio dentro da capela, principalmente quando tem gente rezando.

(...) Não. É uma situação... Vamos dizer, até a dona Adelaide, ela faleceu, mas ela apontava que... o espaço do bazar da confraria. O único espaço que tínhamos ou era a minha sala ou lá no primeiro piso. Ela falou: “Lá em cima ninguém vai, a pessoa já está idosa, não pode subir escada”. Mas, mesmo assim, ela aceitou ficar lá. Porque tinha muita coisa, ela colocava a venda; era uma atividade delas, toda quarta-feira. Aí eu tive que conjugar isso, quer dizer, eu não poderia ceder um espaço lá embaixo, grande, por exemplo, para não descaracterizar a igreja como está hoje, colocar o bazar como estava antes. Era próximo ao altar, onde é a sacristia. Era lá. (...) É. Era ali. Então não pude ceder isso. Então isso magoou muito meu coração, porque eu vi a disponibilidade que ela tinha, ela queria atuar, continuar a atividade delas, que não é uma atividade apenas para arrecadar fundos para a igreja, é uma atividade delas para ficarem ali, se reunindo. Então... E não consegui. E, agora, com o falecimento dela, falta gente para ficar no espaço, então... Como diminuíram o número de coisas... Porque ela conseguia muita coisa de doação para colocar ali a venda. Então, agora, cedemos um espaço perto do batistério, onde se guardava o material de limpeza mais urgente, não o material grosso. Mas, elas ficam ali, aí se organizaram num espaço pequeno. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

Obviamente, houve alguma resistência por parte de ambos os grupos envolvidos na tentativa de reivindicar a prioridade de utilização do espaço. Esses momentos de conflito refletem as disputas pela legitimidade de apropriação de um espaço que se apresenta polissêmico e que, após a restauração, ganhou atributos que extrapolam o seu uso principal anterior, religioso, transformando-o em um campo onde as memórias individuais, de grupo e os projetos institucionais, que remetem à identidade nacional, entram em concorrência.

Algumas pessoas reclamam, justamente alguns fiéis, quer dizer, que tem as pessoas que tradicionalmente, todo dia, estão lá, naquele horário, fazendo oração antes de ir para o trabalho ou no meio de uma saída do trabalho ou outra, estão lá para rezar; então, pedimos silêncio dentro do ambiente da igreja e evitar aquelas fotografias, a pessoa ficar fotografando grupão, quando tiver algum ofício, alguma celebração ou pessoas rezando.

(...) Hoje, a reclamação é: sábado e domingo, depois do meio-dia, os guias, para evitar que as pessoas entrem para participar do espetáculo “Som e Luz”, estão cobrando para visitar o sítio arqueológico. Só para a pessoa passar lá. Como tem os guias lá...Eles podem ficar no local, sem precisar dar explicação. A pessoa entra...

Então se cobra dois, três reais, uma coisa assim. As pessoas reclamam porque não podem fotografar no sítio arqueológico. Imagine todo mundo tirando foto do sítio arqueológico. É pequenininho o espaço, então... não dá, há algumas proibições. Aí reclamam, aí saem falando mal da igreja, que estamos cobrando para entrar dentro da igreja... Quer dizer, não está cobrando para entrar na igreja. Dentro da igreja, não se cobra. Só que não temos como... pagar tudo, não é. E aí dá vontade assim, fechar tudo e... (risos) Claro que a gente não vai fazer isso. (ri) Dá vontade de fechar tudo. Isso não está dando lucro, eu não vou ficar... Porque não está dando para manter mesmo. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

A interação entre os visitantes e os funcionários que já estavam na igreja antes da restauração também é ponto de eventuais conflitos que estão em processo de negociação para que se chegue a um denominador comum. Da mesma forma que acontece com o grupo de fiéis, os funcionários tinham com o espaço e seus freqüentadores uma interação que foi modificada com a inserção dos novos atores sociais. Os funcionários, mais do que os fiéis, precisaram se adaptar a nova situação de maneira rápida, pois agora prestam serviços para dois públicos distintos, que devem ser atendidos da mesma maneira. Portanto, esses atores tiveram que desenvolver habilidades para apreender a nova situação que se apresenta e necessitam transitar com desenvoltura nos dois repertórios simbólicos: aquele que vê a igreja como um lugar de oração e aquele que a vê como bem patrimonial.

Os funcionários, que não têm sangue de barata, acabam... E isso gera reclamação da cúria, que vai ao bispo, me manda o e-mail dizendo da reclamação; aí eu tenho que fazer uma acareação, saber o que está acontecendo, o que é que houve realmente, e tudo mais e tal. Ligo para a pessoa. Não foi nada daquilo que a pessoa relatou para o bispo, a coisa foi bem... mas que chegou também jogando pedra; aí o funcionário, que não tem... também não soube segurar. Tudo isso, eu estou num processo... acomodando os funcionários, para que... entrou para trabalhar? Toma maracujina. Fica calmo, porque pode acontecer alguma coisa e precisa estar de cabeça fria, para decidir, para orientar. Senão vai tudo por água abaixo. Tudo que foi pregado, tudo que está ali para o acolhimento, e as pessoas reclamando. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

A reinserção do bem patrimonial ao cotidiano com a utilização de uma abordagem que privilegia o turismo é abordada por Choay como danosa, pois a autora entende que o grande fluxo de pessoas, para o qual ele não está preparado, acaba por desgastá-lo, favorecendo sua ruína precoce. E vai além ao decretar que as práticas que privilegiam o consumo cultural do patrimônio não possuem futuro se não houver uma regulação.

A exploração do patrimônio histórico arquitetônico está, pois, fadada ao esgotamento, a menos que se reduzam os custos de manutenção e se regule o fluxo de seus consumidores. (CHOAY, 2001:228)

A analogia que podemos fazer entre essa observação da autora e a realidade que se apresenta na Igreja Nossa Senhora do Carmo é justamente a identificação dos desafios impostos ao bem patrimonial, quando este passa a exercer um papel de referência para a identidade nacional sendo transformado em ponto turístico.

O processo de transformação iniciado pelas obras de restauração e dado como encerrado pelo poder público no momento em que se encerram as festividades, ainda se mostra em andamento se olharmos pela ótica dos atores sociais ligados à igreja. Esses grupos ainda procuram se readaptar a uma nova realidade, que lhes trouxe aspectos positivos e necessários, mas que alterou a maneira como eles dialogam com o bem e o percebem. Os conflitos, mesmo que citados sempre em companhia do reforço positivo dos benefícios trazidos pelas obras, demonstram que adaptações ainda estão em curso.

Hoje existe a vontade, por parte da administração da igreja, de fazer um trabalho mais intenso de divulgação do espetáculo de “Som e Luz” e do Museu do sítio arqueológico, pois percebe-se que mesmo com a exposição feita na mídia durante o ano de 2008, muitas pessoas, mesmo de igrejas vizinhas, ainda não tem conhecimento das novas atividades. Além disso, existe uma preocupação em compatibilizar os horários de visitação dos finais de semana com eventos rotineiros que ocupam a Praça XV de Novembro e seus arredores. Desta maneira a igreja estaria inserida numa programação cultural e turística, o que poderia aumentar sua frequência. Esse incremento na divulgação tem como objetivo reverter a queda do número de visitas que, apesar de esperada, impactou na arrecadação da igreja.

E o que acontece em termos de visitação, tem uns espaços assim, por exemplo, tem um sábado, segundo sábado do mês, é um dia gastronômico, então todos os restaurantes abrem no sábado. Então há um programa, uma programação das livrarias, etc., então, estamos participando também desse espaço, para sair lá a divulgação, pode fazer visitação. A divulgação desse dia gastronômico... Agora, precisaríamos mais no domingo. E não temos como fazer com que os restaurantes abram dia de domingo. O que esvazia muito o centro. Porque as pessoas vão lá visitar e vão se alimentar aonde? (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

Além do aumento da divulgação a igreja continua sendo muito procurada para eventos musicais. Os eventos começaram no ano do bicentenário, reforçando a importância que a Capela Real tinha como local onde eram executadas as melhores músicas da colônia, e continuaram a acontecer, permitindo que a paróquia tenha uma importante fonte de renda. Também com relação aos eventos musicais, durante 2008, foi necessário um processo que os compatibilizasse com os grupos de oração, pois os horários eram coincidentes. Contudo, hoje, essa situação se mostra diferente:

E está sendo muito procurado para celebrações, para eventos, para a parte musical. Então a igreja, ela teve uma nova vida, nova situação. Embora tenhamos toda essa adaptação, mas, como ela é concebida hoje por outras pessoas, que não frequentam o cotidiano... E aí é a nossa adaptação. Vamos dizer, às vezes querem uma missa ao meio-dia; e tem o grupo que se reúne de segunda a sexta lá, meio-dia, dentro da igreja. Então eles são compreensíveis. Pelo menos o ano passado ainda permitimos marcar espetáculo de música nesse horário, e eu pedi a compreensão deles: por favor, tem que compreender, porque é o preço que nós podemos pagar, é bom para a igreja que tenha esse espetáculo... Eles compreendiam, mas sentiam o coração ainda apertado.

(...) Então eles se reuniam ali na capela do Crucificado ou então na capela do Santíssimo. Passou tudo isso. Agora, como saiu desse foco que estou falando, os espetáculos são mais feitos agora na parte da tarde, noite; então, não interfere tanto com o ritmo da igreja, porque ela fecha às 16 horas e, geralmente, esses espetáculos estão sendo solicitados para 17:30, 18, 18:30. E a procura é muito grande. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

Embora se perceba todos os desafios que a inclusão de novos usos suscitou, a avaliação da restauração é sempre muito positiva, destacando a melhora do espaço construído, que hoje possibilita que os paroquianos pratiquem seus rituais religiosos e os funcionários exerçam suas funções sem riscos eminentes.

Mas aí... vale a pena, é o que eu falo para você, vale a pena; valeu a pena a restauração, toda a dificuldade que estamos passando do lado financeiro para manutenção da igreja hoje, todas as preocupações futuras, se vamos ter dinheiro para pagar os funcionários, pagar as contas básicas no final do mês, com tudo isso, está valendo a pena. (Padre Roque – Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé)

Considerações Finais

A análise do processo de restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé, inserido no plano das comemorações dos 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil, nos ajuda a refletir a maneira como o bem patrimonial pode se tornar um instrumento para evidenciar uma memória eleita pelo poder público. Nesse sentido, o recorte histórico escolhido para orientar as escolhas técnicas de projeto corrobora os signos e símbolos de um passado que é rememorado no presente através da edificação. Entender quais são os valores que estão em jogo nesta reconstrução do passado histórico é dar um passo adiante no intuito de vislumbrar qual discurso acerca da identidade nacional está sendo criado.

No caso da Igreja Nossa Senhora do Carmo fica clara a intenção do poder público em valorizar, através da comemoração, a história da cidade do Rio de Janeiro quando essa desempenhava um papel central no país. Essa posição, que se estabelece com a vinda de D. João para a colônia e que foi reencenada em 2008 com tamanho destaque, dá indícios de que esta seria a maneira como poder público carioca gostaria que a cidade fosse identificada dentro da memória nacional.

Porém, a criação da identidade nacional através da legitimação da memória institucional relacionada ao objeto patrimonial deve ser vista com cautela, pois os signos que são postos em destaque foram indicados por agentes sociais detentores de conhecimentos específicos, que ali souberam identificar elementos históricos que coerentes com a memória que se quer ter revelada (FONSECA, 1997). A restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo nos dá provas de que a interferência feita possui objetivos claros, orientados pela imagem desejada ao final das obras. Não havia, portanto, no caso desta igreja, a possibilidade de que o resultado final espelhasse outra época senão o período joanino, pois era ele que endossava o discurso que servia ao projeto de memória enquadrada pelo poder público.

A eleição do repertório simbólico que irá compor a memória nacional tem, como um de seus objetivos, o incentivo à noção de pertencimento que religa sociedade, Estado e território. Entretanto, essa ligação deve ser baseada em um diálogo eficaz entre quem constrói o discurso e quem o recebe para que se estabeleça um elo simbólico entre os atores e a memória eleita. A “ressonância” (GONÇALVES, 2005) do discurso materializado pelo bem patrimonial junto aos atores sociais é determinante para a eficiência do projeto proposto para a memória nacional e o reforço aos laços de pertencimento.

Durante o desenvolvimento da dissertação tentei identificar quais os laços que uniam os atores à igreja e de que maneira estes a identificavam. Fiz isso tendo sempre em vista o contraponto entre a memória eleita pelo poder público, que foi, em última análise, o motivo

pelo qual a restauração foi executada, e as memórias “subterrâneas” (POLLAK, 1989) que provinham dos fiéis e funcionários. Tratar desta questão observando um período onde houve o encontro e convívio dessas memórias – as obras de restauração – e um período de surgimento de novas memórias – reabertura com a implantação de novos usos - resultou, a meu ver, numa análise válida que espelha a polissemia que cerca todo bem patrimonial, bem público que estabelece relações diferenciadas com a sociedade que o circunda. A igreja se apresenta simbolicamente tão diversa quanto são diversas as suas apropriações pelos atores que interagem com ela. Portanto, lançar um olhar sobre o patrimônio sem levar em conta as variadas percepções que dele podem provir é limitá-lo a uma análise superficial, que pouco irá revelar da natureza rica e, ao mesmo tempo, conflituosa dos processos memoriais.

E por fim, me remetendo outra vez à Canclini, entendo que é importante que implementemos uma prática consistente de estudos críticos a respeito das políticas de salvaguarda ao patrimônio. Estudos que levem em consideração a percepção dos usuários do espaço, que estabelecem com ele relações que muitas vezes fogem àquelas imaginadas pelos representantes do saber e do Estado. Esse ponto de vista promete promover um entendimento mais profundo sobre a problemática da difusão, percepção e compreensão do bem patrimonial, ajudando no desenvolvimento de práticas efetivas de educação, preservação e desenvolvimento do patrimônio. Desta maneira, caminharemos no sentido de viabilizar a democratização da cultura e tornar real a apropriação do nosso patrimônio pela sociedade.

* * *

Anexos

Anexo 1: Decreto nº 26.896 de 15 de agosto de 2006

DECRETO Nº 26.896

Decreto nº 26.896, de 15 de agosto de 2006.

Aprova a programação para as comemorações dos 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a importância de se organizar as comemorações dos 200 anos da chegada de D. João VI e da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro; CONSIDERANDO o decreto municipal nº 26.416/2006 que instituiu a Comissão de Programação de eventos referentes a essas comemorações; DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Anexo Único, que irá orientar as comemorações dos 200 anos da chegada de D. João e da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2006 – 442º de Fundação da Cidade.

Cesar Maia

D.O. RIO de 16.08.2006

ANEXO ÚNICO

1- As festividades estarão divididas ao longo dos 12 meses de 2008, representando cada mês um ano do período joanino, que durou 13 anos (1808-1821), exceto o mês de maio que abrangerá dois anos;

2- O centro das comemorações será a atual Praça XV de Novembro (antigo Terreiro do Paço) que terá por núcleo a Igreja de N. S. do Carmo - Antiga Sé, que também foi a Capela Real;

3- Durante o ano de 2008, na Igreja de N. S. do Carmo voltaria a funcionar a Capela Real, onde seriam realizados concertos com músicas de época - do Padre José Maurício Nunes Garcia, Marcos Portugal, Sigismund Neukomm e D. Pedro I;

4- Grandes espetáculos de teatro de rua irão reproduzir a chegada da Família Real, com obediência estrita aos relatos sobre o desembarque, e a aclamação de D. João VI, com a reprodução dos monumentos efêmeros que foram desenhados e construídos na ocasião, transformando a Praça XV num imenso cenário;

5- Dentre as peças teatrais encenadas para a Família Real no Teatro São João, duas serão selecionadas para serem remontadas, aos gostos contemporâneos;

6- Um filme para televisão será produzido, em 12 episódios, sobre a Família Real no Rio de Janeiro;

7- A partir do 2º semestre de 2007, serão publicados mensalmente livros sobre o período, além de outros editados na época pela Imprensa Régia, que juntos irão compor a Coleção 200 anos da Chegada de D. João ao Rio;

8- Três grandes exposições serão organizadas: sobre pintura - Nicolas Antoine Taunay, arquitetura - Grandjean de Montigny e de documentos sobre a estada da Família Real na cidade;

9- Concurso de Monografias - Prêmio D. João VI - sobre a estada de D. João e da Família Real no Rio de Janeiro e o impacto sobre a cidade. Além do prêmio, a obra escolhida encerrará a coleção de livros que a Comissão publicará;

10- Concurso entre estudantes da 5ª a 7ª série do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino, irá premiar o melhor desenho e a melhor redação sobre a estada da Família Real no Rio de Janeiro

Anexo 2: Roteiro das entrevistas

1º Roteiro – Paroquianos da igreja e funcionários:

1. Qual a sua idade?
2. Onde você mora?
3. Como você faz para chegar aqui?
4. Você vem sozinho ou acompanhado? De quem?
5. Como é a sua vida espiritual? E dentro do catolicismo?
6. Há quanto tempo você frequenta a Igreja Nossa Senhora do Carmo?
7. Você conhece outros frequentadores?
8. Por que você frequenta essa igreja?
9. Como é sua rotina aqui na igreja?
10. Conhece o pároco e seus auxiliares?
11. Participa de irmandades e/ou de eventos promovidos pela igreja como novenas, festas, quermesses, campanhas etc?
12. Qual a importância que as atividades na igreja têm no seu dia a dia?
13. Que lembranças você guarda dessa igreja (se é que guarda alguma)?
14. Como você soube das obras de reforma? Você acha que as obras eram necessárias?
15. A seu ver qual é a importância histórica dessa igreja e por que ela merece ser preservada?
16. Como ficou sua rotina durante as obras, enquanto a igreja esteve fechada?
17. O que você achou do resultado das obras?
18. Você identificou alguma mudança no tipo de público que frequenta a igreja depois das obras?
19. Você identificava essa igreja com a vinda da Família Real antes das obras?
20. Você ouviu falar da comemoração do bicentenário da chegada da Família Real ao Brasil? O que você sabe a respeito?
21. Você participou ou acompanhou de alguma maneira os eventos de comemoração?
22. O que você acha do espetáculo de “Som e Luz” e do Museu do sítio arqueológico que foram instalados aqui na igreja?
23. Como ficou sua rotina aqui na igreja depois das obras?
24. Você costuma frequentar outros lugares aqui na Praça XV de Novembro?

2º Roteiro – Fundação Roberto Marinho – Mariângela Castro

1. Como se deu a sua formação profissional?
2. Como você avalia a trajetória da preservação do patrimônio nacional no Brasil?
3. Qual é a sua história na Fundação Roberto Marinho?
4. Quais são as atribuições do cargo que você ocupa hoje?
5. Como você vê a atuação da Fundação Roberto Marinho dentro do cenário da preservação do patrimônio nacional?
6. Como foi o processo que resultou na restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé?
7. Em sua opinião, qual é a relevância desta Igreja para a memória nacional?
8. Existe alguma diferença entre o projeto encomendado e o que está sob a direção da Fundação Roberto Marinho?
9. Conte-me como foi a sua atuação nesta obra.
10. Houve alguma orientação específica com relação ao que se queria como resultado final?

11. Como você avalia o recorte que foi feito - a igreja à semelhança da época de D. João - para a restauração?
12. Como foi a interação entre os profissionais que participaram das obras de restauração?
13. Houve algum impasse durante a fase de projeto ou obra? Como ele foi resolvido?
14. Como ocorreu a inclusão do sítio arqueológico e do espetáculo de "Som e Luz"? Em que medida eles contribuíram para este patrimônio?
15. Depois mais de um ano da reabertura da igreja como a obra vem repercutindo junto ao público, nos órgãos formadores de opinião e profissionais de restauração?
16. A Praça XV de Novembro é uma das áreas que integram o Corredor Cultural. Como você vê esse projeto? E como você acha que ocorre esse diálogo entre a igreja e a Praça XV?

3º Roteiro – Mitra arquidiocesana -Padre Roque:

1. Como se deu a sua história dentro da vida espiritual? E dentro do catolicismo?
2. Como você avalia a preservação do patrimônio no Brasil?
3. Quais são as atribuições da posição que você ocupa?
4. Como foi o processo que resultou na restauração da Antiga Sé?
5. Em sua opinião, qual a relevância dessa igreja para a memória nacional?
6. Conte-me como foi a sua atuação nessa obra.
7. Houve alguma orientação específica com relação ao que se queria como resultado final?
8. Como você avalia o recorte que foi feito – a igreja à semelhança da época de D. João VI – para a restauração?
9. Como foi a sua interação com os profissionais que participaram das obras de restauração?
10. Houve algum impasse durante a fase de projeto ou obra? Como ele foi resolvido?
11. Como você avalia a inclusão do sítio arqueológico e do espetáculo de “Som e Luz”? Em que medida eles contribuem para a igreja?
12. Depois de mais de um ano, como as obras vêm repercutindo junto aos paroquianos e público?
13. Como foi a participação dos paroquianos nesta obra?

Anexo 3: Alvará de 15 de Junho de 1808

Fonte: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_30/alva1506.htm; Acesso em 11 de maio de 2009.

Alvará - de 15 de Junho de 1808

Condecora a Sé Cathedral do Rio de Janeiro com o titulo de Capella Real.

Eu o Principe Regente faço saber aos que este Alvará com força de lei virem, que sendo-me presente a situação precaria e incommoda, em que se acham o Cabido e mais Ministros da Cathedral desta minha Cidade e Côrte do Rio de Janeiro, em uma Igreja alheia e pouco decente para os Officios Divinos; e desejando estabelecer-lhes um local, em que com o devido decoro possam exercer o Ministerio de suas funcções sagradas, não só por seguir o exemplo de meus augustos predecessores, mas principalmente por serem os Senhores Reis de Portugal os primitivos fundadores e perpetuos padroeiros de todas as Igrejas do Estado do Brazil, concorrendo por essa razão com tudo o que era necessario para a conservação e fabrica das mesmas Igrejas; e considerando por uma parte as necessidades actuaes e mais urgentes do Estado, a que cumpre acudir sem demora, e que me não permitem continuar as obras da nova Cathedral, a que dera principio meu Augusto Avô o Senhor Rei D. João V. de gloriosa memoria; e por outra parte não querendo perder nunca o antiquissimo costume de manter junto ao meu Real Palacio uma Capella Real, não só para maior commodidade e edificação da minha Real Familia, mas sobretudo para maior decencia, e esplendor do Culto Divino., e Gloria de Deus, em cuja omnipotente providencia confio que abençoará os meus cuidados e os desvelos com que procuro melhorar a sorte de meus vassallos na geral calamidade da Europa: tendo ouvido sobre esta materia pessoas mui doutas e zelosas do serviço de Dens(*), e meu, e juntamente com o parecer do Bispo Diocesano na parte que pode tocar á sua jurisdicção espiritual e ordinaria; fui servido adoptar o plano que nas presentes circumstancias mais conviesse, ordenando a este respeito o seguinte:

I. Que o Cabido da Cathedral seja logo com a possivel brevidade transferido com todas as pessoas, Cantores e Ministros, de que se compõe no estado actual em que se acha na Igreja da Confraria do Rosario, para a Igreja que foi dos Religiosos do Carmo, contigua ao Real Palacio da minha residencia; para onde se passarão igualmente todos os vasos sagrados, paramentos, alfaias e todos os moveis que pertencerem ao mesmo Cabido e possam de alguma sorte servir no exercicio de suas funcções.

II. Que todos os sobreditos membros do Cabido sejam deste logo e para o futuro reputados por Ministros da minha Capella Real, e como taes gozarão de todos os privilegios, immunidades e isenções que por costumes antiquissimos e Bullas Pontificias tem sido concedidos á Capella Real dos Senhores Reis meus predecessores.

III. Que em consequencia dos mesmos privilegios, não só os Conegos de que presentemente consta o Corpo Capitular, mas todos os mais que eu for servido accrescentar para o futuro, poderão usar de alguma differença no feitio dos roquetes e cores das murças, segundo o accordo que eu for servido fazer com o meu Capellão Mór, em quem concorre igualmente a jurisdicção ordinaria e delegada desta Diocese.

IV. Que além da corporação e da hierarchia dos Conegos, deve haver uma nova hierarchia de Conegos graduados, a que se poderá dar o nome e o tratamento de Monsenhores, na qual poderão entrar os Monsenhores que vieram da Patriarchal de Lisboa e outras, que eu for servido accrescentar para o futuro, occupando pela sua antiguidade a precedencia no coro e no Altar dentro e fora da Igreja e usando dos mesmos habitos e insignias, sem exceptuar a Mitra que estou na posse de permitir em Lisboa aos Monsenhores não Mitrados.

V. Que os Ministros das duas hierarchias entrarão nas funcções do Culto Divino e no serviço da Capella, constituindo um só corpo na união de um só Prelado, porém segundo a sua

gradação e do modo mais approximado, que for possível, ao estylo da Santa Igreja Patriarchal de Lisboa, sem comtudo se derogarem os Estatutos da Cathedral, nas partes em que forem compativeis com o dito estylo, emquanto se não formam novos estatutos inteiramente conformes e adaptados ao novo arrançamento da Capella.

VI. Que na mesma razão das funções e dos deveres se devem considerar todos os direitos e privilegios do antigo Cabido diffundidos e communicados a todos os membros das duas hierarchias, sem differença alguma de votos nas deliberações e negocios capitulares, á excepção daquella que por direito commum é concedida ao Presidente da Capella ou Decano, que deve ser sempre o Monsenhor mais antigo.

VII. Que assim como entre os antigos Conegos existem alguns que sem differença de voto e de gradação percebem sómente o meio ordenado ou congrua de 150\$000, da mesma sorte a respeito de cada um dos Ministros em qualquer das duas hierarchias fica sempre reservado a meu real arbitrio aquelle ordenado que segundo seus merecimentos e serviços for servido conceder-lhe, sem que jámais possa servir de aresto para igualdade dos ordenados, a igualdade da gradação; e o mesmo se entenderá com os Capellães e mais Ministros inferiores que possa haver na Capella.

VIII. Que dentro da mesma Capella Real se conservará uma parochia privativa para os criados da minha Real Casa e familia, de que será parochio um Sacerdote, que eu nomear e que será ao mesmo passo Conego nato da Capella.

IX. Que para obviar os embaraços e a confusão que poderiam resultar de duas parochias existentes dentro da capella; sou servido ordenar que ficando sempre para o futuro Conego nato da minha Capella Real, como já o era da Sé, o Cura da mesma, entretanto se conserve esta Freguezia na mesma Igreja do Rosario, emquanto não sou servido designar-lhe outra mais acomodada e decente.

E este se cumprirá, como nelle se contém. Pelo que mando á Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Presidente do meu Real Erario; Regedor da Casa da Supplicação do Brazil; Bispo desta Diocese, e mais Autoridades Ecclesiasticas; Governador da Relação da Bahia; Governadores do Brazil, e dos meus Dominios Ultramarinos; e a todos os Ministros de Justiça, e mais pessoas, a quem pertencer o conhecimento e execução deste Alvará, que o cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, tão inviolavelmente, como nelle se contém, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, ou ordens em contrario; porque todos e todas hei por derogadas para este effeito sómente, como se delles fizesse expressa e individual menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E este valerá como carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella não há de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação em contrario: registrando-se em todos os logares, onde se costumam registrar semelhantes Alvarás. Dado no Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Junho de 1808.

PRINCIPE com guarda.

D. Fernando José de Portugal.


Alvará por que Vossa Alteza Real ha por bem de condecorar a Sé Cathedral desta Cidade do Rio de Janeiro com o titulo e dignidade de Capella Real, transferindo-a para a Igreja contigua ao Seu Real Palacio, e dando outras providencias a este respeito na forma acima declarada.

Para Vossa Alteza Real ver.

João Alvares de Miranda Varejão o fez.

Anexo 4: Decreto de Tombamento da Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé

Fonte: Arquivo Noronha Santos. Registro fotográfico realizado em 02 de dezembro de 2009.

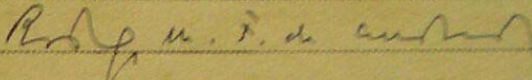
 **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE** 3/1941

Proc. 311-T

Catedral Metropolitana - Distrito Federal

A vista do requerimento de fls. 1, que importa no espontâneo reconhecimento de uma situação de fato, inscreva-se o imóvel nos Livros do Tombo nº 2 e 3.

Em 29 de dezembro de 1941


Rodrigo M.F. de Andrade
Diretor

Inscrito sob o n.º 186, fl.º 31, do Livro do Tombo Histórico e sob o n.º 253, fl.º 55, do Livro das Belas Artes, em 29 de dezembro de 1941

Judith Martins
Perito em Belas Artes

Anexo 5: Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984

D.O. RIO

Ano X. n.º 14 Parte IV – Rio de Janeiro – Quinta-feira, 19 de janeiro de 1984.

LEI N. 506 DE 17 DE JANEIRO DE 1984

Cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de proteção paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

O PREFEITO DO RIO DE JANEIRO,

Faço saber que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica criada a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, delimitada conforme o disposto no Art.3º do Decreto n. 4.141, de 14 de julho de 1983.

Art. 2º - Passam a vigorar para a Zona Especial do Corredor Cultural as condições de preservação, reconstituição e renovação das edificações, bem como de revitalização de usos e espaços físicos de recreação e lazer, definidas nas notas, quadros e critérios constantes do PA 10.290 e do PAL. 38.871.

Parágrafo único - vetado.

Art. 3º - A Zona Especial do Corredor Cultural fica subdividida em 3 (três) subzonas denominadas, respectivamente, de preservação ambiental, de reconstituição e renovação urbana, que se acham delimitadas nas plantas do PA 10.290 e do PAL 38.871.

Parágrafo único - integram a subzona de preservação ambiental, além das áreas nela incluídas pela PA 10.290 e pelo PAL 38.871:

a) as quadras situadas entre a Avenida Augusto Severo e a Rua da Lapa (lado ímpar) desde o Largo da Lapa e o Passeio Público ao relógio da Glória no fim da amurada da Rua da Glória;

b) as quadras situadas entre a Rua da Lapa (lado par) e as Ruas Teotônio Regadas, Joaquim Silva e Conde de Lages;

c) as quadras situadas entre as Ruas Silva Jardim, Lavradio e Senado e a Praça Tiradentes;

d) vetado

e) as quadras situadas entre as Ruas Uruguaiana, Ramalho Urtigão, Sete de Setembro e Reitor Azevedo Amaral.

Art. 4º - Na subzona de preservação ambiental:

I – serão mantidas as características arquitetônicas, artísticas e decorativas que compõem o conjunto das fachadas e dos telhados dos prédios ali situados;

II – quaisquer modificações de uso e quaisquer obras de alteração interna ou de acréscimo nos mesmos prédios, inclusive alterações que impliquem derrubada ou acréscimo dos muros divisórios existentes, somente poderão ser aprovadas pelos órgãos competentes da Prefeitura após a audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural criado pela Portaria “p” n. 11, de 21 de junho de 1983, do Instituto Municipal de Arte e Cultura – RIOARTE, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III – nos terrenos não edificados até a data desta lei, quaisquer construções obedecerão aos parâmetros fixados nas notas, quadros e critérios do PA 10.290 e do PAL 38.871;

IV – a reconstrução total ou parcial dos prédios será permitida quando conservadas as características das fachadas e a volumetria originais e mediante a previa audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural.

Art. 5º - Na subzona de reconstituição:

I – será permitida a recuperação dos elementos arquitetônicos, artísticos e decorativos que anteriormente compunham o conjunto das fachadas e coberturas dos prédios existentes na área;

II – a aprovação dos projetos de reconstrução será precedida de audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural.

Art. 6º - Na subzona de renovação urbana qualquer edificação a ser erguida deverá obedecer a projeto integrado no conjunto arquitetônico ao qual pertence, obedecendo às alturas máximas determinadas nas notas, quadros e critérios do PA 10.290 e do PAL 38.871.

Art 7º – Na Zona Especial do Corredor Cultural ficam ainda:

I – obrigatoriamente mantidos os usos, a capacidade e a localização no pavimento térreo das salas de espetáculo nas edificações existentes, os quais prevalecerão mesmo nos casos de reconstrução.

II – proibidas as construções de prédios com uso exclusivo de edifícios-garagem ou daqueles em que haja predominância de pavimentos-garagem;

III – isentas da exigência de vagas de garagem somente as transformações de uso dos imóveis localizados na subzona de preservação ambiental.

IV – subordinadas à prévia audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural as licenças para a colocação de letreiros, anúncios ou quaisquer outros engenhos de publicidade, observadas, no mínimo, os critérios estabelecidos nos parágrafos deste inciso.

§ 1º - A colocação de anúncios, letreiros ou quaisquer engenhos de publicidade paralela à fachada somente será permitida abaixo da marquise, não podendo ultrapassar a altura do pavimento térreo.

§ 2º - A colocação de anúncios, letreiros ou quaisquer engenhos de publicidade perpendicular à fachada não poderá ultrapassar 1,20m (um metro e vinte centímetros) de balanço, observando a distância mínima de 1,00m (um metro) do meio fio, e deverá permitir uma livre de 2, 80m (dois metros e oitenta centímetros).

Art. 8º - vetado

Art. 9º - vetado

Art. 10 – Fica instituído como órgão permanente do Município, vinculado ao Instituto Municipal de Arte e Cultura – RIOARTE, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Grupo Executivo do Corredor Cultural, ao qual caberá:

a)..... vetado;

b) acompanhar a execução das obras, instalações, bem como aquisição de equipamento e mobiliário urbano destinado ao Corredor Cultural;

c) zelar pela manutenção física e operacional do Corredor Cultural, requisitando dos órgãos municipais os serviços de sua competência, e pleitear os serviços de competência extramunicipal.

d) propor ao Poder Executivo, para aprovação pela Câmara Municipal, alterações na Zona Especial do Corredor Cultural;

e) elaborar o calendário dos eventos culturais, sociais e turísticos do Corredor Cultural;

f) promover os meios financeiros necessários à realização dos programas e das atividades culturais pertinentes ao Corredor Cultural, incluídas as dotações com esse fim a serem consignadas a cada exercício no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual do Município.

Art. 11 – O Grupo Executivo do Corredor Cultural será integrado por:

a) três representantes do Instituto Municipal de Arte e Cultura – RIOARTE, um dos quais o presidirá;

b) o Diretor do Departamento Geral de Cultura, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

c) um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

d) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

Geral;

e) um representante da Secretaria municipal de Fazenda;

f) vetado

g) o Administrador Regional da II Região Administrativa, da Coordenação das Administrações Regionais Sul, do Gabinete do Prefeito;

h) um representante da Associação dos Moradores do Centro, escolhido em assembléia-geral convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo único – Os membros do Grupo Executivo do Corredor Cultural serão nomeados pelo Prefeito e não receberão qualquer remuneração pelos seus serviços, que serão considerados trabalhos relevantes em favor do município.

Art. 12 - vetado

Art. 13 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1984

MARCELLO ALENCAR

Prefeito

(ref. Ao proc. 01/03.776/83)

Anexo 6: Decreto nº 26416 de 27 de abril de 2006

DECRETO Nº 26416 DE 27 DE ABRIL DE 2006.

Dispõe sobre o ano de 2008 e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que no ano de 2008 completam-se os 200 anos da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e; CONSIDERANDO a importância deste fato e seus desdobramentos para a Cidade,

DECRETA:

Art. 1º O ano de 2008 fica declarado "Ano dos 200 anos da Chegada da Família Real ao Rio de Janeiro".

Art. 2º Fica constituída Comissão de Programação dos Eventos - DJVI - 2008 -tendo como membros os Secretários das Culturas e do Patrimônio, coordenada pelo ilustre convidado Embaixador Alberto da Costa e Silva, cuja secretaria executiva ficará localizada no Palácio da Cidade.

§ 1º A Comissão DJVI - 2008 articular-se-á com entidades públicas e privadas que estejam trabalhando com o mesmo fim, aprovando, em última instância, os Projetos relativos à Lei de Incentivo à Cultura concernentes à 2006 e 2007.

§ 2º As Secretarias e órgãos da Prefeitura prestarão apoio solicitado pela Comissão.

Art. 3º A Secretaria do Patrimônio desenhará um percurso no Centro da Cidade que será conhecido como "Corredor Imperial" adotando as providências de sinalização e divulgação dos roteiros e apoio turístico-cultural ao mesmo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2006 - 442º de Fundação da Cidade.

CESAR MAIA

D.O.RIO 28.04.2006

Anexo 7: Decreto Nº 24877 de 24 de novembro de 2004 do Rio de Janeiro

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o bicentenário da chegada ao Rio de Janeiro de D. João VI em 7 de março de 1808; DECRETA:

Art. 1º A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro iniciará desde já a preparação dos festejos de comemoração do bicentenário da chegada à Cidade do Rio de Janeiro do Príncipe Regente D. João VI no dia 7 de março de 1808.

Art. 2º Será considerado o bicentenário, todo o período desde 1 de janeiro de 2005, e para isso todos os fatos ocorridos desde 1 de janeiro de 1805 - em Portugal e no Brasil - e que culminaram com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro serão elencados, lembrados, analisados e estudados.

Art. 3º Imediatamente as Secretarias Municipais de Educação e das Culturas, a Secretaria Especial de Turismo, o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP e a Empresa Municipal de Multimeios - MULTIRIO, constituirão equipe que definirá os passos, listará os fatos, os levará a cada etapa as escolas municipais, estimulará novos estudos e pesquisas, fará publicações ou apoiará reedições assim como adotará outras decisões que se fizerem necessárias.

§ 1º Para bem cumprir o disposto no caput a equipe acima poderá propor a celebração de convênios com instituições de ensino e pesquisa, assim como com outras instituições afins e propor bolsas e contratações de estudos, publicações, artigos e outras iniciativas convergentes.

§ 2º A equipe poderá - se assim entender - propor o comissionamento de um historiador para sua coordenação.

§ 3º Imediatamente será pedido a um historiador um artigo de abertura deste processo dos fatos anteriores que culminaram nas condições de 1 de janeiro de 1805, incluída as circunstâncias da regência de D. João VI, de sua formação, de seu casamento, da inserção européia de Portugal, do desmembramento anterior dos governos gerais no Brasil, os antecedentes pombalinos, de forma não extensiva para publicação no D. O. Rio e ampla divulgação, leitura e estudo nas escolas municipais.

§ 4º A Secretaria Municipal das Culturas promoverá ações nesta mesma direção observadas as orientações da equipe criada neste Decreto.

Art. 4º O calendário de fatos, desde 1 de janeiro de 1805, será publicado - passo a passo - com antecipação no Diário Oficial - com referência na primeira página - de forma a informar a toda Prefeitura, seus órgãos e escolas e aos interessados.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2004 - 440º de Fundação da Cidade

CESAR MAIA

Anexo 8: Decreto 26239 de 06 de março de 2006

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a experiência de Cidades em relação a seu patrimônio histórico-cultural; CONSIDERANDO a necessidade da Prefeitura assumir as responsabilidades dentro e fora de seu campo, tendo em vista as transições político-administrativas; CONSIDERANDO as necessidades urgentes relativas ao patrimônio histórico-cultural, DECRETA:

Art. 1º A Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais denominar-se-á Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro - SEDREPAHC.

Art. 2º Cabe a SEDREPAHC:

I - defender e promover o patrimônio histórico e cultural relativo aos imóveis e equipamentos;
II - defender, promover e revitalizar o patrimônio urbano-histórico e cultural e sua ambiência;
III - promover a memória histórica e cultural, seja através da pesquisa, publicações, exposições ou eventos;

IV - promover, defender e desenvolver o meio ambiente no que se refere às características de seu patrimônio histórico-cultural;

V - promover, defender e desenvolver as atividades econômicas no que se refira às características histórico-culturais;

VI - desenvolver as atividades arqueológicas necessárias; e,

VII - desenvolver as atividades museológicas necessárias.

Art. 3º Incorporam-se à SEDREPAHC o Departamento Geral de Patrimônio Cultural - DGPC e o Conselho de Patrimônio Cultural.

Art. 4º Ficam delegadas à SEDREPAHC as funções de fiscalização e autorização para licenciamento no que se refere às atribuições elencadas no artigo 2º, inclusive o poder de polícia relativo, seja em relação ao já disposto nos regulamentos, seja como ao que a SEDREPAHC entender como de sua atribuição preliminar.

Art. 5º Resoluções Conjuntas da Secretaria Municipal das Culturas - SMCs e da SEDREPAHC, estabelecerão as responsabilidades sobre as atividades museológicas, seja em relação a processos ou a equipamentos.

Art. 6º Ficam transferidas para a Secretaria Municipal das Culturas a gestão e acompanhamento do Cassino da Urca e do Circo Voador.

Art. 7º Fica subordinada diretamente ao Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos a coordenação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 8º Fica transferida, sem prejuízo das vinculações legais, para a Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais - SEPDA à Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro - RIOZOO.

Parágrafo Único - Em decorrência do citado no Art. 8º, ficam transferidos, incluindo as atividades, todo o pessoal, bem como o acervo documental, equipamentos, móveis, utensílios programas de trabalho e rubricas orçamentárias relativas à RIOZOO.

Art. 9º Fica criada a Macrofunção Patrimônio-Urbano-Histórico e Cultural constituída pela, Secretaria Municipal das Culturas - SMCs, Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU, Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro - SEDREPAHC, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP e a Fundação Parques e Jardins - FPJ.

Art. 10 O IPP pode ser acionado diretamente por qualquer Secretaria.

Art. 11 O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro pode ser acionado diretamente pelas SMU e SEDREPAHC.

Art. 12 A Secretaria Municipal de Administração deve proceder imediatamente concursos públicos para historiadores, historiadores de arte, arqueólogos e museólogos.

Art. 13 Ficam revogados os Decretos nº 22.410, de 11 de dezembro de 2002 e nº 25.004, de 05 de janeiro de 2005.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2006 - 442º de Fundação da Cidade

CESAR MAIA

Anexo 9: Decreto 26553/06 de 19 de maio de 2006

Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br>, acesso em 30 de agosto de 2009

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e CONSIDERANDO a edição do Decreto nº [26.239](#) de 6 de março de 2006, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, na forma do ANEXO I do presente ato, a estrutura organizacional da Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórica-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro - SEDREPAHC.

Art. 2º As competências da Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórica-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro - SEDREPAHC são as constantes do ANEXO II, que acompanha o presente ato.

Art. 3º Ficam transferidos os cargos em comissão das Unidades Administrativas abaixo indicadas para compor a estrutura organizacional da SEDREPAHC.

Cargo.....U.A.

19485.....00001 19540.....00001 19735.....01400 03487.....01300 16893.....01300
04993.....01600

Art. 4º Ficam excluídos do Art. 1º do Decreto nº 25.001/05, alterado pelo Decreto nº 25.827/05, os cargos em comissão, conforme se segue:

Cargo.....U.A.

19735.....01400 03487.....01300 16893.....01300 04993.....01600

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2006 - 442º ano da fundação da Cidade.

CESAR MAIA

ANEXO I

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

038888 SEDREPAHC Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórica-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro
022086 Secretário Extraordinário.....S/E 022319 Assistente
I.....DAS06 022317 Assistente II.....DAI06 022318
Assistente II.....DAI06 038897 PACH/CMPC Conselho Municipal de
Proteção do Patrimônio Cultural do RJ 022314 Presidente de Órgão
Colegiado.....DAS09 022335 Assistente II.....DAI06 039194
PAHC/CPC Coordenadoria de Proteção e Conservação 022334 Coordenador
I.....DAS09 022333 Assistente II.....DAI06 039192
PAHC/CPC/GP Gerência de Proteção 022325 Gerente II.....DAS07
022324 Assistente II.....DAI06 039191 PAHC/CPC/GC Gerência de
Conservação 022323 Gerente II.....DAS07 022315 Assistente
II.....DAI06 039190 PAHC/CPC/GC/1º ET 1º Escritório Técnico - Corredor
Cultural 022322 Gerente III.....DAS06 039189 PAHC/CPC/GC/2º ET 2º
Escritório Técnico 022321 Gerente III.....DAS06 039188
PAHC/CPC/GC/3º ET 3º Escritório Técnico 022320 Gerente III.....DAS06
039184 PAHC/CPC/GCP Gerência de Cadastro e Pesquisa 022316 Gerente
III.....DAS06 039193 PAHC/CPE Coordenadoria de Projetos Especiais
022332 Coordenador I.....DAS09 022331 Assistente

II.....DAI06 039187 PAHC/CPE/EMQ Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz 022330 Gerente II.....DAS07 022328 Assistente II.....DAI06 022329 Assistente II.....DAI06 039186 PAHC/CPE/GA Gerência de Arqueologia 022327 Gerente III.....DAS06 039185 PAHC/CPE/GPO Gerência de Projetos e Obras 022326 Gerente III.....DAS06

ANEXO II

COMPETÊNCIAS

038888 SEDREPAHC Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórica-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro - Proteger e promover o patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro;

- fiscalizar e autorizar o licenciamento de obras relativas ao patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro e sua ambiência;

- planejar, coordenar, desenvolver e supervisionar programas, projetos e demais ações técnicas necessárias para a proteção, a conservação e a preservação dos bens tangíveis e intangíveis que integram o patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro, respeitada a legislação em vigor;

- promover iniciativas com outros níveis de governo para realização dos objetivos da política do patrimônio cultural e para a integração das ações de proteção e de conservação entre órgãos e entidades municipais, estaduais e federais;

- tratar, gerar e manter atualizado o banco de dados sobre o patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro e proporcionar os meios de acesso às informações;

- promover ações que visem a impedir a evasão, a destruição e descaracterização de bens e documentos de valor cultural do Município do Rio de Janeiro;

- manter intercâmbio com órgãos públicos, privados ou pessoas físicas e jurídicas, visando a preservação da memória e a proteção do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro.

038897 PACH/CMPC Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do RJ - Propor ao Prefeito medidas executivas que visem à proteção individual de bens arquitetônicos e das áreas ou conjuntos urbanos que devem ser objeto da preservação parcial ou total, bem como ao seu tombamento;

- pronunciar-se em qualquer ato que de alguma forma altere a aparência, a integridade, a segurança ou a visibilidade do bem tombado pelo Município, conforme determinado pela legislação municipal;

- proceder às inscrições no(s) Livro(s) de Tombo e nos Livros de Registro dos Bens de Natureza Imaterial;

- promover a valorização do patrimônio cultural.

039194 PAHC/CPC Coordenadoria de Proteção e Conservação - Promover a integração com os órgãos municipais de planejamento urbano, de obras, de fiscalização e arrecadação, bem como com os responsáveis pelas áreas e bens protegidos e tombados, garantindo a gestão eficaz do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro;

- definir e propor critérios de identificação, classificação e atualização de áreas e bens de interesse cultural para fins de proteção legal pelo Poder Público Municipal;

- promover a valorização do patrimônio cultural através da colaboração em campanhas publicitárias, cursos, seminários, principalmente junto às populações locais;
 - subsidiar e instruir tecnicamente o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural em suas decisões;
 - planejar as ações de fiscalização e de autorização de licenças de obras relativas ao patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro e sua ambiência;
 - supervisionar os Escritórios Técnicos, visando à implementação dos critérios definidos para as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural e demais bens protegidos e tombados;
 - desenvolver, coordenar e supervisionar programas e demais ações técnicas necessárias para a proteção, a conservação e a preservação dos bens tangíveis e intangíveis que integram o patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro, respeitada a legislação em vigor;
 - coordenar a realização do inventário, da pesquisa, do cadastramento, da divulgação e da fiscalização dos bens de valor cultural do Município do Rio de Janeiro;
 - prover os meios necessários à formulação e realização dos programas e demais ações visando à integridade e à valorização do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro;
 - analisar e emitir parecer, previamente à aprovação pelos órgãos competentes da Prefeitura, sobre pedidos de modificação de uso; de quaisquer obras internas e externas; de licenças de renovação e colocação de letreiros, anúncios ou engenhos de publicidade; de isenções de impostos e taxas municipais, relativos às áreas e bens protegidos do Município do Rio de Janeiro;
 - promover a organização e atualização do acervo técnico da área de Patrimônio;
 - promover e incentivar a participação das comunidades locais nas ações que visem à proteção e conservação do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro;
 - promover ações que visem a impedir a evasão, a destruição e descaracterização de bens de valor cultural do Município do Rio de Janeiro;
 - manter intercâmbio com órgãos públicos, privados ou pessoas físicas e jurídicas, visando à proteção e conservação do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro;
 - interagir com os demais órgãos municipais visando ações conjuntas que visem a proteção e a conservação do patrimônio cultural municipal e a reabilitação física das áreas urbanas degradadas.
- 039192 PAHC/CPC/GP Gerência de Proteção - Identificar, inventariar, classificar e registrar áreas urbanas e bens culturais tangíveis e intangíveis de interesse para proteção legal pelo Município do Rio de Janeiro;
- estabelecer parâmetros de proteção aplicados às áreas de interesse, aos bens culturais tangíveis com suas respectivas áreas de entorno e aos bens de natureza intangível;
 - revisar e atualizar os critérios de proteção aplicados às Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, bens protegidos e respectivas áreas de entorno;
 - colaborar na formulação da política de educação patrimonial e capacitação técnica, juntamente com órgãos afins na área educacional;
 - manter interface com os órgãos municipais de planejamento urbano, desenvolvimento econômico, educação, habitação e promoção social, assim como os de âmbito federal e estadual de proteção do patrimônio cultural;

- instruir processos de intervenção física em imóveis construídos em data anterior a 1938, para deliberação do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural - CMPC, de acordo com o Decreto nº 20.048/01;
- visar plantas dos processos de intervenção física nos imóveis construídos em data anterior a 1938, após deliberação do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural - CMPC;
- identificar, inventariar e classificar os bens culturais móveis passíveis de tombamento, no âmbito do Município;
- alimentar o banco de dados relativo ao acervo do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro com as informações inerentes às áreas de proteção;
- alimentar banco de dados relativo ao acervo dos bens imóveis de interesse cultural;
- desenvolver programas, projetos e demais ações técnicas relativas a reabilitação das áreas urbanas protegidas que se encontrem em degradação físico-social em conjunto com os órgãos da administração pública.

039191 PAHC/CPC/GC Gerência de Conservação - Gerenciar os Escritórios Técnicos;

- gerenciar, analisar, orientar e supervisionar projetos e intervenções em bens culturais particulares protegidos inseridos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural e em áreas de entorno de bens protegidos;
- gerenciar as ações de fiscalização e de autorização de licenças de obras relativas ao patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro e sua ambiência;
- manter interface com os órgãos municipais de planejamento urbano, de fiscalização, de obras e com os órgãos federais e estaduais de patrimônio cultural;
- promover ações que visem à conservação e à valorização das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural e das áreas de entorno de bem tombado do Município do Rio de Janeiro;
- monitorar o cumprimento dos parâmetros de proteção previstos na legislação de patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro;
- propor normas para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais tombados, preservados e tutelados.

039190 PAHC/CPC/GC/1º ET 1º Escritório Técnico - Corredor Cultural - Vistoriar, autorizar licença, fiscalizar e orientar as obras de reformas, adaptações de uso e restaurações dos bens culturais particulares protegidos pelo Município;

- emitir pareceres prévios, referentes aos imóveis situados nas áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
- orientar e emitir parecer em processos de licenciamento para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais tombados, preservados e tutelados, nas áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
- elaborar pareceres técnicos para subsidiar a análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural em imóveis protegidos, situados em áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
- visar plantas dos processos de intervenção física em bens culturais protegidos e em letreiros, no caso dos imóveis tombados;
- analisar os processos de isenção tributária visando emitir parecer quanto ao estado de conservação e estabelecer as exigências para recuperação dos imóveis protegidos pelo Município, Estado e União, bem como os situados nas áreas sob tutela do Escritório Técnico;

- incentivar a participação das comunidades locais nas ações relativas à preservação do patrimônio cultural das áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
 - informar aos demais órgãos competentes os bens protegidos que se encontram em mau estado de conservação ou com obras irregulares em execução, detectados através da fiscalização local periódica;
 - avaliar e propor as ações, visando ao cumprimento da legislação de proteção do patrimônio cultural da Cidade, propondo a revisão da legislação, quando necessário;
 - manter cooperação com os órgãos de planejamento urbano, de fiscalização de obras, garantindo as ações necessárias à preservação do que for considerado bem cultural;
 - acompanhar a execução dos programas de proteção, de recuperação e valorização do patrimônio cultural e do ambiente urbano;
 - colaborar na análise e implantação dos projetos paisagísticos e/ou urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), em áreas de entorno e/ou nos demais espaços públicos protegidos;
 - avaliar e propor normas para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais tombados, protegidos e passíveis de renovação;
 - alimentar banco de dados relativo ao acervo do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro, com as informações inerentes ao Escritório Técnico.
- 039189 PAHC/CPC/GC/2º ET 2º Escritório Técnico - Vistoriar, autorizar licença, fiscalizar e orientar as obras de reformas, adaptações de uso e restaurações dos bens culturais particulares protegidos pelo Município;
- emitir pareceres prévios, referentes aos imóveis situados nas áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
 - orientar e emitir parecer em processos de licenciamento para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais tombados, preservados e tutelados, nas áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
 - elaborar pareceres técnicos para subsidiar a análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural em imóveis protegidos, situados em áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
 - visar plantas dos processos de intervenção física em bens culturais protegidos e em letreiros, no caso dos imóveis tombados;
 - analisar os processos de isenção tributária visando emitir parecer quanto ao estado de conservação e estabelecer as exigências para recuperação dos imóveis protegidos pelo Município, Estado e União, bem como os situados nas áreas sob tutela do Escritório Técnico;
 - incentivar a participação das comunidades locais nas ações relativas à preservação do patrimônio cultural das áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
 - informar aos demais órgãos competentes os bens protegidos que se encontram em mau estado de conservação ou com obras irregulares em execução, detectados através da fiscalização local periódica;
 - avaliar e propor as ações, visando ao cumprimento da legislação de proteção do patrimônio cultural da Cidade, propondo a revisão da legislação, quando necessário;
 - manter cooperação com os órgãos de planejamento urbano, de fiscalização de obras, garantindo as ações necessárias à preservação do que for considerado bem cultural;

- acompanhar a execução dos programas de proteção, de recuperação e valorização do patrimônio cultural e do ambiente urbano;
 - colaborar na análise e implantação dos projetos paisagísticos e/ou urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), em áreas de entorno e/ou nos demais espaços públicos protegidos;
 - avaliar e propor normas para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais tombados, protegidos e passíveis de renovação;
 - alimentar banco de dados relativo ao acervo do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro, com as informações inerentes ao Escritório Técnico.
- 039188 PAHC/CPC/GC/3º ET 3º Escritório Técnico - Vistoriar, autorizar licença, fiscalizar e orientar as obras de reformas, adaptações de uso e restaurações dos bens culturais particulares protegidos pelo Município;
- emitir pareceres prévios, referentes aos imóveis situados nas áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
 - orientar e emitir parecer em processos de licenciamento para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais tombados, preservados e tutelados, nas áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
 - elaborar pareceres técnicos para subsidiar a análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural em imóveis protegidos, situados em áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
 - visar plantas dos processos de intervenção física em bens culturais protegidos e em letreiros, no caso dos imóveis tombados;
 - analisar os processos de isenção tributária visando emitir parecer quanto ao estado de conservação e estabelecer as exigências para recuperação dos imóveis protegidos pelo Município, Estado e União, bem como os situados nas áreas sob tutela do Escritório Técnico;
 - incentivar a participação das comunidades locais nas ações relativas à preservação do patrimônio cultural das áreas sob tutela legal do Escritório Técnico;
 - informar aos demais órgãos competentes os bens protegidos que se encontram em mau estado de conservação ou com obras irregulares em execução, detectados através da fiscalização local periódica;
 - avaliar e propor as ações, visando ao cumprimento da legislação de proteção do patrimônio cultural da Cidade, propondo a revisão da legislação, quando necessário;
 - manter cooperação com os órgãos de planejamento urbano, de fiscalização de obras, garantindo as ações necessárias à preservação do que for considerado bem cultural;
 - acompanhar a execução dos programas de proteção, de recuperação e valorização do patrimônio cultural e do ambiente urbano;
 - colaborar na análise e implantação dos projetos paisagísticos e/ou urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), em áreas de entorno e/ou nos demais espaços públicos protegidos;
 - avaliar e propor normas para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais tombados, protegidos e passíveis de renovação;
 - alimentar banco de dados relativo ao acervo do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro, com as informações inerentes ao Escritório Técnico.

039184 PAHC/CPC/GCP Gerência de Cadastro e Pesquisa - Propor, elaborar, orientar e supervisionar estudos e pesquisas multidisciplinares, visando à proteção, conservação e valorização dos bens culturais de interesse para o patrimônio cultural do Município;

- atender às solicitações do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural para pesquisar e elaborar fichas cadastrais dos bens culturais inventariados;
- propor e elaborar projetos de pesquisas que divulguem a história, a memória e o patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro;
- pesquisar e cadastrar os bens culturais inventariados e classificados;
- realizar estudos e pesquisas com vistas à proteção legal de bens culturais;
- orientar e elaborar estudos e pesquisas para subsidiar a avaliação e/ou a implantação de programas e projetos de interesse para o patrimônio cultural do Município;
- realizar as pesquisas necessárias para emissão de pareceres técnicos;
- manter interface com os órgãos federais e estaduais de patrimônio cultural;
- manter intercâmbio com instituições públicas e privadas, visando à cooperação técnico-científica;
- organizar, manter, conservar e atualizar a biblioteca e a mapoteca especializadas do Órgão, bem como os documentos, o material fotográfico, iconográfico e audiovisual, referentes ao patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro, produzidos pelo Órgão;
- atender ao público e aos órgãos interessados em assuntos referentes ao patrimônio cultural, disponibilizando a consulta aos arquivos, fotos e livros.

039193 PAHC/CPE Coordenadoria de Projetos Especiais - Prover os meios necessários à formulação e realização dos projetos e demais ações visando a integridade, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro;

- promover a valorização do patrimônio cultural através da colaboração em campanhas publicitárias, cursos, seminários, principalmente junto às populações locais;
- manter intercâmbio com instituições públicas e privadas, visando à cooperação técnico-científica;
- analisar, orientar e supervisionar projetos e intervenções em bens culturais tombados e protegidos, pertencentes ao Município, em logradouros públicos inseridos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural e em áreas de entorno de bens tombados;
- subsidiar tecnicamente o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural em suas decisões;
- manter interface com os órgãos municipais de planejamento urbano, de fiscalização, de obras, com sistemas orçamentários de obras e serviços de engenharia e com os órgãos federais e estaduais de patrimônio cultural;
- interagir com os demais órgãos municipais que atuam com sistemas orçamentários de obras e serviços de engenharia.
- elaborar e/ou orientar a execução de termos de referência de projetos e obras promovidos pelo órgão, que visem a proteção, conservação e divulgação dos bens culturais do Município de Rio de Janeiro;

- coordenar estudos e pesquisas arqueológicas em quaisquer obras de intervenção urbana realizadas pelo Poder Público Municipal;
- implantar e manter atualizada a Carta Arqueológica do Município do Rio de Janeiro;
- coordenar, orientar e acompanhar estudos, projetos e pesquisas arqueológicas decorrentes de obras de restauração, conservação e/ou adequação em bens protegidos, pertencentes e/ou utilizados pelo Município, bem como pertencentes à particulares, em colaboração com a Divisão de Projetos e Obras e com os Escritórios Técnicos;
- documentar sítios e achados arqueológicos de caráter fortuito, existentes em território municipal;
- documentar pesquisas arqueológicas realizadas no território municipal;
- coordenar estudos multidisciplinares (históricos, antropológicos e outros) para subsidiar a identificação das áreas de potencial arqueológico do Município;
- promover ações que visem a impedir a evasão, a destruição e descaracterização de bens de valor cultural do Município do Rio de Janeiro;
- manter intercâmbio com órgãos públicos, privados ou pessoas físicas e jurídicas, visando à proteção e conservação do patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro;
- promover a memória histórica e cultural através da elaboração e supervisão de publicações, exposições ou eventos.

039187 PAHC/CPE/EMQ Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz - Preservar e valorizar a memória e a ambiência da região;

- mobilizar a comunidade, na busca de soluções para os seus problemas;
- enfatizar a importância cultural da região;
- estudar, resgatar e preservar as peculiaridades locais e seu acervo;
- articular a parceria da comunidade com o meio acadêmico e científico da região;
- proceder ao levantamento dos marcos considerados significativos do Quarteirão.

039186 PAHC/CPE/GA Gerência de Arqueologia - Gerenciar, orientar e acompanhar estudos, projetos e pesquisas arqueológicas decorrentes de obras de restauração, conservação e/ou adequação em bens protegidos, pertencentes e/ou utilizados pelo Município, bem como pertencentes à particulares, em parceria com a Gerencia de Projetos e Obras e com os Escritórios Técnicos;

- gerenciar, orientar e acompanhar estudos, projetos e programas que visem a preservação e valorização dos sítios arqueológicos do Município do Rio de Janeiro;
- propor a delimitação de Reserva Arqueológica, bem como de área de entorno de sítios arqueológicos situados no território municipal, necessárias para a preservação e valorização do patrimônio arqueológico do Município do Rio de Janeiro;
- realizar, orientar e acompanhar atividades de registro, classificação, análise e conservação do acervo material extraído das pesquisas arqueológicas decorrentes de obras e de intervenções urbanísticas promovidas e/ou licenciadas pelo poder público municipal;
- manter laboratório e reserva técnica para estudos, análises, restauração e conservação do material arqueológico sob a salvaguarda do Município do Rio de Janeiro;
- elaborar e manter atualizada a Carta Arqueológica do Município do Rio de Janeiro;

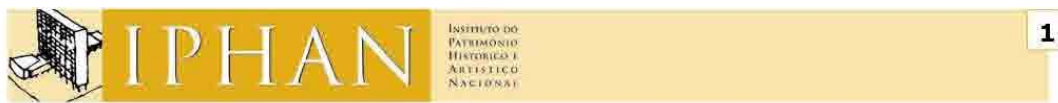
- registrar e cadastrar sítios arqueológicos não documentados no Município do Rio de Janeiro, decorrentes de achados fortuitos, com vistas ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos / IPHAN / Minc;
- elaborar e/ou orientar a execução de termos de referência de projetos promovidos pelo órgão que visem a preservação e valorização do patrimônio arqueológico;
- manter interface com os órgãos municipais de planejamento urbano, de fiscalização e de obras e colaborar com os órgãos federal e estadual de patrimônio cultural nas ações voltadas para a preservação e valorização dos sítios arqueológicos do Município do Rio de Janeiro;
- elaborar pareceres técnicos para instruir análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural - CMPC.

039185 PAHC/CPE/GPO Gerência de Projetos e Obras - Gerenciar, orientar e acompanhar projetos de restauração, conservação e/ou adequação em bens imóveis protegidos e tombados, pertencentes e/ou utilizados pelo município;

- gerenciar, orientar e acompanhar, com a colaboração dos Escritórios Técnicos Locais, projetos paisagísticos e/ou urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), em áreas de entorno e/ou em demais espaços públicos protegidos;
- gerenciar, orientar e acompanhar estudos e projetos de conservação de bens móveis de valor cultural e/ou protegidos;
- gerenciar, em parceria com os Escritórios Técnicos Locais, a elaboração e execução de projetos de programação visual de mobiliário urbano nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), em áreas de entorno e/ou em demais espaços públicos protegidos;
- colaborar na elaboração e execução de projetos para instalação de sinalização e identificação do patrimônio cultural da cidade;
- elaborar e/ou orientar a execução de termos de referência de projetos e obras promovidos pelo órgão, que visem a proteção, conservação e divulgação dos bens culturais do Município de Rio de Janeiro;
- manter interface com os órgãos municipais de planejamento urbano, de fiscalização e de obras e com os órgãos federal e estadual de patrimônio cultural;
- vistoriar, autorizar a licença, fiscalizar, acompanhar e documentar as obras de restauração, recuperação e/ou readequação em bens próprios e/ou utilizados pelo Município, protegidos pelo instrumento do tombamento ou protegidos;
- vistoriar, autorizar a licença, fiscalizar, acompanhar e documentar as obras de restauração, recuperação e/ou requalificação de praças, largos, escadarias, jardins, conjuntos escultóricos e logradouros públicos, protegidos pelo instrumento do tombamento ou situados nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) existentes no Município;
- vistoriar, autorizar a licença, fiscalizar, acompanhar e documentar as obras de restauração de bens móveis, painéis artísticos e conjuntos escultóricos, protegidos pelo instrumento do tombamento ou protegidos.

Anexo 10: Cartas patrimoniais – Carta de Burra, 1980

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 15 de novembro de 2009.



Carta de Burra

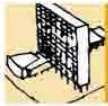
DE 1980

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS

1. Definições

Artigo 1º - Para os fins das presentes orientações:

- o termo bem designará um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence.
- o termo significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.
- a substância será o conjunto de materiais que fisicamente constituem o bem.
- o termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservá-lo as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas.
- o termo manutenção designará a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com o termo reparação. A reparação implica a restauração e a reconstrução, e assim será considerada.
- a preservação será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada.
- a restauração será o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido.
- a reconstrução será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes,



sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida, nem com a recriação, nem com a reconstituição hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações.

- a adaptação será o agenciamento de um bem a uma nova destinação sem a destruição de sua significação cultural.
- o uso compatível designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo.

2. Conservação

Artigo 2º - O objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem; ela deve implicar medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação.

Artigo 3º - A conservação se baseia no respeito à substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente.

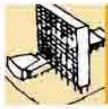
Artigo 4º - A conservação deve se valer do conjunto de disciplinas capazes de contribuir para o estudo e a salvaguarda de um bem. As técnicas empregadas devem, em princípio, ser de caráter tradicional, mas pode-se, em determinadas circunstâncias, utilizar técnicas modernas, desde que se assentem em bases científicas e que sua eficácia seja garantida por uma certa experiência acumulada.

Artigo 5º - Na conservação de qualquer bem deve ser levado em consideração o conjunto de indicadores de sua significação cultural; nenhum deles deve ser revestido de uma importância injustificada em detrimento dos demais.

Artigo 6º - As opções a serem feitas na conservação total ou parcial de um bem deverão ser previamente definidas com base na compreensão de sua significação cultural e de sua condição material.

Artigo 7º - As opções assim efetuadas determinarão as futuras destinações consideradas compatíveis para o bem. As destinações compatíveis são as que implicam a ausência de qualquer modificação, modificações reversíveis em seu conjunto ou, ainda, modificações cujo impacto sobre as partes da substância que apresentam uma significação cultural seja o menor possível.

Artigo 8º - A conservação de um bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, etc. Não deverão ser permitidas qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação susceptíveis de



causar prejuízo ao entorno. A introdução de elementos estranhos ao meio circundante, que prejudiquem a apreciação ou fruição do bem, deve ser proibida.

Artigo 9º - Todo edifício ou qualquer outra obra devem ser mantidos em sua localização histórica. O deslocamento de uma edificação ou de qualquer outra obra, integralmente ou em parte, não pode ser admitido, a não ser que essa solução constitua o único meio de assegurar sua sobrevivência.

Artigo 10º - A retirada de um conteúdo ao qual o bem deve uma parte de sua significação cultural não pode ser admitida, a menos que represente o único meio de assegurar a salvaguarda e a segurança desse conteúdo. Nesse caso, ele deverá ser restituído na medida em que novas circunstâncias o permitirem.

3. Preservação

Artigo 11º - A preservação se impõe nos casos em que a própria substância do bem, no estado em que se encontra, oferece testemunho de uma significação cultural específica, assim como nos casos em que há insuficiência de dados que permitam realizar a conservação sob outra forma.

Artigo 12º - A preservação se limita à proteção, à manutenção e à eventual estabilização da substância existente. Não poderão ser admitidas técnicas de estabilização que destruam a significação cultural do bem.

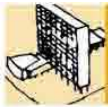
4. Restauração

Artigo 13º - A restauração só pode ser efetivada se existirem dados suficientes que testemunhem um estado anterior da substância do bem e se o restabelecimento desse estado conduzir a uma valorização da significação cultural do referido bem. Nenhuma empreitada de restauração deve ser empreendida sem a certeza de existirem recursos necessários para isso.

Artigo 14º - A restauração deve servir para mostrar novos aspectos em relação à significação cultural do bem. Ela se baseia no princípio do respeito ao conjunto de testemunhos disponíveis, sejam materiais, documentais ou outros, e deve parar onde começa a hipótese.

Artigo 15º - A restauração pode implicar a reposição de elementos desmembrados ou a retirada de acréscimos, nas condições previstas no artigo 16.

Artigo 16º - As contribuições de todas as épocas deverão ser respeitadas. Quando a substância do bem pertencer a várias épocas diferentes, o resgate de elementos datados de



determinada época em detrimento dos de outra só se justifica se a significação cultural do que é retirado for de pouquíssima importância em relação ao elemento a ser valorizado.

5. Reconstrução

Artigo 17º - A reconstrução deve ser efetivada quando constituir condição sine qua non de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida.

Artigo 18º - A reconstrução deve se limitar à colocação de elementos destinados a completar uma entidade desfalcada e não deve significar a construção da maior parte da substância de um bem.

Artigo 19º - A reconstrução deve se limitar à reprodução de substâncias cujas características são conhecidas graças aos testemunhos materiais e/ou documentais. As partes reconstruídas devem poder ser distinguidas quando examinadas de perto.

Artigo 20º - A adaptação só pode ser tolerada na medida em que represente o único meio de conservar o bem e não acarrete prejuízo sério a sua significação cultural.

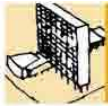
Artigo 21º - As obras de adaptação devem se limitar ao mínimo indispensável à destinação do bem a uma utilização definida de acordo com os termos dos artigos 6 e 7.

Artigo 22º - Os elementos dotados de uma significação cultural que não se possa evitar desmontar durante os trabalhos de adaptação deverão ser conservados em lugar seguro, na previsão de posterior restauração do bem.

6. Procedimentos

Artigo 23º - Qualquer intervenção prevista em um bem deve ser precedida de um estudo dos dados disponíveis, sejam eles materiais, documentais ou outros. Qualquer transformação do aspecto de um bem deve ser precedida da elaboração, por profissionais, de documentos que perpetuem esse aspecto com exatidão.

Artigo 24º - Os estudos que implicam qualquer remoção de elementos existentes ou escavações arqueológicas só devem ser efetivados quando forem necessários para a obtenção de dados indispensáveis à tomada de decisões relativas à conservação, do bem e/ou à obtenção de testemunhos materiais fadados a desaparecimento próximo ou a se tomarem inacessíveis por causa dos trabalhos obrigatórios de conservação ou de qualquer outra intervenção inevitável.



Artigo 25º - Qualquer ação de conservação a ser considerada deve ser objeto de uma proposta escrita acompanhada de uma exposição de motivos que justifique as decisões tomadas, com provas documentais de apoio (fotos, desenhos, amostras, etc.)

Artigo 26º - As decisões de orientação geral devem proceder de organismos cujos nomes serão devidamente comunicados, bem como o de seus dirigentes responsáveis, devendo a cada decisão corresponder uma responsabilidade específica.

Artigo 27º - Os trabalhos contratados devem ter acompanhamento apropriado, exercido por profissionais, e deve ser mantido um diário no qual serão consignadas as novidades surgidas, bem como as decisões tomadas, conforme o disposto no artigo 25 acima.

Artigo 28º - Os documentos consignados nos artigos 23, 25, 26 e 27 acima serão guardados nos arquivos de um órgão público e mantidos à disposição do público.

Artigo 29º - Os objetos a que se refere o artigo 10 acima serão catalogados e protegidos de acordo com normas profissionais.

Bibliografia

Fontes Primárias

CALDAS, Wallace. “Fachadas”. In Castro, Mariângela (Coord.) *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: história e restauração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. pp. 161-167.

CASTRO, Mariângela (Coord.) *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: história e restauração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008

CASTRO, Mariângela; LODI, Cristina. “A restauração do monumento-símbolo das comemorações dos 200 anos da chegada de D. João e da Família Real ao Rio de Janeiro”. In Castro, Mariângela (Coord.) *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: história e restauração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. pp. 137-151

DEL PRIORE, Mary. “A vida cotidiana em volta da Igreja do Carmo entre os séculos XVIII e XIX”. In Castro, Mariângela (Coord.) *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: história e restauração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. pp. 81-93

DIAS, Ondemar. “Arqueologia”. In Castro, Mariângela (Coord.) *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: história e restauração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. pp. 189-197.

LUSTOSA, Isabel. “A Igreja do Carmo na história do Rio de Janeiro”. In Castro, Mariângela (Coord.) *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: história e restauração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. pp. 39-61

MONTEIRO, Rodrigo Borges. “A história da Igreja do Carmo: faces do império: a Capela Imperial e suas transformações ao longo do século XIX”. In Castro, Mariângela (Coord.) *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: história e restauração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. pp. 153-159

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: Caderno de Educação*. Comissão para as comemorações dos 200 anos da chegada de D. João e da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro, 2007

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “A Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: A eficácia simbólica de uma edificação”. In Castro, Mariângela (Coord.) *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: história e restauração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. pp. 63-79.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Release Arqueologia*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Release Geral*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Release Linha do Tempo*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Release Ponto a Ponto*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Release Números*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Release Restauro*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Release Céu*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Release História*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Release Paliçada*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Release Som e Luz*. Rio de Janeiro, 2008.

VELATURA RESTAURAÇÕES LTDA. *Caderno de Restauração das Fachadas*. Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Caderno de Alvenaria*. Rio de Janeiro, 2006

_____. *Caderno de Levantamento dos Danos*. Rio de Janeiro, 2006

_____. *Caderno de Restauro Artístico*. Rio de Janeiro, v.1, 2006

_____. *Caderno de Restauro Artístico*. Rio de Janeiro, v.2, 2006

_____. *Caderno de Restauro Artístico*. Rio de Janeiro, v.3, 2006

_____. *Caderno de Restauro Arquitetônico_Estudo Preliminar*. Rio de Janeiro, 2006

_____. *Caderno Estratégia de Ação_Cronograma físico detalhado*. Rio de Janeiro, 2006 Levantamento cadastral da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé

Projetos arquitetônicos com proposta de restauro

As built da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé

Livros e artigos

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005,

ALCÂNTARA, Dora. “Praça XV e imediações: Estudo de uma área histórica no Rio de Janeiro”. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 20. Rio de Janeiro: Iphan, 1984. p. 114-122.

ALVIM, Sandra. *Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MincC-IPHAN/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Resíduo. In *A Rosa do Povo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

ARAÚJO, Maria Celina D´. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2003.

BARROS, Manoel de. *Tratado geral das grandezas do ínfimo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: Ferreira, Marieta de Moraes e Amado, Janaína. (Orgs) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. pp. 183-191.

BOURDIN, Alain. “Patrimônio: passado e presente”. In: *Série Estudos*. nº 57, IUPERJ, 1987.

CANCLINI, Néstor Garcia. “O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 23, 1994, pp. 94-115.

CARVALHO, José Murilo. “D. João e as histórias dos Brasis”. In *Revista Brasileira de História*. vol. 28, nº 56. São Paulo. 2008. p. 551-572.

CHAGAS, Mario. “Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação”. In *1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial*. Disponível em <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em 27 de outubro de 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”. In *Topoi*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*; tradução: Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “O patrimônio como categoria de pensamento”. In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Abreu, Regina e Chagas, Mário (Orgs) Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-30.

_____.”Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 23, PP 15-36, 2005.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v.1.p.11-47.

_____. ”Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais”. In *Estudos Históricos* .Rio de Janeiro: vol. 1, n.2, 1988, pp. 264-275.

_____.”Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso”. In OLIVEIRA, Lucia Lippi (Orgs).*Cidades: histórias e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. pp. 110-123

_____.*Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Coleção museu, memória e cidadania, 2007.

FRANCO, Francisco de Mello; PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. “Novas experiências em urbanismo: Barra da Tijuca e Corredor Cultural”. In *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/ Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira*, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. pp. 189-221.

HOBSBAWM, Eric; RANGES, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984. pp. 9-23.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; *Educação Patrimonial*. Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/pgm1.htm>. Acesso em 27 de outubro de 2009.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Tradução de Sergio Alcides. Coleção Agendas do Milênio. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. *Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RioArte, IPP. 4a Edição, 2002.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro*. Disponível em <http://www.revista.Iphan.gov.br/>. Acesso em 28 de outubro de 2008.

MOTTA, Lia. "Cidades mineiras e o IPHAN". In OLIVEIRA, Lucia Lippi (Orgs). *Cidades: histórias e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. pp. 124-139

NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". Tradução de Yara Aun Houry. *Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história da PUC-SP*. n 10. São Paulo: Educ, 1993. pp. 7-28.

O'NEILL, Thomas. *A viagem da Família Real portuguesa para o Brasil*. Tradução de Ruth Sylvia de Miranda Salles. Rio de Janeiro: José Olympio: Secretaria Municipal das Culturas, 2007.

OLIVEIRA, Lima. *D. João VI no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. "Memórias do Rio de Janeiro". In *Cidades: histórias e desafios*. Lucia Lippi Oliveira (Orgs). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. pp. 156-173

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2008.

OLIVEN, Ruben. "Mitologias da nação". In FÉLIX, Loiva Otero; EMIR, Claudio P. (Orgs). *Mitos e heróis. Construção de imaginários*. Porto Alegre, UFRGS, 1998. pp. 23-39.

PEREIRA, Sonia Gomes. A arquitetura na cidade do Rio de Janeiro no tempo de D. João VI. In: *Seminário Internacional D João VI: um rei aclamado na América*, 2000, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1999, v.1.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. "Aprendendo com o patrimônio". In OLIVEIRA, Lucia Lippi (Orgs). *Cidades: histórias e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. pp. 140-155

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. "A Permanência do espaço: intervenções urbanísticas na Praça XV". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 20. Rio de Janeiro: Iphan, 1984. p. 127-134.

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.3.v.2, 1989. p. 3-15.

RODRIGUES, Marly. “De quem é o patrimônio?”. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 24, 1996, pp. 195-204.

SILVA, Ana Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SEGALA, Lygia. “Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Laboep”. In *1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial*. Disponível em <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em 27 de outubro de 2009.

SISSON, Rachel Esther Signer. *O Rio de Janeiro de D. João VI como etapa na formação da cidade contemporânea*. 2000. Disponível em <http://www.ihp.org.br>. Acesso em 05 de dezembro de 2009.

VELHO, Gilberto. “Patrimônio, Negociação e Conflito”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12. n.1, p. 237-248, abr. 2006.

Páginas da Internet

<http://oglobo.globo.com/rio/info/igrejadocarmo/> - Jornal “O Globo”.

<http://portal.iphan.gov.br> – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<http://www.revista.Iphan.gov.br/> - Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<http://noticiascultura.rio.rj.gov.br/> - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

<http://www.pcse.org.br/> - Província Carmelita de Santo Elias.

<http://www.osb.org.br/> - Ordem de São Bento

<http://michaelis.uol.com.br/> - Michaelis, Moderno dicionário da língua portuguesa

<http://www.atarde.com.br> – Jornal “A Tarde”.

<http://www.bn.br> – Fundação Biblioteca Nacional.

<http://www.correios.com.br> – Correios-ECT.

<http://www.ihgb.org.br> – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<http://www.cultura.gov.br> – Ministério da Cultura.

<http://www.irmandadedoshomenspretos.org.br> – Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos.

<http://www.jusbrasil.com.br> – Site de busca de informações jurídicas.

<http://www.tvebrasil.com.br> – Site da TV Brasil.

<http://www.pintoresdorio.com> – Site sobre artistas que já pintaram o Rio de Janeiro.

<http://www.ihp.org.br> – Instituto histórico de Petrópolis.

<http://lattes.cnpq.br/> - Plataforma Lattes

<http://www.revistatopoi.org> – Revista Topoi

<http://cpdoc.fgv.br> – Site do CPDOC

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)